

**EM FOCO**  
Imigrantes em Portugal

## Todos diferentes todos iguais?

As leis que o Governo e PS, com a cumplicidade do PSD, pretendem fazer aprovar sobre o trabalho de estrangeiros e sobre a entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do País não respeitam a nossa condição de povo formado num cadinho multicultural e multiétnico.



■ Henrique de Sousa Pág. 18

## O PCP e a Iniciativa Legislativa Popular

■ António Filipe Pág. 19

## Parlamento Europeu Um ano de trabalho

### na luta pela igualdade entre mulheres e homens

■ Fátima Garcia Pág. 20

## Da democracia sem adjectivos à democracia sem exclusões

■ Miguel Urbano Rodrigues Págs. 22 e 23

### Formação, trajectória e fim do império britânico

## As linhas de Torres Vedras

■ Manoel de Lencastre Págs. 24 e 25

Proletários de todos os países UNI-VOS!

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 26 de Fevereiro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1265 • Director: Carlos Brito

## Comissão Política do CC do PCP saúda

# VITÓRIA NOS TÊXTEIS

Ao fim de mais de 15 meses de persistente, prolongada e intensa luta dos trabalhadores da indústria têxtil, com particular relevo para os trabalhadores do Vale do Ave, foi reconhecida, pelas associações empresariais do sector, uma velha e sentida aspiração – o horário semanal das 40 horas e o fim do trabalho ao sábado.

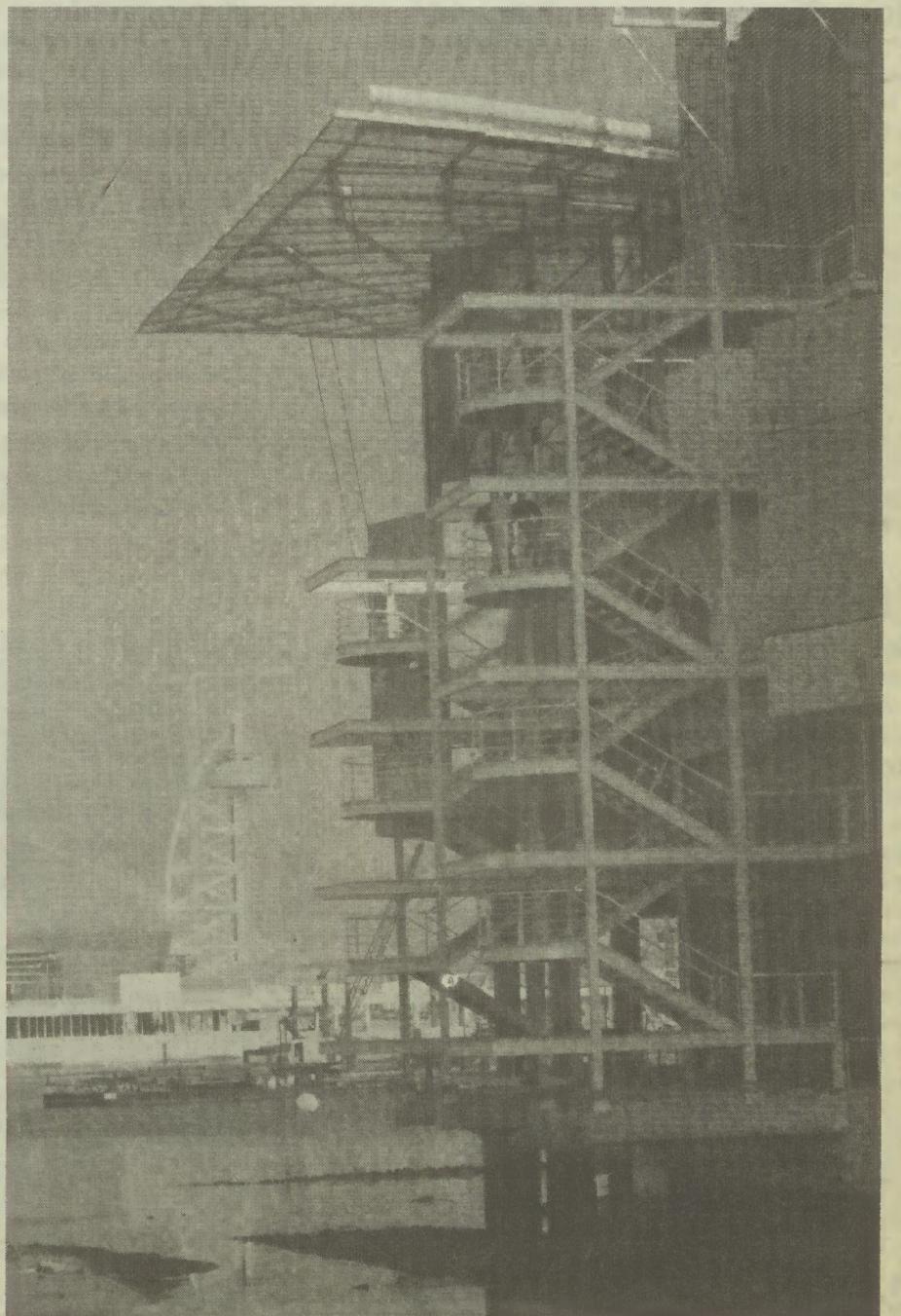
Pág. 5

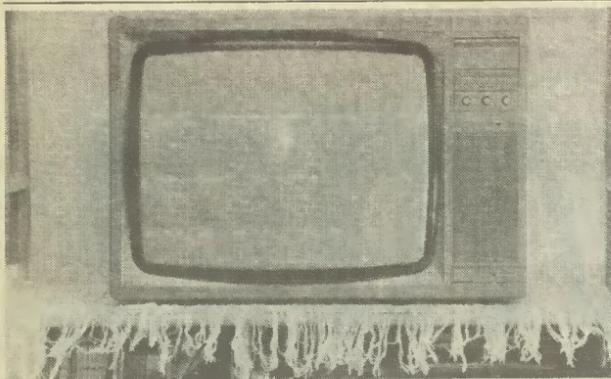
## Carlos Carvalhas visitou os trabalhos da EXPO'98

# Faltam 85 dias para abrir

Centrais

A convite e acompanhado pelo Comissário Geral da EXPO, Carvalhas visitou o recinto que irá abrir as portas aos visitantes no dia 22 de Maio próximo.





Foi apresentado o projecto da nova lei da televisão

## RESUMO

### 18 Quarta-feira

Sindicalistas divulgam em Lisboa os resultados de uma visita efectuada ao Reino Unido, para contactos com o Unisom sobre a experiência das privatizações naquele país ■ A Assembleia da República aprova a Lei Orgânica do Tribunal Constitucional ■ No Parlamento Europeu, Jorge Sampaio defende que o alargamento da UE não deve ser feito à custa de sacrifícios dos actuais membros ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros conversa ao telefone com Konis Santana, comandante da guerrilha timorense, sobre a situação na ilha ■ A Associação para a União Monetária considera que o desemprego na Europa é o maior inimigo do euro ■ O PE decide acabar com o uso da gasolina com chumbo até ao ano 2000 ■ Na Argélia, 23 aldeãos são massacrados por islamitas.

### 19 Quinta-feira

Carlos Carvalhas, com uma delegação do PCP, visita os trabalhos da EXPO'98 ■ São anunciadas as faces portuguesas das moedas do euro ■ O primeiro-ministro dinamarquês anuncia a dissolução do parlamento e a realização de eleições antecipadas ■ O presidente da Frente Nacional francesa começa a ser julgado por violência em reunião e injúrias públicas ■ Guerrilheiros da Geórgia raptam quatro «capacetes azuis» da ONU e vários civis, exigindo a libertação dos presos relacionados com o atentado da semana passada.

### 20 Sexta-feira

Os sindicatos têxteis da CGTP e as associações patronais do sector chegam a acordo sobre a semana das 40 horas, o fim do trabalho ao sábado e aumentos salariais ■ É apresentado o projecto da nova lei da televisão ■ O secretário-geral da ONU chega a Bagdad, para iniciar conversações com o Iraque tentando pôr fim à crise ■ O Sinn Féin é afastado por duas semanas das conversações de paz da Irlanda do Norte ■ É anunciada, na Grã-Bretanha, a realização de uma investigação parlamentar sobre a descriminalização do uso da «cannabis» para uso médico e recreativo ■ Passam 12 anos sobre o lançamento da estação orbital Mir.

### 21 Sábado

O presidente da Casa do Douro afirma, ao Conselho Regional de

Vitivinicultores do Douro, que encontrou uma solução para evitar que os bens da instituição vão a hasta pública ■ O casino francês de Deauville é ocupado durante algumas horas por cerca de 60 desempregados, que reclamam o aumento dos apoios sociais aos desempregados ■ Na Irlanda do Norte, o exército destrói uma bomba que tinha sido colocado sob um táxi ■ O Grupo dos Sete reúne-se para discutir a crise com que vários países da Ásia actualmente se debatem.

### 22 Domingo

Centenas de pessoas reúnem-se num almoço em Vale de Cambra pedindo solidariedade para enfrentar as dificuldades com que os agricultores portugueses se debatem ■ O porta-voz das Nações Unidas anuncia que foi aprovado um texto de acordo por Kofi Annan e as autoridades do Iraque ■ No dia em que a Casa Branca se reserva o direito de não acatar os resultados da missão de Annan, realizam-se manifestações nos EUA contra uma intervenção militar norte-americana em Bagdad ■ Assinala-se o Dia da Vítima.

### 23 Segunda-feira

O secretário-geral da ONU e o vice-primeiro-ministro iraquiano assinam um acordo que põe fim à crise ■ Uma forte explosão ocorre na cidade de Portadown, no Ulster, no dia em que as conversações sobre o futuro da região são reatadas ■ Em tribunal, o antigo presidente sul-africano Pieter Botha volta a afirmar que não cometeu nenhum crime ao não testemunhar perante a Comissão de Verdade e Reconciliação ■ Na Argélia, mais 18 pessoas morreram na sequência da explosão de uma bomba num comboio.

### 24 Terça-feira

Desfiles carnavalescos em várias localidades assinalam o dia de Entrudo ■ O Eurostat revela que, no primeiro semestre de 1997, houve um significativo aumento das exportações de produtos agrícolas da UE ■ O chefe da Mossad israelita apresenta a demissão, na sequência de uma fracassada tentativa de assassinato de um dirigente no Hamas, em Setembro, na Jordânia ■ Futebol Clube do Porto e Sporting de Braga ficam apurados para a final da Taça de Portugal ■ O laboratório que criou a ovelha «Dolly» anuncia que conseguiu o nascimento, também por clonagem, do vitelo «Mr. Jefferson».

## EDITORIAL

# Um partido diferente

Vale a pena retomar a abordagem da recente reunião do Comité Central do PCP e as conclusões a que chegou. E porque muitas são as razões que justificam esta reabertura - tantas que não chegaria o espaço destinado a este texto para as explicitar com o mínimo detalhe exigível - detenhamo-nos apenas numa delas.

Num momento em que tanta gente, através de tantos e tão poderosos meios, procura impor a tese de que «os partidos são todos iguais», esta reunião do Comité Central do PCP e as suas conclusões demonstraram e confirmaram a falsidade dessa tese, demonstraram e confirmaram que entre o PCP e os restantes partidos nacionais existe de facto uma profunda diferença. Com efeito, avaliando o resultado do debate travado no Comité Central - debate centrado na procura de caminhos e meios conducentes a um novo impulso na organização, na intervenção e na afirmação política do Partido - é fácil constatar que estamos perante um partido com singulares características essenciais, ou seja, que estamos perante um partido diferente de todos os outros.

Diferente nos objectivos que persegue - que outro partido há aí que assuma como objectivo essencial da sua luta e da sua intervenção a construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados, a construção de uma sociedade justa, fraterna, solidária, alicerçada num conceito de democracia no qual as vertentes política, económica, social e cultural se complementem em simultaneidade, assente num profundo respeito pelos direitos, pela inteligência e pela sensibilidade das pessoas?

Diferente no seu funcionamento interno - que outro partido há aí onde cada militante tem não só o direito mas o dever de intervir, de expressar e defender as suas opiniões, de as inserir no debate colectivo e de, assim, contribuir activa e conscientemente na definição das orientações e da linha política do Partido?

Diferente na sua prática de entrega abnegada à luta diária na defesa dos interesses e direitos da classe operária, dos trabalhadores em geral, do povo, do País - que outro partido há aí que coloque em primeiro lugar na escala das suas prioridades interventivas tais objectivos e que, seja em que situação for mas regra geral contra fortes ventos e marés, se possa justamente orgulhar de sempre honrar os seus compromissos e a sua palavra?

Diferente no conceito e na prática concreta de exercício do poder - que outro partido há aí que, por exemplo no Poder Local, se possa dizer, dizendo a verdade, que a prática da generalidade dos seus eleitos se pauta pelo trabalho, pela honestidade, pela competência postos ao serviço dos interesses das populações?

Diferente na utilização que dá aos votos que obtém em cada eleição - que outro partido há aí que possa dizer, sem faltar à verdade, que os seus deputados no Parlamento Europeu ou na Assembleia da República respeitam, pela sua postura, pela sua intervenção, pelo seu voto, os compromissos que, nas campanhas eleitorais, assumiram com o País e com o eleitorado?

Diferente na fidelidade a princípios e valores que constituem a matriz da sua natureza de classe e na determinação e frontalidade com que assume e integra esses princípios e valores na sua maneira de estar, de ser, de agir - que outro partido há aí que possa orgulhar-se de tamanha coerência na sua intervenção, na sua prática permanente, na sua vida?

Diferente na corajosa transparência com que assume os seus erros, as suas insuficiências, as suas debilidades e procura, através do esforço colectivo, os caminhos necessários à superação dessas situações, corrigindo o que é necessário corrigir, modificando o que é necessário modificar - que outro partido há aí que assim funcione, que assim considere, respeite e valorize a intervenção individual de cada um dos seus militantes, que assim saiba e queira utilizar o conjunto de intervenções

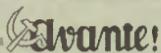
individuais como elemento fundamental de construção da intervenção colectiva?

*Que outro partido há aí que assuma como objectivo essencial da sua luta e da sua intervenção a construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados?*

Assim sendo, é natural que aos adversários do PCP não interesse, antes pelo contrário, que esta diferença seja perceptível para a generalidade das portuguesas e dos portugueses. Por razões óbvias, é-lhes muito mais cómodo, e mais rentável política e eleitoralmente, difundir e

procurar fazer vingar a tese de que «são todos iguais». Daí que cimentar, consolidar e afirmar esta diferença, pô-la em permanente e concreto confronto com os objectivos, práticas e posturas - no essencial uniformes - dos restantes partidos, constitua uma via essencial para conduzir ao reforço da influência do PCP em todos os planos, constitua um impulso e um motor para o aumento da expressão social, eleitoral e política do Partido e para o seu reforço orgânico.

É nesta perspectiva que, nas conclusões da reunião do Comité Central do PCP, assumem particular importância e significado as que respeitam ao novo impulso necessário ao reforço da organização, da intervenção e da afirmação política do Partido. É igualmente nesta perspectiva que assume singular dimensão o apelo dirigido à mobilização, à reflexão, à intervenção activa do colectivo partidário com vistas a, partindo das forças de que dispomos - e que são muitas - as utilizarmos organizada e inteligentemente no reforço orgânico do Partido, através nomeadamente da intensificação da militância, do aumento do número de militantes e activistas do Partido, da maior responsabilização dos militantes, do revigoramento e rejuvenescimento da organização partidária, do esforço de congregação de forças, sectores, energias e aspirações democráticas e de esquerda - num processo de cada vez mais forte, ampla e estreita ligação às massas, de crescente contributo dos comunistas para o reforço e o aumento da capacidade de intervenção das organizações representativas dos trabalhadores e das outras múltiplas estruturas do movimento associativo popular, de cada vez maior, mais forte e mais sólido envolvimento na luta pela resolução dos problemas e dos anseios dos trabalhadores e das populações, na luta pela construção e concretização de uma alternativa progressista e de esquerda à alternante aplicação, ora pelo PSD ora pelo PS, da sua política de direita.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Soares Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7.ª-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Copa Rota — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_  
Telef. \_\_\_\_\_  
Enviar para Editorial «Avante!», acompanhado de cheque ou vale de correio.

## ACTUAL

# O aborto legislativo

A questão do aborto voltou à Assembleia da República, na passada quinta-feira. Não foi, como se previa a princípio, para fazer a votação final do projecto de lei sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez aprovado, por maioria absoluta, em 4 de Fevereiro. Foi, ao contrário, para debater o projecto sobre o referendo apresentado pelo PSD para obstruir aquele processo legislativo.

Em posição verdadeiramente caricata esteve colocada a bancada parlamentar do PS. Já não lhe bastava a vergonha de ter sido desautorizada pela direcção do seu partido em relação ao apadrinhamento do projecto da JS e ao papel que desempenhou, ao lado dos comunistas, no debate e na votação de 4 de Fevereiro

Foi-lhe exigido que desse o dito por não dito. Onde antes defendera com entusiasmo, aplaudira com calor e votara maciçamente que a sede parlamentar era a justa instância para a aprovação da nova legislação, veio agora dizer triste e acabrunhada que é em referendo que a matéria deve ser decidida.

Houve é claro quem desse a cambalhota com a ligeireza e oportunismo do costume. Mas o sentimento mais profundo na bancada

parece ser, no entanto, de incomodidade, de protesto e até de indignação.

A aguda divergência que se verifica, a propósito, entre o líder do PS, António Guterres, e a maioria do grupo parlamentar constitui um conflito ainda maior e de mais graves consequências do que o de há um ano.

Não é passível de desculpa a forma como a direcção do PS conspirou e se aliou com Marcelo e a direcção do PSD para, de fora da Assembleia, obstruir o processo da aprovação da lei despenalizadora e tramar o grupo parlamentar socialista.

Trata-se de um verdadeiro aborto legislativo feito clandestinamente pelas direcções do PS e do PSD. Atenta, como tem sido salientado, contra o estatuto constitucional e a lei do referendo e, a consumir-se, criaria um gravíssimo precedente. É, além disso, desastroso para a credibilidade da Assembleia e o prestígio das instituições democráticas.

Até agora o referendo só serviu para abortar o processo que normalmente se seguiria à votação de 4 de Fevereiro com os trabalhos de elaboração e votação da nova lei na especialidade, em comissão.

Tudo parou.

Há quem pense, com boas razões, que era este o único objectivo da duas direcções do «bloco central». Nem uma nem outra deseja realmente o referendo, pois, se este divide o PS, como se vê, o PSD também teme as divisões que ele pode originar.

Do lado do PS, foi Assis que declarou ao «Expresso»: «Não estou em condições de garantir em absoluto que o referendo sobre o aborto vá mesmo realizar-se.»

No entanto, apesar deste pensamento reservado, as direcções do PS e do PSD não estão livres de ter a sorte do aprendiz de feiticeiro: tanto advogam a indispensabilidade do referendo, que podem não encontrar nenhum argumento credível para o adiarem sucessivamente, como têm feito com o referendo da regionalização.

E se houver referendo qual é a posição do PS? A de Guterres? A da maioria do grupo parlamentar? Várias? Nenhuma? E a do PSD? Nenhuma, também?

Havia de ser curioso...

■ Carlos Brito

# O que se sabe

Sabe-se que os trabalhadores têxteis, após uma heróica - sim, heróica, qual é a dúvida? - luta de quinze meses, acabam de obter uma grande vitória ao vencer a batalha pelas 40 horas, pelo fim do trabalho ao sábado e pela contagem das pausas como integrando o período normal de trabalho. E sabe-se quanta e quão prolongada solidariedade, apoio e iniciativa política o PCP prestou a essa justa luta e importante causa do mundo do trabalho.

Sabe-se a polvorosa de descontentamento, indignação e revolta que por aí vai na sociedade portuguesa contra o aumento das tarifas telefónicas, o que constitui uma espectacular derrota de uma das mais torpes e sofisticadas campanhas de intoxicação da opinião pública e uma impressionante afirmação de inteligência colectiva. E sabe-se - até porque os cartazes que estão na rua também o ajudam a lembrar - como foi e tem sido determinante o papel do PCP na denúncia deste escandaloso assalto ao bolso dos cidadãos perpetrado pela Portugal Telecom e pelo Governo.

Sabe-se, através da sondagem «Independente/Metris», que 66% dos inquiridos portugueses não concordam com um ataque dos EUA ao Iraque e que 63% são contra a governamental cedência da Base das Lajes aos EUA para esse efeito. E sabe-se que, dos quatro principais partidos, só o PCP tem dado voz, no plano da acção política e institucional, àquela corrente de opinião maioritária na sociedade portuguesa e às arrasadoras críticas feitas por personalidades muito diversas quer aos planos de agressão da Administração Clinton quer à vassalagem que o Governo português lhe prestou.

Sabe-se - embora mal, por causa do silêncio de chumbo que muitos «media» fizeram descer sobre o facto - que, em apenas cinco dias, cerca de quinhentas personalidades, de quadrantes muito diversos, subscreveram uma carta ao Presidente da AR onde manifestam «a sua maior preocupação» com o facto de «se indiciar a paralisação e suspensão do processo legislativo» iniciado com a aprovação da lei sobre a IVG em 4 de Fevereiro. E onde, invocando «a coerência que deve a si própria a maioria dos deputados que aprovou a lei», reclamam a «urgente aprovação final da lei». E sabe-se com que vivacidade e firmeza o PCP tem protagonizado a crítica ao verdadeiro voto contra retroactivo que o volte-face do PS representa e como continua a lutar para que não fique em «águas de bacalhau» o passo positivo que, para o combate ao aborto clandestino, a votação de há três semanas significou.

Se tudo isto é sabido, conclua-se então que o PCP, lutando pelas suas convicções, está encontrando uma muito larga aprovação para muito do que faz e diz e que o facto de o PS e o PSD terem somado 77% dos votos não os faz comandar necessariamente a cabeça ou moldar a opinião dos portugueses.

E ora aqui está uma ideia e um ensinamento que o Presidente da República talvez devesse reter, sobretudo quando é noticiado - esperamos que sem fundamento - que, embora ao arripio das suas convicções pessoais, estaria disponível para aceitar o plano tralfulha do PS e do PSD para referendos em simultâneo sobre a regionalização e sobre «matéria europeia».

■ Vítor Dias

# NÃO! Sim à Dignidade!

Ao vergar-se diante do «amigo americano», cedendo uma vez mais a base das Lajes para objectivos militares agressivos da superpotência, e atendendo em particular às circunstâncias em que o fez, o governo de António Guterres evidenciou um servilismo e uma falta de escrúpulos assinaláveis. Quando a grande maioria dos aliados de Portugal na União Europeia (com excepção proverbial da Grã-Bretanha e da confusa posição da Alemanha) batiam o pé aos EUA e se pronunciavam por uma solução política negociada da crise, Jaime Gama, lesto e lampeiro, adiantava-se a romper o isolamento de Washington. Sem um qualquer sinal de discordância, de resistência, de oposição, o governo do Partido Socialista exibiu-se perante a Europa e o mundo como exemplo lamentável de capitulação.

O militarismo «atlantista» de Jaime Gama é bem conhecido. Defendendo o reforço e o alargamento da NATO e a sua liderança inquestionável pelos EUA. Contrariando qualquer iniciativa minimamente apontada para a libertação da Europa da tutela dos EUA e da fortíssima presença militar norte-americana. Pugnando evidentemente pela militarização da União Europeia e pelo reforço da União da Europa Ocidental, mas claro, como «braço armado da NATO» e com articulação/dependência desta, ou seja, efectivamente subordinada à estratégia planetária do imperialismo norte-americano. Uma tal política, que tem merecido os mais rasgados elogios dos governantes dos EUA, não pode deixar de suscitar vergonha, inquietação e crescente oposição por parte de quem preza os valores da dignidade, soberania e independência nacional. De todos aqueles que vêm com inquietação o desrespeito flagrante das instituições democráticas. De quantos compreendem que tão lamentáveis posições prejudicam o interesse nacional e são susceptíveis de afectar gravemente o prestígio e o relacionamento de Portugal com outros povos, nomeadamente o mundo árabe. Dos portugueses e portuguesas que aspiram a um mundo de paz e cooperação, em bases equitativas e justas, e compreendem que as arrogantes pretensões hegemónicas dos EUA constituem sério obstáculo ao progresso social e o mais grave perigo para a própria paz e segurança internacional.

Os comunistas, PCP e JCP, foram os primeiros a opor-se ao envolvimento do País na escalada de guerra contra o Iraque e a exigir do governo uma posição consentânea com os interesses do povo português e a causa da paz. O CPPC, muitas outras organizações e associações, numerosas personalidades, fizeram também ouvir a sua voz. E, ao contrário de anteriores situações, surgiram numerosos analistas e comentadores de quadrantes muito diversos e por diferenciadas razões, apontando o dedo acusador ao insolente aventureirismo da administração Clinton e ao vergonhoso seguidismo do governo do engenheiro António Guterres. Trata-se de um elemento novo muito significativo, que facilita indiscutivelmente uma mais ampla tomada de consciência dos perigos que pesam sobre a soberania nacional e o futuro da democracia em Portugal neste limiar do século XXI.

Porque a ofensiva do capital transnacional e do imperialismo contra a soberania das nações é multifacetada e global e - ontem com o governo do PSD, hoje com o governo do PS - a linha de resistência que em Portugal lhe é oposta pelas classes dominantes praticamente nula. Em todos os campos, do económico ao militar, passando pelo diplomático e pelo cultural. Da NATO à União Europeia, do FMI à OCDE e à OMC. Numa vasta teia de Tratados, Acordos, resoluções, directivas, regulamentos, conselhos, pressões, exigências, ameaças, que, a não serem firmemente contrariados, combatidos e rechaçados, tenderiam, no limite, a matar a nação e a democracia portuguesas.

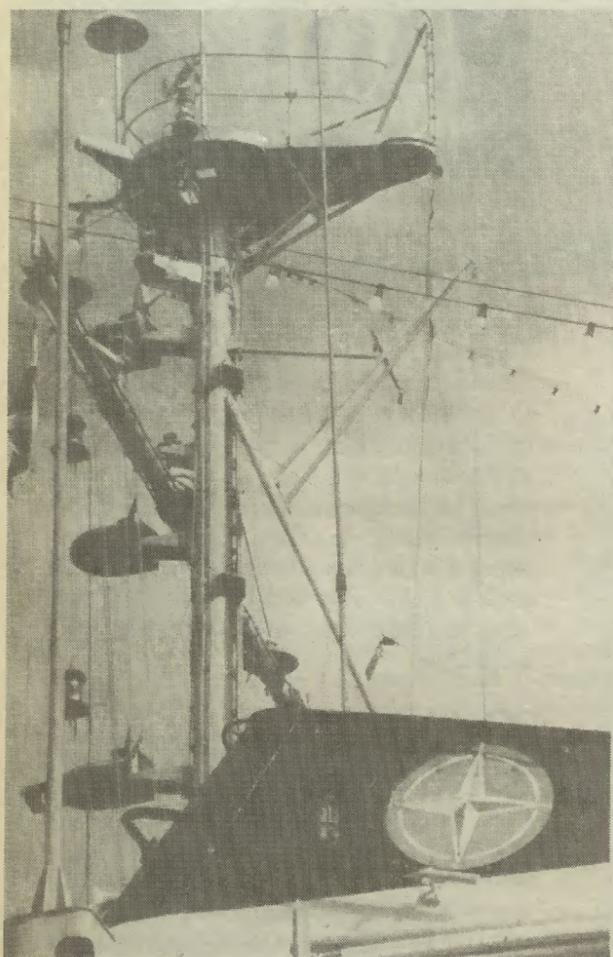
Torna-se por isso necessário promover um amplo diálogo e debate desta problemática e iniciativas concretas de esclarecimento e mobilização popular. Na linha da orientação traçada na última reunião do Comité Central, de um novo e vigoroso impulso ao fortalecimento do Partido e à sua viragem para as massas, vamos certamente dar mais força à luta do nosso povo em defesa da independência e soberania nacional e por uma política externa de paz, amizade e cooperação com todos os povos. Vamos dar mais força à luta anti-imperialista e à solidariedade internacionalista.

■ Albano Nunes



Foto: Jorge Caria

SEMANA



**“Strong Resolve 98”**

O “Strong Resolve 98”, um dos maiores exercícios militares jamais realizados pela NATO, vai decorrer também em espaço português, entre 9 e 21 de Março.

Pela primeira vez, a NATO vai fazer um grande teste à sua capacidade de resposta, com forças conjuntas e combinadas, a situações de crise no Norte e Sul da Europa.

O exercício “Strong Resolve 98”, que decorrerá em cenários diversos, na Noruega, Portugal e Espanha, envolve a participação de 50 mil efectivos de várias nacionalidades.

Em comentário à realização destes exercícios militares, também em espaço português, o primeiro-ministro António Guterres sublinhou ser Portugal uma “aliado seguro e fiável” no seio da Aliança Atlântica.

Comentário que necessariamente nos remete para a recente cedência da base das Lajes aos Estados Unidos para eventuais operações anti-Iraque - alinhando assim o nosso país numa posição belicista. Por acréscimo num momento em que a tal se opuseram mesmo membros do Conselho de Segurança e países da NATO. E ao arripio - segundo recente sondagem da Universidade Moderna - da vontade da maioria dos portugueses.

**Estudantes contra propinas**



Foi com alguma surpresa que as associações de estudantes receberam quer a posição do Procurador-Geral da República quer as palavras do Presidente da República no encerramento do Congresso do Ensino Superior Politécnico a propósito da questão das propinas. Cunha Rodrigues, contrariando um parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República, por ele solicitado em face de um pedido de parecer jurídico sobre a matéria, afirmou que a Lei do Financiamento é constitucional e legal e a propina deve ser paga por todos os estudantes no ano lectivo em curso.

Jorge Sampaio, por sua vez, manifestou-se a favor da com-

participação dos estudantes no financiamento do ensino superior, o que foi interpretado como uma clara posição a favor de propinas, pese embora persistam dúvidas quanto ao seu pensamento no que se refere à taxa única de 56 700 escudos.

Estas posições suscitaram de imediato a reacção de representantes de estudantes de todo o País, todas elas no sentido de discordância pelo seu teor e de reafirmação do propósito de prosseguirem a luta contra as propinas. Nesse sentido, afirmam, mantém-se na ordem do dia a preparação da manifestação nacional marcada para 24 ou 25 de Março.

**Acidentes de trabalho na agricultura**

A agricultura portuguesa - que ocupa cerca de 500 mil pessoas, 11 por cento da população activa - regista anualmente 9.500 acidentes de trabalho, o que corresponde a um acidente em cada 15 minutos. Números que estão ainda abaixo da realidade, pois a maioria, como no caso das doenças profissionais, não são comunicados.

Estas algumas das conclusões de um estudo do Instituto do Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho.

Mesmo assim, a agricultura ocupa o terceiro lugar, entre os diferentes sectores, quanto aos acidentes de trabalho em Portugal, a seguir à construção civil e indústria extractiva, cujas taxas de incidência são ainda superiores.



A maioria das explorações agrícolas está situada nas regiões da Beira Litoral, Entre Douro e Minho e Ribatejo e Oeste. Por seu lado, o Alentejo, com o menor número de explorações do país, concentra as de maior extensão.

É no Alentejo e no Ribatejo que se verifica o maior número de acidentes de trabalho.

**Balanço do desemprego em Portugal**

Segundo um balanço do Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP), o desemprego, em Portugal Continental, subiu 2,0 por cento em Janeiro, face ao mês anterior, passando a atingir 414.145 pessoas. As regiões autónomas viam a situação piorar 6,2 por cento em relação ao último mês do ano passado e 19,7 em termos anuais, atingindo 15.706 pessoas.

No que respeita à divisão por sexos, em território continental as mulheres continuaram a ser mais afectadas pelo desemprego, ao registarem uma taxa de 58,2 por cento, contra os 41,8 por cento de homens desempregados.

A evolução mais favorável beneficiou o desemprego masculino - menos 11,3 por cento -, jovem - menos 21 por cento - e de longa duração que, de acordo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), desceu 14,5 por cento.

Reportando-se ao item das habilitações literárias, o IEFP frisa que os 65 por cento da população com escolaridade abaixo dos nove anos é a que vê o desemprego crescer mais.

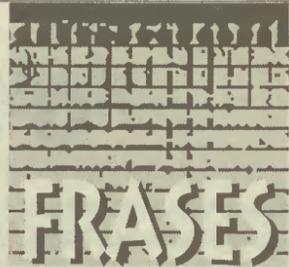
As regiões de Lisboa/Vale do Tejo e Norte atingiram, no seu conjunto, 71,2 por cento do desemprego.

**Suspensão de portagens no Oeste**



A suspensão da cobrança de portagens na auto-estrada do Oeste para tráfego local entre Torres Vedras e o Bombarral entrou em vigor às zero horas do passado dia 20. Foi o epílogo de um polémico processo que se arrastou durante vários opondendo o ministro do Equipamento às populações da região, que souberam não baixar os braços em defesa de uma luta por si considerada justa, impondo um recuo à obstinada posição de João Cravinho.

Não obstante este desfecho não representar uma vitória completa - trata-se de uma suspensão temporária até que esteja concluída a modernização da estrada alternativa (EN8) -, as associações da região que se opuseram às portagens expressaram a sua satisfação pelo resultado obtido.



“Acuso os que pretendem matar o espírito livre e crítico do PS, a sua cultura e identidade, exigindo que a consciência de todos se amolde à consciência de um só. Acuso, enfim, o pequeno “Big Brother” à portuguesa que por aí anda.”

(Manuel Alegre - «Expresso», 21.02.98)

“O PS não é o partido de Guterres, Guterres é que é do PS.”

(Helena Roseta, citada em «Público», 19.02.98)

“Houve transformações nas ideologias que implicaram que as forças políticas mais à direita se tenham aproximado à esquerda e incorporado valores da esquerda e vice-versa.”

(Francisco Assis - «Expresso», 21.02.98)

“Não há Bloco Central por vontade dos dois partidos mas por vontade da Constituição.”

(Marques Mendes - «Expresso», 21.02.98)

“(a revisão das leis eleitorais) É um projecto político tendente a reforçar o que se poderá chamar de “ditadura” bipartidária entre PS e o PSD com exclusão de todas as outras forças partidárias.”

(João Amaral - «Expresso», 21.02.98)

“Marcelo Rebelo de Sousa preferiu optar por desafiar o PS e o Presidente da República para uma concertada violação da Constituição. Julgo que é a primeira vez que um líder político propõe, antecipadamente, que uma maioria parlamentar combinada se sobreponha a uma (hipotética) decisão de inconstitucionalidade em fiscalização preventiva e ao consequente veto presidencial da respectiva lei.”

(Vital Moreira - «Público», 24.02.98)

“Depois de vos ter conduzido a dar o dito por não dito, o PSD ainda se sente no direito de vos humilhar, explicando publicamente que é ele quem conduz o jogo.”

(João Amaral, na AR, durante o debate sobre o aborto - Canal «Parlamento»)

“Essencial é saber por quê, para quê e como esteve Rosa Casaco a passear em Portugal, em Lisboa, frente à Torre de Belém, ali foi fotografado e o “Expresso” publicou. Localizado e contactado Rosa Casaco, a entrevista poderia fazer-se no Brasil, no Sri Lanka ou num hotel de Bruxelas: nada tornava necessário que o cavalheiro viesse a Lisboa.”

(Ruben de Carvalho - «Diário de Notícias», 20.02.98)

“O pide está duplamente protegido, não apenas porque é a sua versão contra a de ninguém, como por esse fatídico segredo de confessor num padre. Acima dele e do seu protegido, nem Lei nem Deus, só o preço do jornal.”

(Iva Delgado - «Público», 21.02.98)

## TRABALHADORES

## Fesete/CGTP consegue acordo com os patrões têxteis

## 40 horas com pausas e sem sábados

**A**o fim de 15 meses de luta dura e persistente, e depois de um processo difícil de negociação, a Federação dos Sindicatos Têxteis, Lanifícios, Vestuário e Calçado anunciou sexta-feira que chegou a acordo com as associações patronais para que a semana de trabalho seja reduzida para o máximo de 40 horas, respeitando os intervalos de 30 minutos para refeições como parte integrante do período normal de trabalho.

O acordo prevê ainda o fim do trabalho ao Sábado e um ajustamento dos salários que a Fesete/CGTP considera como «positivo no contexto actual», apesar de «não corresponder ao desejável» e que, para todos os efeitos,

«representa os mínimos a aplicar com efeitos a 1 de Janeiro» deste ano.

A ponta final das negociações entre os representantes da Fesete e da Associação Portuguesa de Têxteis e Vestuário (APT) prolongou-se

pela madrugada de quinta para sexta-feira. Nas últimas duas semanas, tinha-se verificado um incremento das lutas em diversas empresas, sobretudo no Vale do Ave.

Cerca das duas e meia da manhã, anunciaram a sua ade-

são ao acordo as associações patronais de Têxteis-Lar, dos Industriais de Malhas e da Indústria de Lanifícios.

O conteúdo do acordo foi dado a conhecer na sexta-feira, em conferência de imprensa, pela Fesete, que prontamente tomou medidas para desconvocar as greves em marcha.

A partir de agora, nas empresas daqueles sectores, o período normal de trabalho não pode ser superior a 40 horas por semana; nas secções que laboram com três turnos, o período normal de trabalho diário não pode ultrapassar as 8 horas.

Na laboração em horário

normal ou em dois ou três turnos, o período normal de trabalho será cumprido de segunda a sexta-feira; a única exceção é o terceiro turno de sexta-feira, que terminará às 6 ou 7 horas de sábado. Cada período de trabalho não poderá ultrapassar as seis horas consecutivas, havendo intervalos de 30 minutos, na laboração de dois ou três turnos, e entre uma e duas horas, no horário normal.

Até 31 de Março vigora um regime de transição, que permite às empresas laborar aos sábados durante um número global de 37 horas e meia por turno, remunerando os trabalhadores pelo valor da retribuição horária normal, que acresce à retribuição mensal.

As empresas podem organizar turnos especiais para a laboração de sábado a

segunda-feira e nos feriados (excepto 1 de Janeiro, 1 de Maio e 25 de Dezembro), mas nenhum trabalhador pode ser colocado nestes turnos contra sua vontade. Nestes turnos, o horário não poderá exceder as 12 horas e o período normal de trabalho deverá ficar nas 10 horas diárias. Ficam consagrados períodos de descanso para que não sejam prestadas mais que seis horas de trabalho consecutivas. O acordo, que entrou imediatamente em vigor, estipula ainda os termos da remuneração deste regime especial e exige uma vigilância especial do médico de trabalho.

A tabela salarial acordada tem efeitos ao primeiro dia de 1998 e aponta, como remunerações mínimas mensais, salários entre os 59 e 117 contos.

## Comissão Política do PCP saúda importante e histórica vitória dos trabalhadores da indústria têxtil

Ao fim de mais de 15 meses de persistente, prolongada e intensa luta dos trabalhadores da indústria têxtil, com particular relevo para os trabalhadores do Vale do Ave, foi reconhecida pelas associações empresariais do sector uma velha e sentida aspiração - o **horário semanal das 40 horas e o fim do trabalho ao sábado** - , além de outras importantes reivindicações, como a regulamentação dos turnos de fim-de-semana.

A Comissão Política saúda e felicita todos os sectores, organizações e personalidades que estiveram solidários com esta luta, todos os trabalhadores da indústria têxtil, com destaque para os trabalhadores do Vale do Ave, pelo contributo decisivo da sua luta, na conquista de tão importante e histórica reivindicação.

O acordo assinado na sexta-feira passada entre a FESE-TE/CGTP-IN e as principais associações empresariais do sector, reconhecendo os intervalos de turno como tempo efectivo de trabalho e pondo fim ao trabalho ao sábado, no horário normal dos trabalhadores têxteis, constitui um grande revés para um conjunto de grandes empresários da têxtil e para os divisionistas do Sindetex/UGT, mas também e sobretudo para o Governo PS e as maiorias que, na Assembleia da República, por diversas formas e sistematicamente, procuraram negar aos trabalhadores deste sector uma lei e, por interpretações abusivas, a justa e correcta aplicação do horário das 40 horas.

O que o Governo e a política de direita procuraram impedir e atrasar, há já vários anos no plano legislativo, conquistaram os trabalhadores da indústria têxtil com a sua luta num prolongado e

difícil movimento grevista e de manifestações, agudizado nas duas últimas semanas com o alargamento das paralisações a outros dias que não o sábado nas grandes empresas do Vale do Ave.

Nem tudo foi ainda conquistado, apesar do muito que já foi conseguido.

Nos subsectores da cordoaria, das malhas e vestuário permanece a resistência à aplicação correcta das 40 horas, em algumas grandes empresas.

A questão das pausas dos 10 minutos está longe de ser resolvida nos subsectores das malhas e vestuário.

A luta pela redução efectiva do horário de trabalho para as 40 horas vai ter que continuar pela aplicação do acordo. Pela contagem das pausas de 10 minutos, como tempo efectivo de trabalho, a par da luta por melhores salários face aos salários baixos que são praticados.

A Comissão Política do PCP, associando-se à alegria de milhares de trabalhadores dos têxteis, pela sua importante e histórica vitória, reafirma todo o seu apoio e solidariedade a todos os trabalhadores em luta, pela melhoria, dignificação e valorização das suas condições de trabalho.

O PCP, que desde a primeira hora esteve com os trabalhadores e a sua luta e à frente na iniciativa legislativa, continuará a bater-se pela redução e dignificação do horário de trabalho.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1998

A Comissão Política do PCP



A luta firme dos trabalhadores e dos sindicatos, que mobilizou um vasto movimento de solidariedade, acabou por derrotar o patronato mais retrógrado e o Governo de António Guterres

## Restaurantes e cafés do Norte não cumprem lei das 40 horas

O Sindicato da Hotelaria do Norte efectuou um levantamento em 481 empresas do sector e constatou que a generalidade dos restaurantes e cafés não está a cumprir a lei das 40 horas: apenas em 110 empresas a semana de trabalho foi reduzida para o máximo legal.

Ao adiantar à Lusa, na semana passada, os resultados do estudo realizado em Janeiro, um responsável do sindicato disse que, em geral, os patrões dos hotéis reduziram o horário de trabalho e a sua maioria está a dar dois dias de folga, mas o mesmo não está a acontecer nos restaurantes e cafés.

«A generalidade dos patrões dos restaurantes, cafés e simi-

lares mantém jornadas de trabalho de 50 e 60 horas semanais, com apenas um dia de folga, mas que podem chegar as 70 horas sem folgas em alguns períodos do ano», salientou a fonte sindical citada pela agência.

O sindicato verificou no levantamento que existe trabalho ilegal e clandestino, e acusa a Inspeção de Trabalho de não actuar, apesar de conhecer a situação. Um comunicado do SHN precisa que, no total das empresas visitadas, trabalham 7314 pessoas; destas, 4307 não viram o horário reduzido, o que significa que 60 por cento dos trabalhadores do sector praticam

horários para além do máximo legal.

### Liga saiu

O representante da Liga dos Clubes abandonou a reunião de negociação do contrato colectivo dos Bingos, que decorreu dia 18 no Ministério do Trabalho, atitude que a Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo considerou «uma falta de respeito e consideração» para com os representantes sindicais e do Ministério.

Num comunicado que fez chegar à nossa Redacção, a Feshot/CGTP informa que os representantes dos trabalhadores

insistiram em aumentos salariais mínimos de 2,5 por cento, com efeitos a 1 de Janeiro, propondo ainda, para vigorar a partir de 1999, dois dias de descanso semanal, subsídio nocturno para o trabalho prestado depois das 20 horas, e regulamentação do prémio de produtividade e assiduidade. A Liga «manteve a sua posição inflexível anterior, de não aceitar quaisquer das propostas sindicais», pelo que os sindicatos «vão pedir reuniões aos clubes individualmente, para tentar acordos satisfatórios». A federação adianta que, «no caso de recusa do diálogo por parte dos clubes, serão promovidas reuniões com os trabalhadores para decidir as medidas a tomar».

## «Não é oportuna» a reforma da Segurança Social

«A reforma do sistema de Segurança Social, numa época marcada pela instabilidade social e por profundas modificações na forma de vida dos trabalhadores e das populações, decorrentes da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, não é de forma alguma oportuna», afirma o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores.

Numa «reflexão em defesa do sistema de Segurança Social», apresentada dia 19, em Lisboa, num encontro regional de trabalhadores do sector, o sindicato manifesta preocupação quanto ao futuro, «pelos trabalhadores que representamos» e «porque somos utentes do sistema». Reafirmando a Segurança Social como «um direito fundamental e conquista histórica dos trabalhadores», o STFP/SA alerta para os perigos de diminuição e retirada de direitos, contidos nas propostas da Comissão do Livro Branco: «O Governo, estribado nas propostas desta comissão, está a preparar-se para fazer passar, primeiro na opinião pública e depois na lei, medidas que visam pôr em causa o sistema de Segurança Social e a sua reforma democrática e participada».

A «reflexão» do sindicato recorda os oito princípios consagrados na Lei de Bases da Segurança Social, que «todos dizem defender e respeitar», mas que são violados por propostas do Livro Branco e pelas práticas governativas: universalidade, unidade, igualdade, eficácia, descentralização, garantia judiciária, solidariedade e participação.

Os trabalhadores da Segurança Social de Lis-

boa condenaram as posições políticas que o Governo pretende tomar, e afirmaram o seu empenhamento em esclarecer a opinião pública e defender os princípios do sistema, desenvolvendo «todas as acções necessárias para combater a selectividade e o plafonamento».

### Precipitada

Maria do Carmo Tavares, da Comissão Executiva da CGTP, defendeu em Vila Nova de Gaia que não há motivos para efectuar uma reforma precipitada da Segurança Social, salientando que as teses mais catastrofistas, em termos de futuro, não se confirmam. A Intersindical Nacional, salientou aquela dirigente, citada pelo «Jornal de Notícias» de sábado, pretende que a reforma da Segurança Social seja «o mais consensual possível».

Na sessão comemorativa do nono aniversário da Associação de Reformados e Pensionistas de Vila Nova de Gaia, Maria do Carmo Tavares anunciou que em breve a CGTP vai promover uma conferência sobre a Segurança Social e voltou a repudiar a proposta de plafonamento contida no Livro Branco (criação de uma segunda pensão obrigatória e em regime privado para os rendimentos mais elevados).



O encontro debateu os problemas dos trabalhadores e da Segurança Social

## SIESI contesta na Indelma despedimento colectivo

Para o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, o despedimento colectivo na Indelma, no Porto Alto, não se justifica e deve-se apenas a uma estratégia económica e política.

Um responsável do SIESI disse na semana passada à Agência Lusa que a administração da empresa - uma unidade do grupo Siemens - justificou o encerramento da Indelma com a perda do seu principal cliente, a Ford, para quem produzia cabos para um auto-

móvel que tem sido produzido em Espanha.

Os representantes do sindicato estiveram quinta-feira reunidos com administradores da Indelma e da Siemens e um representante do Ministério do Trabalho, para tentarem esclarecer os motivos do encerramento da empresa. De acordo com o sindicalista, a Siemens vai transferir para uma fábrica na Polónia, onde a mão-de-obra é mais barata, a produção que era feita no Porto Alto, o que mostra que o encerramen-

to da Indelma tem a ver com a estratégia económica do grupo.

A decisão tem também a ver, acusa Nelson Batista, com motivos políticos, sendo uma retaliação da Siemens por ter sido afastada do processo de construção do Metropolitano do Porto. «Exigimos que nos provem que de facto a Ford cancelou as respectivas encomendas, mas a administração da empresa não parece disposta a fazê-lo», revelou.

O sindicato quer também que o Ministério da Economia

promova uma reunião em que estejam presentes representantes da Siemens/Indelma e da Ford, para averiguar os factos. Segundo Nelson Batista, os ministérios da Economia e do Trabalho podem evitar o encerramento da Indelma e o despedimento dos seus 400 trabalhadores, se ameaçarem a Siemens com a retirada dos apoios que lhes estão a ser concedidos (cerca de 30 milhões de contos para os investimentos da Siemens no Vale do Ave e em Évora).

## Terra queimada no Totta & Açores

Os representantes dos trabalhadores do Banco Totta & Açores que foram eleitos pelas listas unitárias afirmam que a actual administração «parece conduzir, na verdade, uma política de terra queimada». Num comunicado ao pessoal do BTA, apontam-se alguns traços da política de pessoal:

- procuram acabar com a «tabela Totta», não cumprindo inclusivamente a norma legal de revisão em cada doze meses;

- abandonaram as avaliações profissionais, sobre as quais os trabalhadores emitiam opinião e tinham possibilidade de recurso;

- deixaram de fazer as promoções dos quadros técnicos;

- eliminaram, praticamente, os empréstimos bonificados aos trabalhadores, na medida em que não actualizam as taxas;

- utilizam nas relações de trabalho, como instrumento único, as pressões de toda a espécie para impor transferências arbitrárias, trabalho suplementar não remunerado e até o pagamento, pelos trabalhadores, de prejuízos próprios do banco.

«Juntando a isto a ausência total de normas escritas, é caso para perguntarmos o que se pretende com tal política», afirma-se no documento, admitindo que «talvez, afinal, esta política de pessoal esteja bem inserida na estratégia geral do banco, com os resultados que estão à vista».

Para os membros das listas unitárias, «os trabalhadores e as suas estruturas representativas não podem assistir de braços cruzados à degradação da empresa e à perda de direitos fundamentais e legais», pelo que «é preciso exigir explicações e responsabilidade a quem de direito, não esquecendo o próprio Governo e o primeiro-ministro, tão interessados, no passado recente, na entrega do Totta a «boas mãos» portuguesas».

O comunicado conclui considerando que as notícias sobre a oferta pública de transacção do Pinto & Sotto Mayor sobre o Totta «confirmam que a estratégia era mesmo «degradar para comprar»». Os eleitos unitários, comentando a revelação de enormes buracos da gestão anterior, que deveria ter procedido ao aumento das provisões, lamentando «que a actual administração não assuma uma denúncia frontal e detalhada».

### Banco Mello

«Situações de desigualdade e de injustiça relativa», geradas com a integração dos trabalhadores do ex-Banco Mello na ex-UBP, foram denunciadas pelos eleitos das listas unitárias no BM, que reclamam salário igual para trabalho igual.

Num comunicado em distribuição, as listas unitárias criticam «a ausência de informação por parte das estruturas representativas dos trabalhadores» (dominadas pelas tendências socialista e social-democrata) e alertam para «os perigos do imobilismo e da inércia, que contribuem natural e decisivamente para a retirada de direitos e redução de regalias sociais».

## Concentração no Ministério da Defesa

Representantes dos trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas concentraram-se sexta-feira, de manhã, frente ao Ministério da Defesa Nacional, dando cumprimento ao mandato recebido nos plenários realizados nas empresas.

Os trabalhadores dos EFFAs e da indústria de Defesa, afirma o sindicato, encontram-se «indignados com a forma como os seus problemas estão a ser tratados pelo Governo», particularmente pela recusa do Ministério de Veiga Simão em negociar a revisão salarial para 1998 e outras reivindicações.

Os representantes dos trabalhadores exigiram do ministro o «imediate início das negociações», reclamando que a actualização salarial não se quede simplesmente nos cerca de cem escudos diários que o Governo pretende impor. Exigem ainda que os contratados a prazo sejam passados a efectivos, «garantindo assim um melhor funcionamento dos EFFAs», bem como «investimentos materiais e humanos, por forma a que os estabelecimentos fabris das Forças Armadas e a indústria de Defesa possam desempenhar cabalmente as suas funções».

## TRABALHADORES

# Experiência do Reino Unido dá razão aos sindicatos Privatizações lesam o País os trabalhadores e as populações

Sindicalistas portugueses apresentaram um detalhado relatório sobre os contactos realizados em Londres com o UNISON e outras estruturas sindicais, que deram vasta informação sobre mais de 15 anos de políticas de desregulamentação e privatização. Em foco estiveram a Administração Pública, a energia, as telecomunicações e os transportes ferroviários.

Na conferência de imprensa de dia 18, convocada pelo STAL, estiveram também dirigentes sindicais das indústrias eléctricas, da Função Pública, dos Ferroviários e das Telecomunicações. Ao darem conta dos resultados da visita, os dirigentes sindicais teceram severas críticas à política de privatizações seguida em Portugal, pelo Governo do PS como antes pelos do PSD. «Mesmo considerando as devidas especificidades nacionais, a comparação entre ambas as realidades revela-se pertinente, não só porque o nosso processo é originalmente devedor do exemplo britânico, mas devido especialmente ao carácter estruturalmente anti-social que caracteriza todos os processos privatizadores, bem como à dimensão globalizante que hoje revelam», afirma-se no documento divulgado à comunicação social, adiantando que, «por antecipação e experiência, não podemos deixar de afirmar que as consequências de ambos os processos demonstram, como não poderia deixar de ser, fortes paralelismos».

Contra as orientações privatizadoras, os sindicatos defendem «uma gestão pública democrática e transparente, ao serviço de todos os cidadãos e respeitadora dos direitos de quem trabalha», a qual «é hoje, mais do que nunca, importante e determinante para a construção de uma sociedade moderna, progressista e solidária».

## Legitimação e estratégias

A chegada de Margareth Thatcher e dos conservadores ao poder, em 1979, representou a aplicação de uma política assente nos princípios neoliberais de que só os mecanismos de mercado e a concorrência permitem aprofundar a eficácia das empresas e do sistema económico. Assim, deveria ser reduzido o papel do Estado na economia, nomeadamente no fornecimento de bens e serviços, o que teria como resultado a diminuição das despesas públicas, uma melhor distribuição dos recursos e um aumento da qualidade dos serviços.

Os processos de privatizações são desencadeados sobretudo no segundo e no terceiro mandatos conservadores. «Sem verdadeira lógica sectorial nem industrial» - referem os sindicatos portugueses - «foram as empresas mais rentáveis as primeiras a ser privatizadas». O sucesso da operação de venda, em Bolsa, de 50 por cento da British Telecom encorajou os conservadores a ultrapassarem aquela *plafond* na alienação do capital social da maioria das empresas públicas.

Mais de três quartos do sector industrial do Estado foram total ou parcialmente privatizados: as telecomunicações em 1985, o gás em 1986, a água em 1989, a electricidade em 1990, o caminho-de-ferro em 1995-96, a administração central e local... «Só os correios, graças à luta sindical e ao apoio da população, permanecem ainda

sob controlo público», refere o documento divulgado pelos sindicatos portugueses.

A par das operações bolsistas, as privatizações passaram pela divisão das empresas públicas, justificada pelo objectivo de reforçar a concorrência. Só que, em numerosos casos, a privatização resultou em situações de monopólio e oligopólio, nacional ou regional.

Na Administração Pública, a privatização foi estimulada por mecanismos específicos, como circulares aos serviços ou até legislação compulsiva, que obrigava as autoridades locais a privatizar a maioria dos seus serviços e impossibilitava a introdução de cláusulas sociais. As entidades públicas foram expressamente impedidas de concorrer a concessões, em pé de igualdade com os privados.

Os sindicatos resumiram «algumas características comuns» das estratégias e formas de privatização levadas a cabo no Reino Unido e em Portugal:

- houve largas reestruturações, com mobilização de



A experiência britânica confirma os argumentos do movimento sindical unitário no combate à política de privatizações dos serviços públicos

importantes meios financeiros, para seduzir os accionistas através de balanços perfeitamente são (provando, contra a argumentação neoliberal, que as empresas públicas podem ser eficientes e lucrativas);

- foi feita a fragmentação ou parcelização das empresas;

- houve subavaliação das empresas a privatizar;

- procederam a mudanças do estatuto jurídico, em especial na Administração Pública.

## Quanto custam os lucros privados

As empresas e sectores entregues aos privados têm apresentado enormes lucros e elevados índices de crescimento destes. A outra face da moeda também já tem contornos nítidos.

Os sindicatos apontam, como graves consequências da política de privatizações no Reino Unido:

- a corporativização da democracia, com a diminuição da capacidade negocial das autoridades públicas face a fortes grupos económicos na determinação das políticas de investimento; diminuiu o controlo público e dos cidadãos e alastrou a corrupção;
- a definição e aplicação de uma estratégia nacional ficou posta em causa; é referido o caso paradigmático da electricidade, cuja distribuição é controlada em mais de 60 por cento por empresas norte-americanas;
- a regulação do mercado não foi suficiente para impedir a escalada dos preços e a corrida aos lucros;
- o volume e a qualidade de emprego diminuíram drasticamente (foram liquidados mais de 600 mil empregos na electricidade, no gás, na administração central e local, no caminho-de-ferro e nas telecomunicações; aumentou a precarização, quase triplicando o pessoal temporário na administração central e mais que duplicando os subcontratados e temporários na British Telecom); nas empresas são aumentados os ritmos de trabalho e são atacados direitos, como as férias, a protecção social, as baixas;
- aumentaram as tarifas da água (cerca de 40 por cento de 1989 a 1994) e da electricidade (com fortes disparidades regionais, o Reino Unido detém a quinta tarifa mais cara a nível mundial); as reduções dos preços das chamadas telefónicas têm beneficiado sobretudo os grandes consumidores, enquanto as taxas de aluguer aumentaram; a fragmentação das empresas tem levado ao aumento real dos custos dos percursos ferroviários; as mais prejudicadas são as famílias de menores rendimentos;
- a qualidade de serviço piorou, com sinais mais evidentes na água, na electricidade e na administração pública;
- em vez da anunciada competição, verificou-se a concentração do volume de negócios em meia dúzia de multinacionais americanas e francesas, a par das britânicas;
- verificaram-se grandes desperdícios de dinheiros públicos; em vez dos prometidos investimentos privados para modernização dos serviços, houve estagnação ou diminuição do investimento, mais evidente na água e no caminho-de-ferro.



A luta contra a política de privatizações tem estado sempre presente nas acções levadas a cabo pelos trabalhadores e suas estruturas

## MADEIRA Cartazes do PCP retirados da rua

O Secretariado do PCP/Madeira acusa o Governo regional de ter mandado retirar das ruas do Funchal os cartazes que alertavam a população para os escandalosos aumentos dos telefones. Os comunistas condenam esta atitude «prepotente e obscurantista que atenta contra os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos» e lança a pergunta ao Governo: «Está contra ou a favor do aumento das chamadas telefónicas?» Por outro lado, o PCP exige que lhe seja entregue todo o material de informação ilegalmente retirado e pretende esclarecimentos com vista a poder tomar outras acções contra os autores de mais este atentado à liberdade de informar.

## LOUSÃ Assembleia Municipal contesta aumentos dos telefones

A sessão da Assembleia Municipal da Lousã, do passado dia 20, aprovou uma moção apresentada pelo eleito da CDU que reclama do Governo e da Portugal Telecom a revogação da taxa de activação de chamadas telefónicas e a suspensão dos aumentos que ultrapassem a estimativa oficial para a inflação. O texto da CDU, que foi aprovado também com os votos do PS, PSD e PP e apenas teve um voto contra (PS), será enviado ao primeiro-ministro, presidente da Telecom e presidente da AR.

## MONTEMOR-O-NOVO Programa sofre corte drástico

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo está indignada com os cortes financeiros efectuados no programa comunitário «Integrar», destinado a promover a integração económica e social dos grupos mais desfavorecidos da população. No âmbito deste programa, a autarquia com o apoio da Associação de Desenvolvimento «Terras Dentro» tem em curso nas freguesias de S. Cristóvão e Escoural o projecto «Apoiar para Melhorar» aprovado para o biénio 97/98, tendo-lhe sido atribuídas verbas na ordem dos 30 mil contos destinadas a acções de animação e apoio a idosos, nomeadamente ao funcionamento de Centros de Dia. Na sequência dos referidos cortes de verbas na ordem dos 60 por cento, o projecto será inviabilizado ameaçando inclusive os postos de trabalho de várias pessoas. A Câmara, juntamente com outras entidades, prepara uma acção a nível nacional de contestação a esta medida. Entretanto, o presidente da edilidade montemorense, Carlos Pinto de Sá, foi recentemente eleito para o Comité das Regiões - assembleia consultiva da União Europeia composta por 22 representantes do poder local e regional. A representação portuguesa integra 12 membros, entre autarcas e presidentes dos Governos Regionais da Madeira e Açores.

## ALENQUER Maioria recusa pelouros

A CDU de Alenquer, que recolheu 20 por cento dos votos expressos nas últimas eleições autárquicas, sempre se manifestou disponível para aceitar pelouros desde que lhe sejam dados meios que permitam desenvolver um bom trabalho. Contudo esse não foi o entendimento da maioria PS e do seu presidente Álvaro Pedro que decidiu não atribuir nenhum pelouro às forças da oposição apesar de, após a tomada de posse, ter solicitado aos vereadores a sua posição face à distribuição de competências. A CDU entende que esta atitude do PS revela «receio de que a oposição possa mostrar serviço» e é mais um sinal do «autoritarismo e centralismo» reinante na Câmara Municipal. Os eleitos da Coligação afirmam que «enquanto não for dado um passo qualitativo na gestão do município», Alenquer continuará a ser um concelho estagnado.

## ALMADA Quinzena da Juventude

A Câmara Municipal de Almada promove entre 12 e 28 de Março a Quinzena da Juventude, iniciativa que junta as associações juvenis do concelho e pretende ser um espaço de divulgação e valorização da actividade desenvolvida pelo Movimento Associativo Juvenil. Entre várias actividades previstas destaca-se uma mostra de bandas de música moderna portuguesa, espectáculos de dança, teatro, animação de rua, desportos de acção, graffitis, capoeira e exposições várias.

## Bragança PCP define áreas de intervenção

Reunida no passado dia 20, a Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP aprovou medidas de reforço da organização e definiu áreas estratégicas de intervenção política.

A agricultura, os trabalhadores, a juventude, o ensino, a saúde e a segurança social são as áreas estratégicas que em torno das quais os comunistas de Bragança vão realizar iniciativas com o objectivo de aprofundar o conhecimento dos problemas e elaborar propostas para a sua resolução.

A DORBA anunciou ainda a realização de uma reunião de quadros de Trás-os-Montes do PCP, no próximo dia 7 de Março, em conjunto com a Direcção da Organização de Vila Real (DORVIR).

Outras iniciativas foram marcadas, designadamente as comemorações do 77º aniversário do PCP, a 15 de Março em Bragança e a 22 em Mirandela, com

sessões abertas à participação de militantes, simpatizantes e amigos do Partido.

Visando dar «um novo e vigoroso impulso à intervenção e afirmação política do Partido, a DORBA decidiu lançar uma campanha de criação de novos organismos e reanimar e dinamizar as actuais estruturas no distrito.

### Sector produtivo debilitado

Da análise da situação política e social no distrito, a DORBA sublinha a existência de salários em atraso em empresas como a Olivac, em Mogadouro, e a Gru-

nig em Bragança; as dívidas aos produtores de leite do planalto mirandês, que ascendem a cerca de 300 mil contos; as dificuldades que enfrentam os olivicultores quer pelo mau ano agrícola quer ainda pela ameaça de alteração das regras comunitárias no sector; a incerteza no futuro dos milhares de produtores da região demarcada do Douro, na sequência da decisão do Governo de romper com o processo de saneamento financeiro da Casa do Douro, pondo termo ao envolvimento do IPE no acordo com a Cofipsa e a Real Companhia Velha.

A DORBA faz ainda referência a declarações de autarcas, deputados e dirigentes do PS e do PSD a nível regional em defesa da criação da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, considerando-as positivas, mas recorda a oposição frontal da Direcção Nacional do PSD à regionalização e as

manobras dilatórias do PS para que não seja aprovada e entre em vigor a lei de criação das Regiões Administrativas no Continente. Os comunistas de Bragança salientam que «todos os comportamentos e atitudes do PS têm sido no sentido de complicar e inviabilizar, na prática, a Regionalização».

No plano cultural, a DORBA afirma que o Governo continua a ignorar o Nordeste transmontano e cita a denúncia feita pelo Teatro em Movimento acerca da possibilidade de atribuição de subsídios de forma fraudulenta e discriminatória. A companhia afirma que recebeu uma carta do Ministério da Cultura em resposta a uma subsídio que o Teatro em Movimento não se candidatou. A carta terá sido escrita antes da atribuição dos subsídios apresentando a data falsificada.

## Ponte de Sor PS marginaliza eleitos da CDU

O recente encontro concelhio de eleitos e activistas da CDU no concelho de Ponte de Sor constatou que «quer no âmbito da Assembleia Municipal, quer no funcionamento da própria Câmara Municipal, verifica-se a clara intenção do Partido Socialista e dos seus representantes em promover acordos e compromissos com os eleitos do PSD». Esta atitude é considerada pela CDU - a segunda força política no concelho que ficou a apenas 111 votos da conquista da Câmara - como «uma clara desrespeito pela vontade expressa nas últimas eleições».

Até ao momento, os vereadores da CDU não receberam qualquer indicação ou proposta da presidência da Câmara quanto à atribuição de pelouros. Apesar desta situação «insólita», os vereadores da CDU pretendem assegurar desde já o atendimento aos municípios, aguardando a disponibilização de um gabinete de trabalho no edifício central municipal. Irão promover igualmente encontros e reuniões de trabalho com as juntas de freguesia do

concelho de modo a aprofundar o conhecimento daquelas realidades, as principais necessidades e obras prioritárias.

A CDU propõe-se avaliar regularmente a actuação dos diferentes órgãos autárquicos, definindo objectivos e acções concretas a desenvolver. O encontro concelhio decidiu ainda editar um Boletim Informativo dando conta das diferentes acções em curso, propostas e ideias para o município.

A análise dos resultados eleitorais do passado dia 14 de Dezembro mostra que a CDU detém importantes posições no concelho, tendo eleito três vereadores, contra igual número do PS e um do PSD. Ao mesmo tempo conquistou a presidência de cinco juntas assembleias de freguesia (Foros do Arrão, Galveias, Longomel, Montargil e Vale Açor), tendo ficado em minoria nas freguesias de Ponte de Sor e Tramagal.

Na Assembleia Municipal de Ponte de Sor, a CDU detém a maioria dos eleitos, com nove membros eleitos directamente e

cinco por inerência, num total de 14 eleitos contra 11 do PS e três do PSD. Comparativamente aos resultados de 1993, a CDU reforçou a sua votação em termos absolutos, com mais 602 votos, tendo a abstenção passado de 32 por cento para 34 por cento.

Os resultados obtidos traduzem «a insatisfação e a reprovacão» com o desempenho da Câmara, marcada por traços de «incompetência, arrogância e de

permanente confronto, circunstâncias que têm contribuído para a estagnação do concelho, no plano económico, cultural e social».

O encontro da CDU constatou ainda a ausência da intervenção do PSD na eleições, que apresentou um candidato que é «uma natural reserva do Partido Socialista». Esta situação levou a que o PSD tenha perdido mais de 800 votos, relativamente ao sufrágio de 1993.

## Açores Deputado do PCP defende novas políticas

Intervindo na Assembleia Legislativa Regional, o deputado comunista Paulo Valadão apresentou um conjunto de propostas abrangendo vários sectores fundamentais onde «não se detectam políticas de fundo novas».

Para o PCP, é necessário adaptar o sistema fiscal da região, reduzindo os custos das empresas e aliviando a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho. Outras medidas de compensação dos custos de insularidade devem ser tomadas a par da redução das tarifas aéreas e marítimas de passageiros e mercadorias. Paulo Valadão exigiu mais dinamismo na área da habitação social; uma intervenção urgente nos cuidados de saúde e no serviço de emergência médica; a actualização de orientações e criação de incentivos nos sectores agro-pecuário, dos lacticínios e da transformação de carne na região; o fim das privatizações no sector público administrativo e a integração no quadro dos contratados da administração regional; a criação de novos incentivos às empresas de pequena e média dimensão que criem novos postos de trabalho.

Segundo afirmou o deputado, «esta economia insular e distante tem de ter regras próprias e incompatíveis com modas neoliberais geradoras de enormes distorções».

### CAMARADAS FALECIDOS

#### Armindo José Carretas

Faleceu, no passado dia 29 de Janeiro, com 50 anos, o camarada Armindo Carretas, operário da MAN em Vendas Novas. Militante do PCP desde 1977, foi vereador na Câmara Municipal no mandato 77/79 e era membro da Assembleia Municipal no último mandato.

#### Gaudêncio Ricardo

Faleceu, no passado dia 14 de Fevereiro, com 81 anos, o camarada Gaudêncio Ricardo. Foi durante muitos anos responsável pela abertura do Centro de Trabalho. Era militante do PCP desde 1977 e estava reformado da agricultura.

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo da Redacção do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## FARO

## Aniversário do «Avante!»

Promovido pela Comissão Concelhia de Faro, decorreu no passado sábado um jantar que assinalou o aniversário do «Avante!», reunindo mais de 60 pessoas, participação considerada significativa pelos organizadores uma vez que para além dos festejos carnavalescos, a Televisão transmitia naquele momento o jogo Benfica-Sporting. Intervindo em nome da Comissão Concelhia, José Pires anunciou o programa de iniciativas para os próximos meses, realçando a realização da Assembleia de Organização. Seguiu-se-lhe Carlos Brito, director do «Avante!», que aproveitou para recordar o passado histórico do nosso jornal, sublinhando que «foi quase um milagre a sua publicação durante 43 anos nas condições de clandestinidade».

Carlos Brito destacou ainda o importante papel do jornal hoje como «órgão de informação e esclarecimento - o único que se coloca numa posição consequente de esquerda na abordagem das questões da actualidade - que deve ser considerado ao mesmo tempo como um instrumento de grande importância na dinamização do trabalho do Partido». Por isso, concluiu, «a sua difusão é uma das grandes tarefas que se colocam a todos os militantes».

O director do «Avante!» lembrou os 150 anos do Manifesto Comunista, afirmando que o tempo passado só vem mostrar a justeza e a imprescindibilidade do triunfo dos nossos ideais».

MARINHA GRANDE  
Orçamento esquece  
obras em curso

Os vereadores da CDU na CM da Marinha Grande acusam o executivo de «completa desorganização, falta de rigor e de planeamento» na elaboração do Plano e Orçamento para 1998. Apenas passados dois meses da sua aprovação, o presidente da Câmara já teve necessidade de proceder a quatro alterações, a última das quais num valor superior a 180 mil contos.

Segundo a CDU, é incompreensível que o executivo municipal do PS «se tenha esquecido da dotação orçamental para obras que estavam em execução já muito perto de serem concluídas».

Por outro lado, manifestam o seu desacordo pela retirada de verbas a obras importantes como são exemplos a construção de habitação social e a construção da Rua da Pedra. Os eleitos da CDU, que votaram contra as alterações propostas, consideram que a maioria PS apresentou «um plano e orçamento fictício recheado de obras eleitorais que agora com sucessivas alterações na secretaria pretende anular não cumprindo o documento aprovado em Assembleia Municipal».

## COVILHÃ

## Central de compostagem

Em Março de 1996, a CDU apontou «a impossibilidade e inconveniência» da construção da Central de Compostagem em cima da actual lixeira do Souto Alto. Na altura, ninguém quis ouvir as razões invocadas e a surdez dos governantes e a demagogia eleitoralista levou a obra fosse anunciada no local onde foi montada uma tenda e servido um lauto almoço.

Porém, passadas estas encenações e sem quaisquer esclarecimentos por parte da Associação de Municípios da Cova da Beira, a verdade é que se concluiu que o local era inviável e começou-se a procurar nova localização para a Central. Fala-se agora da Ponte de Alvares, no rio Zêzere, embora não tenham sido feitos os necessários estudos de impacto.

A CDU insiste na necessidade de selar e recuperar a lixeira do Souto Alto e opõe-se à escolha do novo local, considerando que a construção da central iria prejudicar as populações que no verão usufruem do rio Zêzere, em particular os moradores das freguesias de Boidobra e do Ferro.

Exigindo que sejam feitos estudos técnicos ambientais e cumprida a legislação existente, a CDU sublinha que devem também ser observados «os compromissos escritos» assumidos pela Associação dos Municípios da Cova da Beira e pela Câmara Municipal da Covilhã com os moradores daquela zona.

## VISEU

## Greve pelos salários

O executivo da Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP manifesta a sua solidariedade aos trabalhadores da empresa «Confecções Coimbrões» que entraram em greve exigindo o pagamento dos seus salários em atraso.

Notando o silêncio das entidades oficiais, quer no concelho quer no distrito, os comunistas sublinham que estão em causa cerca de 90 postos de trabalho, numa empresa onde a maioria dos trabalhadores, alguns com nove anos de serviço, recebiam salários que não ultrapassavam os 60 mil escudos. Segundo o PCP, os actuais salários em atraso não têm justificação, uma vez que a empresa vende toda a sua produção.

## Reuniu Conselho Regional de Beja

## Alentejo precisa

## de «discriminação positiva»

«É justa e urgente uma nova política governamental para o Alentejo de discriminação positiva e não de abandono e marginalização, que canalize para aqui mais dinheiros e meios para combater a desertificação e o desemprego». Esta foi uma das conclusões dos comunistas de Beja que reuniram no passado sábado, 21, o Conselho Regional de Beja.

Durante os trabalhos foi analisada a conjuntura política e social no distrito e debatidos amplamente aspectos da vida interna partidária e da intervenção do PCP na sociedade.

O Conselho Regional constatou que o desemprego apresenta na região a taxa mais elevada do País, apesar da «permanente quebra demográfica, do grande número de reformados na região, da limpeza de ficheiros nos centros de emprego e da engenharia estatística». Em resultado, os jovens continuam a ser forçados a abandonar a região em busca de trabalho noutras zonas do país, ou no estrangeiro.

A situação no domínio da saúde é também caracterizada por graves carências: faltam dezenas de médicos; os hospi-

tais e centros de saúde funcionam mal; cerca de 12 mil pessoas não têm médico de família.

Os comunistas chamam ainda a atenção para o mau estado das estradas, como é exemplo o troço Ficalho/Serpa, no trajecto do adiado IP 8, que é uma das rotas da Andaluzia para a Expo/98.

Considerando positivo que as obras do Alqueva estejam a decorrer, o PCP manifesta preocupação pelo facto de se manter a indefinição sobre aspectos como a área a irrigar e sobretudo com a falta de garantia de acesso de pequenos e médios agricultores e trabalhadores agrícolas às terras irrigadas, deixando ao mercado a função de regular a questão central do regime de pro-

priedade. Neste âmbito, o Conselho Regional defendeu a urgente criação de um centro de Experimentação de Regadio, a instalar no distrito de Beja.

## Verbas esgotadas

Entre várias críticas à política do Governo, os comunistas de Beja denunciam o carácter propagandístico da instalação do ProAlentejo e a nomeação das dirigentes desse programa e da CCRA, que «apenas serviram para colocar mais alguns boys na região».

Com base nas denúncias da generalidade das autarquias alentejanas, o PCP afirma que os dinheiros do Programa Operacional Regional do Alentejo estão há muito esgotados ou comprometidos e que se entretanto o Governo não reforçar as verbas, só no ano 2000, no próximo quadro comunitário de apoio poderá haver mais fundos da União Europeia para o Alentejo.

Acolhendo com entusiasmo as decisões da reunião do Comité Central do PCP de 14 e 15 de Fevereiro, o Conselho Geral apelou aos seus militantes e às organizações no distrito para que se empenhem no seu cumprimento, em especial no vasto movimento de reflexão, debate, tomada de decisões e adopção de medidas visando dar um novo e vigoroso impulso na organização, intervenção e afirmação política do Partido.

Para os próximos meses, estão previstas várias iniciativas comemorativas do 77º aniversário do PCP, bem como a participação activa dos comunistas nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, do Dia da Juventude, do 25 de Abril e do 1º de Maio.

O Conselho Regional prestou ainda homenagem à memória de Ivo Góis, membro da DORBE do PCP e destacado sindicalista, cujo desaparecimento recente constituiu uma enorme perda para a organização partidária e para o movimento sindical unitário alentejano.

## Póvoa do Varzim

## Crise na Gomes do Monte

A história das graves dificuldades financeiras que atravessa a sociedade de construções Gomes do Monte, na Póvoa do Varzim, precisa de ser melhor contada, afirma o PCP que não acredita nas razões apresentadas pela empresa que acusa de estar a «ludibriar os trabalhadores».

A Gomes do Monte debate-se com uma dívida à banca na ordem dos quatro milhões de contos e afirma que tal situação se deve a «uma redução catastrófica da facturação causada por condições climáticas adversas, que originou grande insuficiência de tesouraria».

Na verdade, afirma a Concelhia do PCP, a empresa é conceituada no mercado, tem uma carteira de encomendas e muitas obras estão praticamente paralisadas devido a erros de gestão gerados

num processo de crescimento rápido que levou a claros excessos de encargos para as possibilidades.

«Seria lícito esperar da Gomes do Monte que neste quadro requeresse ao tribunal a sua recuperação. Contudo, tal não sucedeu porque lhe traria custos acrescidos dando aos trabalhadores a possibilidade de reclamarem os seus créditos.»

O PCP sublinha ainda que a empresa não fez retenções dos descontos dos salários de Janeiro para a Segurança Social, impõe férias antecipadas e procura convencer os trabalhadores a rescindir o contrato a troco de uma declaração para o fundo de desemprego. Deste modo, seriam definitivamente impedidos de reclamarem os seus créditos passando a empresa a ser credora privilegiada.

## Por proposta da CDU

## Assembleia Municipal de Setúbal

## solidária com trabalhadores da Renault

A incapacidade política e negocial demonstrada pelo governo português para superar o problema da SODIA (ex-Renault/Setúbal) foi denunciada na sessão da Assembleia Municipal de Setúbal, na passada noite de 20 de Fevereiro, que aprovou por unanimidade uma moção de solidariedade com a luta dos trabalhadores daquela empresa, apresentada pela bancada da CDU.

Eusébio Candeias, trabalhador da SODIA e presidente da Junta de Freguesia do Sado, onde a unidade fabril se situa, afirmou que «a cinco meses do fim do contrato de montagem de automóveis firmado entre o governo português e a Renault Francesa, não se vislumbra uma solução que permita acreditar que não estamos na iminência de um encerramento definitivo de uma importante infra-estrutura fabril, com alto nível de qualidade, e o despedimento de cerca de 600 trabalhadores».

«A multinacional lavou as mãos, abandonou Setúbal, e não fôra a luta dos trabalhadores há muito que empresa teria fechada as portas» - acrescentou. A moção, que congregou os votos de todas as bancadas, reivindica do Governo e do Ministério

que tutela este processo «uma informação transparente que permita concluir séria e serenamente sobre o real empenhamento das autoridades portuguesas na busca de uma solução que preserve os interesses dos trabalhadores e da comunidade».

Na mesma sessão, a maioria relativa do PS não conseguiu o número de votos suficientes para fazer passar a Tabela de Taxas aprovada na Câmara Municipal no mandato passado, com os votos contra da CDU. «Incompreensivelmente mais elevada quando comparada com as praticadas em concelhos vizinhos, de maioria CDU, justifica-se assim que a tabela proposta seja revista com critérios técnicos e políticos de natureza económica, jurídica e social, com incidência no desenvolvimento do concelho e no bem-estar das populações», afirma-se na declaração de voto da CDU, cujo papel de denúncia pública dos aspectos graves da tabela antes imposta pelo PS obrigou a que a mesma fosse agora devolvida à Câmara, onde os eleitos da CDU voltarão a pugnar por valores mais justos.

## Curso de arqueologia em Almada

A Câmara de Almada promove, nos dias 28 de Fevereiro e 7, 14, 21, 28 de Março e 4 de Abril, o III Curso de Introdução à Arqueologia de Campo.

A iniciativa, cujas inscrições estão abertas até 27 de Fevereiro, insere-se no programa de reabilitação urbana "Nova Almada Velha" e destina-se a estudantes dos 9º e 12º anos de escolaridade.

Proporcionar aos jovens do concelho uma primeira abordagem sobre a temática da arqueologia e o seu campo de actuação, através da sensibilização para a realidade e património local, são - de acordo com o comunicado divulgado pela câmara - os objectivos do curso.

Com início na tarde de 28 de Fevereiro, o curso inclui temas como: geologia e paleontologia; métodos e técnicas de arqueologia; desenho arqueológico; pré e proto-história de Almada; materiais arqueológicos; faunas mamalógicas e questões relacionadas com técnicas laboratoriais.

Integram ainda o currículo do curso prospecção de campo e sessões práticas.

## Jornadas de engenharia

As 5.ª Jornadas de Engenharia dos Países de Língua Oficial Portuguesa irão realizar-se em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, entre 22 e 25 de Junho.

Agricultura, silvicultura e desenvolvimento rural, assim como engenharia dos recursos naturais e remodelação urbana (habitação, ambiente e saneamento básico, transportes) são alguns dos temas do encontro, definidos por ocasião das 4.ª jornadas de engenharia, realizadas em Maio de 1997 em Luanda.

As telecomunicações e desenvolvimento, temática que incidirá sobre projectos específicos, políticas globais, nacionais ou regionais, dará particular relevo a aspectos de cooperação, de formação contínua e de informática e automação, bem como de transferência de tecnologia.

## Dados pessoais e "segurança do Estado"

O tratamento de dados pessoais sensíveis, como a filiação partidária ou sindical, as convicções filosóficas ou políticas e a vida privada ou mesmo sexual, poderá vir a ser permitido se for aprovada uma proposta de lei do governo.

O diploma permite o tratamento desses dados, embora com condicionantes, "quando se mostrar indispensável à protecção da segurança do Estado, da defesa, da segurança pública e da prevenção, investigação ou repressão de infracções penais".

Apesar de o anteprojecto proibir o tratamento de dados sensíveis, tal como o faz a legislação actualmente em vigor, acaba por prever que esse tratamento seja possível numa série de casos enunciados, embora com garantias de não discriminação e medidas de segurança. O alargamento das competências assim atribuído à Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd), envolve ainda a possibilidade de autorizar a interconexão de dados pessoais.

O anteprojecto estabelece também a livre circulação de dados pessoais entre países da União Europeia e regulamente a sua transferência, assim como os recursos judiciais, a responsabilidade civil e sanções.

## Reclusos de Alcoentre pedem para trabalhar

Um grupo de detidos no Estabelecimento Prisional de Alcoentre pediu, em carta dirigida aos presidentes da República e da Assembleia da República, para que sensibilizem as entidades públicas e privadas para utilizarem trabalho de reclusos.

Numa extensa missiva, assinada por 190 dos 210 detidos na parte mais antiga deste estabelecimento prisional, queixam-se de os programas de inserção social serem "poucos e reduzidos e só valorarem a vertente ensino, esquecendo a vertente civilidade" e o "problema real" da toxicoddependência.

Os signatários consideram possível um incremento da ocupação, nomeadamente na zona envolvente da prisão de Alcoentre, em tarefas de reflorestação e prevenção de incêndios (limpeza de caminhos, linhas de água, matos e aceiros).

## Associação 25 de Abril inaugura espaço no Porto

A Associação 25 de Abril inaugurou um espaço no Porto, junto à Ribeira. No acto de inauguração, Vasco Lourenço salientou ser esta a primeira sede da associação, já que as instalações em Lisboa são arrendadas.

Para esta delegação do Norte estão previstas várias iniciativas, nomeadamente a realização de três colóquios sobre direitos humanos. Um projecto que se insere no âmbito das comemorações do 25 de Abril, coincidindo com o 50º aniversário da proclamação da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Outro projecto será a organização de uma biblioteca temática sobre o 25 de Abril e a instalação, na delegação do Norte, de um sistema informático que fique em ligação com o Centro de Documentação 25 de Abril, a funcionar em Coimbra.

# Milhares de assinaturas contra aumentos de telefones

O movimento contra os aumentos dos telefones e, em particular, contra a taxa de activação, tem vindo a registar muitos milhares de adesões e tende a assumir novas formas, numa perspectiva do aprofundamento e diversificação das acções.

A semana passada, numa acção de rua realizada frente à Portugal Telecom (PT), em Lisboa, a Comissão de Utentes obteve o apoio de mais 1.500 pessoas, tendo entretanto recolhido 13 mil assinaturas.

No contacto directo com as pessoas, repetem-se os apelos para que se dê conhecimento das queixas à Deco e à Comissão, se peça a facturação detalhada completa, de par da participação nas acções de protesto programadas.

"Não faça chamadas telefónicas no próximo dia 2 de Março, excepto em casos de urgência" - é o apelo divulgado no panfleto entretanto distribuído à população. "Este será mais um aviso à administração da PT e à tutela governamental de que os portugueses não estão dispostos a abdicar dos seus direitos, não aceitam taxas decretadas por empresas e não se resignam face aos brutais aumentos que a PT pretende aplicar", sublinha-se.

No panfleto dirigia-se também um apelo aos automobilistas para que, dia 25 de Fevereiro, circularassem nas proximidades da sede da PT, "buzinando, acendendo faróis, em suma, expressando a sua indignação".



Entrega de postais contra os aumentos dos telefones, na residência do primeiro-ministro

Simultaneamente, um Grupo de Utentes da Portugal Telecom, entregou dia 20, na residência oficial do primeiro-ministro, cinco mil postais exigindo a suspensão do aumento das tarifas telefónicas.

A recolha dos postais começou a ser feita em Novembro,

quando se começou a falar na possibilidade dos aumentos, que este mês se concretizam.

"As famílias portuguesas já pagam os telefones mais caros da Europa, considerando o

orçamentos familiares, o grupo exige que seja suspenso o aumento das tarifas telefónicas".

Em comunicado de imprensa, o grupo de utentes refere que, entre 1993 e 1997, as cha-

dades da sede da PT, "buzinando, acendendo faróis, em suma, expressando a sua indignação".

No texto refere-se que "por tudo isto e porque está em causa um novo e brutal agravamento dos custos dos telefones nos

podem sofrer uma carga de 400% e as assinaturas mensais 38%.

Dados a complementar os que têm vindo a ser insistentemente divulgados pela Comissão de Utentes e que, de par dos aumentos agora impostos, sublinham os lucros entretanto obtidos pela PT - em quatro anos, os resultados líquidos foram superiores a 300 milhões de contos.

## Biblioteca Pública de Évora vítima de más políticas

A secular Biblioteca Pública de Évora tem sido objecto de medidas, por parte do Ministério da Cultura, que podem conduzir ao seu desmembramento, à dispersão do seu rico espólio, à desresponsabilização do Estado pela sua conservação.

Para já, tem levado a degradação das condições de trabalho dos respectivos trabalhadores e à ausência de condições mínimas para o seu usufruto pelos muitos leitores que a ela acorrem.

Com o objectivo de conhecer mais directamente a

situação existente e recolher informações com vista a uma eventual iniciativa parlamentar, uma delegação do Grupo Parlamentar do PCP, constituída pelos deputados Lino de Carvalho e José Calçado, acompanhada de membros da organização regional e concelhia de Évora do PCP, promove no próximo dia 2 de Março um conjunto de visitas e reuniões à Biblioteca Pública de Évora, à Câmara Municipal e ao Grupo Pró-Évora, seguindo-se um encontro com a imprensa.



Deputados do PCP estão segunda-feira em Évora

## Noite de vigília em defesa do estuário do rio Lima

O Partido Ecologista "Os Verdes" lança um novo S.O.S. em defesa do Estuário do rio Lima, com a realização amanhã, sexta-feira, de uma noite de vigília em Lisboa, frente às instalações do

Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território (Praça do Comércio).

Esta é mais uma acção de protesto de "Os Verdes" contra o projecto de alargamento

das instalações do Porto Comercial de Viana do Castelo, de alerta e denúncia para as consequências ambientais, culturais e sociais que tal empreendimento terá caso se venha a concretizar.

Antes da vigília, com início às 21 horas, "Os Verdes" farão uma acção de sensibilização das populações para o problema, através de uma exposição e da distribuição de um folheto.

# Autonomia das escolas Fenprof defende um modelo consensual

A abertura de um processo negocial com as organizações sindicais sobre o projecto de diploma de autonomia e gestão das escolas do ensino básico e secundário é uma exigência fundamental da Federação Nacional dos Professores (Fenprof). Uma exigência que surge com base na recolha e síntese global das posições publicamente assumidas por escolas de todo o País.

Os dirigentes da Fenprof, explicaram em conferência de imprensa realizada no passado dia 20, que a Federação propõe ao Ministério "que tenha o bom senso de abrir um processo de negociação com todas as partes envolvidas no processo".

"Quando dizemos abrir o processo de negociação - sublinhou - estamos a acentuar o facto de o Ministério não ter negociado nada com o sindicato dos professores".

A federação propõe, como foi referido no encontro com os jornalistas, que "se aproveite todo o material sobre a matéria, incluindo a posição das escolas, e se construa um modelo que seja consensual".

Esta a perspectiva e a exigência que ressalta das sínteses de posições, nomeadamente dos sindicatos de professores de Lisboa e Porto.

De sublinhar que, de acordo com os dados recolhidos pela Fenprof junto de escolas do Norte, Centro e Sul do País, a maioria dos estabelecimentos de ensino mostrou-se contrária ao projecto de diploma do Ministério.

## Grande Lisboa, uma outra autonomia

"É necessária uma Lei Orgânica que estabeleça o conteúdo dos contratos-programa, defina as responsabilidades da escola e da administração educativa e torne claros todos os critérios", começa por sublinhar a síntese elaborada pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

Um ponto de partida para um alinhamento de sugestões e críticas, em que ressalta uma posição

"favorável ao reforço da autonomia das escolas, mas contra quaisquer medidas que visem a



**LÓGICA EMPRESARIAL**  
COLOCA ESCOLA PÚBLICA EM RISCO

diários e L'Espresso  
O PORTO DE LISBOA



Conferência de imprensa da Fenprof

desresponsabilização do Estado em relação às escolas e ao ensino público".

Os professores da Grande Lisboa consideram que "as escolas devem poder escolher/decidir sobre o momento de adesão a um contrato de autonomia, sem pressões nem constrangimentos", num processo que deverá ser gradual, "acompanhado e sustentado pela Administração, que não deverá abandonar as escolas à sua sorte".

Simultaneamente há que ser esclarecido "o papel das autarquias no processo, nomeadamente no que respeita às suas responsabilidades orçamentais e de gestão da rede escolar".

Os Conselhos Locais de Educação, deverão constituir-se como "verdadeiros órgãos descentralizados da administração educativa e não simples estruturas consultivas das autarquias".

Os professores alertam ainda para que "o processo de reforço da autonomia das escolas não deve, não pode, ser desligado da

necessária e urgente melhoria das condições de trabalho nas escolas e do estatuto profissional dos professores".

Num apreciação global aos órgãos de gestão, a síntese divulgada revela preocupações com a "subalternização dos professores", considerando-se que "sem um forte empenho e motivação dos professores nenhum diploma passará do papel", o que exige a valorização do seu papel e dos seus órgãos representativos.

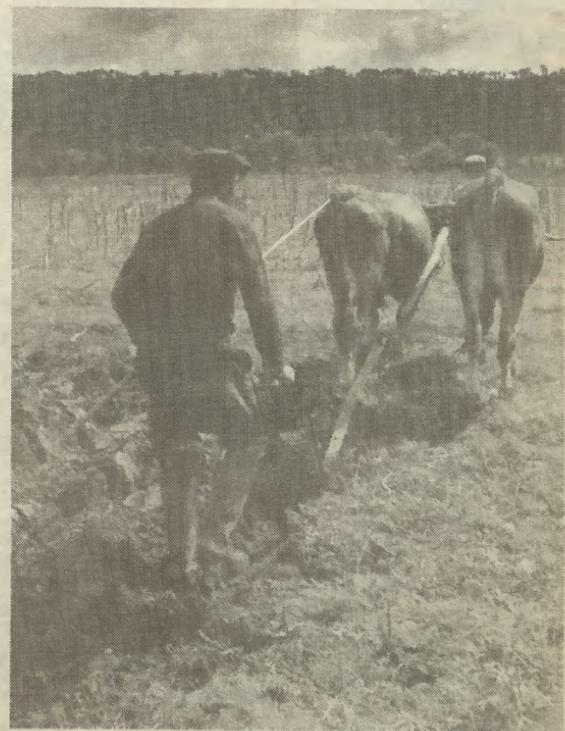
Na síntese divulgada defende-se que o modelo de gestão "não deve ser generalizado sem estar devidamente experimentado" e que "não é possível nem desejável aplicar a mesma receita" a escolas muito diversas entre si.

Concordando com "os princípios orientadores e os objectivos propostos no preâmbulo do projecto", os professores põem em causa o modelo apresentado e questionam por que "se fez tábua rasa das experiências positivas desenvolvidas no qua-

dro do actual modelo de gestão e da articulação interescolas".

## Professores do Norte - O que as escolas defendem

"Embora reconhecendo a validade do enquadramento teórico do projecto do ME, onde aparecem alguns dos princípios já consensualizados ao nível da



A agricultura familiar está ameaçada de destruição

## Agricultores de Setúbal Vale a pena lutar

Agricultores do distrito de Setúbal realizaram uma marcha de protesto, terça-feira passada, junto às instalações da administração da Atlantic Company. Em causa está um aumento de rendas superior aos valores máximos da tabela do arrendamento rural e a imposição de taxas aos agricultores/rendeiros que estão fora do perímetro de rega.

Durante anos, os agricultores/rendeiros da Herdade da Comporta - Atlantic Company pagaram rendas superiores ao devido. Uma situação que resultou da falta de classificação de aptidão ao regadio dos solos da herdade.

Entretanto, fruto da persistente luta dos agricultores e da sua Associação, foi realizado o estudo de classificação de aptidão ao regadio dos solos, publicado através de despacho do secretário de Estado da Agricultura, em 17 de Dezembro de 1996.

Na sequência deste despacho, a administração da Herdade da Comporta aumentou as rendas no valor de 5%, ultrapassando com esse aumento os valores máximos da tabela de arrendamento rural.

A administração lançou ainda uma taxa aos agricultores/rendeiros que estão fora do perímetro de rega, que pagam assim uma média de mais de 20 contos por hectare que não vêm mencionados no recibo das rendas.

De sublinhar que, ao longo de anos - e à conta da não classificação de aptidão ao regadio dos solos da herdade -, a administração arrecadou muitos milhares de contos. Testemunho desse facto é que, após a classificação, muitos agricultores que pagavam 40 contos/hectare passaram a pagar 18 contos.

Neste momento, os agricultores lutam pelo cumprimento da portaria dos valores máximos do arrendamento rural, pelo direito ao reembolso dos retroactivos (a partir de 17 de Dezembro de 1996) e contra as taxas agora impostas pela administração.

Com a realização da marcha de protesto agora realizada, os agricultores alcançaram já uma primeira vitória. A administração recuou na sua posição, aceitando realizar reuniões com a Comissão de Rendeiros e a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal.

Em comunicado de imprensa destas estruturas associativas sublinha-se que "a unidade dos agricultores, a firmeza e a vontade de lutarem pelos seus direitos e interesses, foi e é determinante na resolução dos seus problemas".

## Um estudo revelador

Se as regras da PAC, Política Agrícola Comum, se mantiverem, os resultados serão dramáticos para a agricultura portuguesa. Na próxima década, cerca de 44% das explorações agrícolas terão desaparecido e 63% das terras agrícolas poderão ficar sem cultivo.

Esta a previsão inserida num estudo, agora divulgado, de Francisco Avillez, catedrático de Economia Agrária no Instituto Superior de Agronomia, e que não pode deixar de constituir um sério alerta.

Segundo o mesmo estudo, o actual sistema de ajudas tem vindo a beneficiar os agricultores dos países mais ricos, em detrimento das agriculturas menos desenvolvidas.

Em 1995, cada agricultor português recebeu, em média, da União Europeia, 252 contos, enquanto os dinamarqueses receberam 1.502 contos e os franceses 1.168. Ou seja, recebe mais ajudas quem tem maiores rendimentos.

## JCP reúne em Coimbra com Associação Académica

No quadro da campanha nacional pela revogação da Lei Quadro do Financiamento do Ensino Superior, a Juventude Comunista Portuguesa está a desenvolver um conjunto de contactos com associações de estudantes do ensino superior de todo o País.

O objectivo da JCP, "neste momento decisivo da luta dos estudantes", é discutir e aprofundar a análise da situação actual de cada escola e divulgar junto do movimento associativo as suas posições e a sua disponibilidade para dar voz às

justas reivindicações dos estudantes. Ontem, em Coimbra, uma delegação da JCP reuniu com a Direcção Geral da Associação Académica, nas instalações da AAC.

Da delegação da JCP faziam parte Bernardino Soares, deputado na Assembleia da República, Ângelo Alves, membro da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP, e Susana Soares, membro da Direcção da Organização do Ensino Superior de Coimbra e da Direcção Nacional da JCP.

## Regulamento Consular



O deputado comunista José Calçada criticou o decreto-lei que estabelece o novo Regulamento

Consular, chamado ao Parlamento para ratificação pelo PSD, considerando que na sua substância o diploma enferma de "generalidades e lugares comuns", constituindo, simultaneamente, uma porta aberta para o "regabofe da nomeação dos assessores consulares «por livre escolha ministerial»". Para além das questões de metodologia - com as suas críticas dirigidas sobretudo para a não auscultação da organização sindical dos trabalhadores das missões diplomáticas, nem mesmo do Conselho das Comunidades Portuguesas - em causa está, sobretudo, no entender da José Calçada, o facto de o Regulamento não clarificar alguns pontos do seu articulado. Citado foi, por exemplo, o ponto em que se estabelece a eventual criação de uma comissão de acção social e cultural - "poderá ser constituída", lê-se no texto -, não se compreendendo nem os critérios que condicionam essa criação e muito menos a latitude das funções que lhe são atribuídas, "de tal modo latas e dispersas que ou colidem, ou se sobrepõem, ou duplicam as do Instituto Camões, ou as das Coordenações de Ensino, ou mesmo as do ICEP".

## Escolas profissionais



Não obstante alguns aspectos insuficientemente clarificadores quanto aos

propósitos governamentais no que se refere ao regime de criação, organização e funcionamento de escolas e cursos profissionais no âmbito do ensino não superior, o diploma elaborado pelo Executivo sobre esta matéria revela "alguns objectivos moralizadores que poderão pôr fim a algumas situações menos claras, quer na área do financiamento quer na área do estatuto profissional dos docentes e outros técnicos, e mesmo no esclarecimento da relação entre as escolas e as respectivas entidades proprietárias". Quem o diz é a deputada comunista Luísa Mesquita que, em nome da sua bancada, se pronunciou sobre o Regime Jurídico das Escolas Profissionais, decreto-lei chamado à ratificação do Parlamento por iniciativa do PP na semana transacta. Trata-se de um subsistema que no ano lectivo de 95/96 foi frequentado por cerca de 30 mil alunos, relativamente ao qual importa assegurar, na perspectiva da deputada comunista, a "não desresponsabilização do Governo em termos de financiamento futuro", face à importância que assume no plano do ensino e formação profissionais.

# João Amaral acusa PS capitula no referendo sobre o aborto

Tal como era previsível, o PSD não requereu faz hoje oito dias a votação do seu projecto de resolução relativo ao referendo sobre o aborto. Não obstante a ausência de objectivo parlamentar, a iniciativa laranja suscitou acalorada discussão, acabando o debate por se tornar particularmente incómodo para a bancada socialista.

Sob o fogo cerrado de todos os quadrantes da oposição, o PS viu-se em palpos de aranha para conseguir explicar o que se afigura inexplicável, designadamente as contradições e o enviezamento de posições em todo este processo, que estiveram na base da sua capitulação às exigências do PSD.

Colocado no centro do debate foi, por exemplo, o antagonismo de posições entre o secretário-geral do PS e primeiro-ministro, António Guterres, que se assume como contrário à despenalização do aborto, e as convicções dominantes no Grupo Parlamentar dirigido por Francisco Assis, maioritariamente favoráveis à descriminalização da interrupção voluntária da gravidez.

Do mesmo modo, elucidativo das mudanças súbitas e das incoerências que pautaram o seu comportamento, realçado foi com grande ênfase o facto de o PS ter começado por recusar o referendo, para depois aceitar a consulta popular.

Da bancada comunista, pela voz de João Amaral, partiram, aliás, as palavras que melhor sintetizam o imbróglio e o estado a que as coisas chegaram. Dirigindo-se directamente à bancada socialista, numa alusão ao seu percurso nesta matéria, lembrou-lhe que o PSD, depois de a ter conduzido a dar o dito por não dito, "sente o direito de

vos humilhar, explicando publicamente que é ele quem conduz o jogo (...) que é ele quem toca a música que o PS dança".

Para o parlamentar do PCP não existem motivos sérios, por conseguinte, para os deputados socialistas se agastarem "com quem põe em evidência a figura que estão a fazer". "Se têm

de o fazer com alguém", observou, "é consigo mesmo, com a vossa consciência e com a questão do respeito devido às mulheres portuguesas e à defesa dos seus interesses e da sua dignidade".

Tanto mais que, foi ainda João Amaral a ir ao fundo da questão, o PS escolheu conscientemente a "via da exclusiva aprovação parlamentar, sem recurso ao referendo, para fazer a lei de despenalização do aborto", sustentando esta opção na certeza de que se trata de "um grave problema de saúde pública", que "tinha de ser assumido e resolvido sem

hipocrisia" e em relação ao qual "não se podia esperar mais".

Não menos duras foram as críticas que João Amaral dirigiu ao PSD. Visado, sobretudo, foi o seu projecto de resolução sobre o referendo em matéria de aborto, proposta que não hesitou em classificar de "indecente". Desde logo, explicou, "porque se ajustava ao milímetro a um discurso que no PS quisesse dar o dito por não dito e ajustava-se tão perfeitamente que tem de se perguntar se não estava já previamente escrita e acertada".

Mas "a proposta do PSD é

também indecente", segundo João Amaral, "por pôr a Assembleia da República de rastos". "Escolher a via parlamentar, andar como andou o PS a dizer que era a seguir às autárquicas que o projecto seria agendado e votado, andar publicamente a pressionar o PCP para não agendar o seu projecto antes das autárquicas, marcar a data da votação com recurso a um agendamento potestativo, fazer campanha contra o referendo em nome da legitimidade do Parlamento e depois disso capitular e deixar escapar-se entre os dedos o que tão laboriosamente tinha sido conseguido - sustentou -, tudo isso é tratar a Assembleia como um joguete, nas mãos de interesses partidários e de arranjos de corredor".

A proposta do PSD é ainda uma proposta indecente, na opinião de João Amaral, na medida em que, sublinhou indignado, "são as mulheres, a sua cidadania, a sua dignidade, a sua saúde e vida, que foram usadas como moeda de troca".

Deixada pelo deputado comunista foi ainda uma interrogação sobre o que fará o PS se o "não" ganhar no referendo ao aborto: "Se a campanha das homilias for levada ao extremo, se os vídeos obscenos levarem ao vômito e à guerra total, se as chantagens e os medos políticos que no PS são mais que visíveis levarem à derrota da lei, que fazem os deputados do PS? Lavam as mãos? Dizem às mulheres condenadas ao aborto clandestino que não têm responsabilidade nisso?"

## Despenalização do aborto 500 personalidades reclamam votação final da Lei

Subscrita por 500 personalidades, entre jornalistas, médicos, escritores, professores universitários, actores, cantores, artistas plásticos e dirigentes sindicais, foi entregue uma declaração no passado dia 19 ao presidente daquele órgão de soberania e a todos os grupos parlamentares reclamando da Assembleia da República a votação final da lei de despenalização do aborto, aprovada na generalidade em 4 de Fevereiro.

No texto, os signatários manifestam a sua preocupação com o facto de, "a pretexto de uma futura mas manifestamente incerta realização de um referendo, se indiciar a paralisação e suspensão do processo legislativo" que despenaliza a interrupção voluntária da gravidez em determinados prazos e circunstâncias.

Lembrando a enorme importância de "assegurar uma resposta positiva ao drama vivido pelas mulheres portuguesas com o flagelo do aborto clandestino", do mesmo modo que, do seu ponto de vista, importa observar a "coerência que deve a si própria a maioria dos deputados que aprovou a lei", os subscritores da declaração reclamam o repeito pelo "calendário anteriormente previsto de discussão na especialidade, seguido da urgente aprovação final da lei".

A declaração foi entregue no Parlamento por uma delegação constituída por Isabel Cruz, vice-presidente da Associação «A Mulher e o Desporto», Madalena Santos, jurista, Maria Louro, técnica superior da Função Pública, Manuela Tavares, economista, e Conceição Morais, empregada.

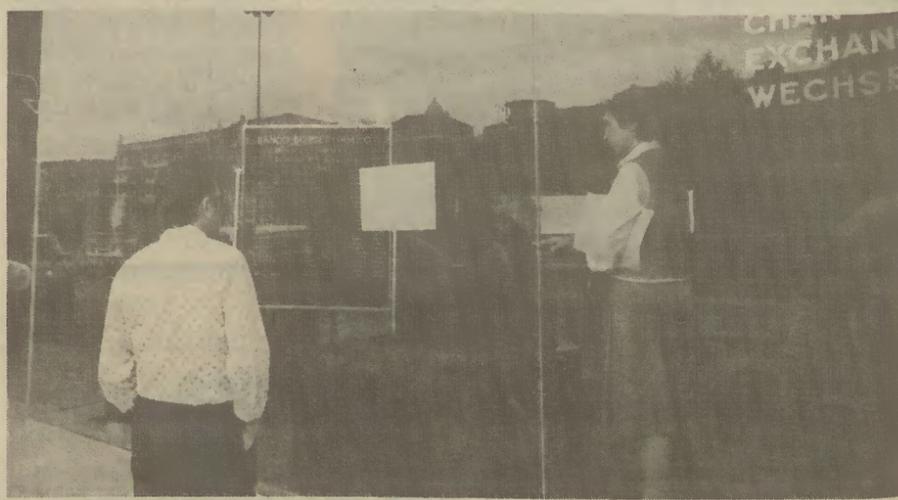
## Sector financeiro Urge travar degradação laboral

Urge travar a crescente degradação das relações de trabalho nos bancos e companhias de seguros. Quem o afirma é o Grupo Parlamentar do PCP, que, na sequência de uma recente audição que reuniu cerca de uma centena de dirigentes sindicais e membros de comissões de trabalhadores do sector (pelo "Avante!" noticiada na última edição), reiterou o propósito de avançar com um projecto de lei que garanta em todos os casos os direitos adquiridos pelos trabalhadores e clarifique a obrigatoriedade de aplicação geral dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho.

O anúncio foi feito pelo deputado comunista Lino de Carvalho, em declaração política proferida na semana transacta, no decorrer da qual pôs em relevo o exacto alcance da degradação laboral a que se chegou no sec-

tor financeiro, em resultado das fortes pressões que os grupos económicos exercem no sentido de alterar as relações laborais e fazer recuar direitos adquiridos pelos trabalhadores e hoje consagrados nas suas Convenções Colectivas de Trabalho.

Mas se esta deterioração do quadro laboral é consequência directa das privatizações e fusões que atravessam o sector, e se é certo que o "crescente domínio da actividade económica por parte do sector financeiro e sua crescente influência política explicam a arrogância e o à vontade dos banqueiros", como fez notar Lino de Carvalho, já de todo em todo não é compreensível que o Governo mantenha um completo silêncio e passividade sobre a situação, a não ser que tal inércia traduza ela mesma a sua total cumplicidade com as actuações ilegais.



Há milhares de trabalhadores na Banca que têm um horário de trabalho semanal de 40, 45 e até 50 horas, em vez das 35 horas consagradas no acordo de contratação colectiva

Entre os muitos exemplos relatados pelo parlamentar comunista, elucidativos das linhas de ataque aos direitos dos trabalhadores, destaque para o trabalho suplementar não pago, o desvio de activi-

dades para as chamadas empresas auxiliares e para os agrupamentos complementares de empresas, a recusa de aplicação dos instrumentos gerais de regulamentação colectiva de trabalho, a trans-

ferência e substituição compulsiva de trabalhadores, pressões para a rescisão de contratos de trabalho, manobras visando a liquidação do sistema de saúde dos trabalhadores bancários.

# Indignação e protesto pela presença de criminoso da Pide

## "É preciso fazer a pedagogia da democracia"

A recente estadia em Lisboa de Rosa Casaco, criminoso da ex-Pide que com pleno à-vontade entrou em território nacional, motivou um vigoroso protesto do Grupo Parlamentar do PCP. Foram palavras de viva indignação as que povoaram o hemiciclo, pela voz do deputado João Amaral, que exigiu do Governo não apenas explicações para tamanha impunidade, como também uma posição de "clara condenação do fascismo e da Pide" e de medidas que façam a "pedagogia da democracia".

"Subo a esta tribuna para uma curta intervenção, para exprimir um protesto e fazer um apelo.

O protesto tem a ver com o Portugal que somos, com a democracia que construímos e com o passado que vivemos.

O povo português, e muitos dos que hoje militam na vida política, sofreram duramente com a ditadura. Com as prisões políticas, com a censura, com as discriminações políticas, com as perseguições, a tortura, até o assassinato político.

O fascismo existiu! A principal organização que foi responsável pela brutal repressão e pelo esmagamento das liberdades foi a PIDE.

A PIDE foi uma organização de terrorismo de Estado, que praticou brutais crimes, contra muitos e muitos portugueses, contra a liberdade e a democracia.

Os dirigentes da PIDE são criminosos com as mãos manchadas do sangue dos patriotas, de liberdades esmagadas, de palavras reprimidas.

O que cimenta a nossa posição de geração é a luta pela liberdade, pela democracia, uma luta em que muitos e muitos foram vítimas da PIDE.

É por isto que não podemos deixar de trazer aqui um protesto vigoroso quando vemos que um dos carrascos mais responsá-

veis dos crimes da PIDE, se passeou impunemente e provocatoriamente pelas ruas da capital do País.

Rosa Casaco é um dos mais altos responsáveis da PIDE, associado a muitos crimes, incluindo a brutal cilada e assassinato de Humberto Delgado e da sua secretária.

Exprimo aqui a repulsa por esta indignidade. Rosa Casaco não é um qualquer criminoso. Se não é um PIDE boçal, a sua responsabilidade é ainda maior e mais grave.

Ouvi declarações condenatórias de membros do Governo sobre esta estadia em Portugal do criminoso Rosa Casaco.

O que se exige é que o Governo venha aqui, aqui à Assembleia dar explicações: porque é preciso que fique clara a posição de todos os órgãos de soberania, é preciso fazer a pedagogia da

democracia e isso exige fazer a clara condenação do fascismo e da PIDE.

É preciso que o Governo faça essa pedagogia. Todo o Governo. Não é aceitável que no Portugal democrático venha de um membro do Governo o elogio do governo de Marcelo Caetano derrubado em 25 de Abril pela acção corajosa dos militares e pelo entusiasmo militante do povo português.

Ainda por cima quando esse membro é o que tutela as Forças Armadas que derrubaram o governo de Marcelo Caetano e o fascismo, nesse dia 25 de Abril.

Marcelo Caetano não retirou uma vírgula ao salazarismo. Manteve a censura, a perseguição política, a guerra colonial e a PIDE com todo o seu cortejo de violência.

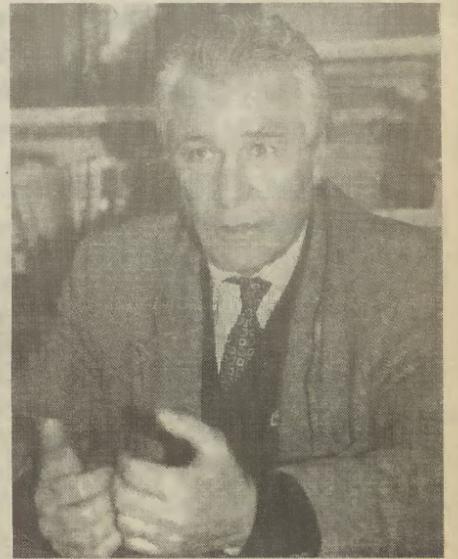
Quando subiu ao poder, houve quem acreditasse nele, mas não demorou a desiludir-se. Como, por exemplo, uma figura de referência do PSD.

Ouvi na TVI o fotógrafo que fotografou Rosa Casaco dizer que conseguiu que ele cedesse as fotografias que lhe tirou, por causa da corrente de simpatia que se estabeleceu entre os dois.

Tenho de dizer a esse profissional da fotografia que, ou não sabe quem é Rosa Casaco e não sabe o que significa o fascismo, ou então não se entende com o Portugal democrático.

Nem em nome de critérios jornalísticos é possível branquear o fascismo.

Daqui a dois meses, comemoramos o aniversá-



A Pide foi a principal organização responsável pela brutal repressão e pelo esmagamento das liberdades durante a ditadura fascista, lembra João Amaral

sário do 25 de Abril. Faça aqui um apelo. Talvez seja a altura de voltar aqui a lembrar às novas gerações o que foi o fascismo, o que foi a PIDE.

Voltar a saudar os capitães de Abril.

A liberdade e a democracia consolidam-se todos os dias.

Este é o apelo que aqui deixo, o apelo da liberdade, mas, sobretudo, a apelo à memória da luta pela liberdade!

## Lei Orgânica do TC

### A moeda de troca do PS

A Assembleia da República aprovou, em votações consecutivas na generalidade, especialidade e globalidade o projecto de lei do PSD de alteração da Lei Orgânica do Tribunal Constitucional. Com o PCP e o PP a optarem pela abstenção, sem surpresa, foi o epílogo de mais um negócio entre o PS e o PSD. No caso vertente, como realçou a deputada comunista Odete Santos, "liderado não se sabe por quem (mas também não interessa) e celebrado não se sabe quando (mas também não importa)".

O que importa reter, isso sim, é que estamos perante mais um testemunho de uma

determinada forma de estar na política e de fazer política em que os valores e princípios são sacrificados em nome de obscuros interesses partidários.

Mais um caso em que o PS claudicou na defesa de uma posição tida como de princípio - a eleição uninominal dos juizes, como prevê a actual lei -, cedendo ao método da eleição dos juizes por lista fechada, tal como proposto pelo PSD.

Uma postura que Odete Santos não pôde deixar de condenar, lembrando, designadamente, o facto de esta chancela do PS à passagem da lei, ocorrer, simultaneamente, com a sua decisão de "empurrar para o quarto dos fundos,

como um problema menor, a urgência de resolver graves problemas de saúde pública das mulheres portuguesas".

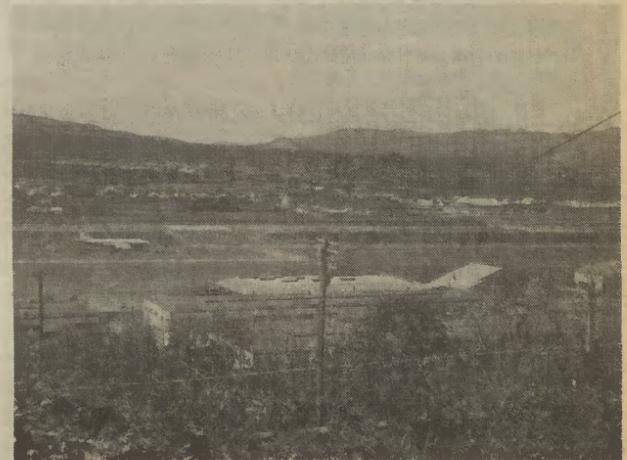
Referia-se a deputada do PCP, obviamente, à questão da interrupção voluntária da gravidez, que, em sua opinião, funcionou como objecto de negócio entre os dois partidos. "O PS quer receber hoje a moeda de troca do referendo sobre a despenalização do aborto. Enquanto o PSD recebe a libra de carne do Mercado de Veneza", comentou, antes de lamentar que tenha sido um tal quadro a servir de pano de fundo para debater as soluções propostas para o Tribunal Constitucional.

## Utilização da Base das Lajes pelos EUA

### PCP requer debate de urgência

O Grupo Parlamentar do PCP requereu a realização de um debate de urgência sobre a utilização da Base das Lajes pelos Estados Unidos no quadro de uma eventual operação contra o Iraque.

Na origem desta iniciativa, formalizada em carta de Otávio Teixeira dirigida ao Presidente da Assembleia da República, estão declarações do secretário de Estado da Cooperação proferidas em recente reunião da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros. Afirmou aquele membro do Governo, concretamente, que não tinha



Os EUA estão a utilizar a Base das Lajes ilegalmente

havido nenhuma autorização específica para a utilização da Base das Lajes pelas forças dos Estados Unidos para a operação contra o Iraque, mas tão-somente a renovação de uma autorização corrente, que é concedida trimestralmente àquelas forças.

"Sucede que ou a afirmação é falsa, ou, sendo assim, os Estados Unidos estão a utilizar a Base das Lajes ilegalmente", sublinha o líder parlamentar comunista, fundamentando o seu ponto de vista com os termos do Acordo de Cooperação e Defesa assinado entre os dois países. Este, com efeito, distingue diferentes situações, definindo para o

tipo de questão agora em causa que "há sempre autorização prévia, caso a caso, e em que Portugal aprecia livremente o pedido" (artigo 1, nº 4).

"Assim, não tendo havido, como confessou o secretário de Estado, autorização prévia específica, a utilização da Base das Lajes pelos Estados Unidos viola o Acordo e é assim ilegítima face ao direitos português, pelo que as autoridades portuguesas a devem fazer cessar de imediato", conclui Otávio Teixeira, que entende, de resto, carecer no mínimo de uma Resolução do Conselho de Ministros a concessão de tal autorização.

## No jogo das cadeiras...

### ... quem paga é o erário público

O deputado comunista João Amaral solicitou ao Governo uma lista completa dos gestores e altos quadros do Estado, empresas públicas, institutos públicos e empresas com capital do Estado a quem foram atribuídas indemnizações e respectivos montantes desde o início de funções do Governo.

Na base deste pedido do parlamentar do PCP, formalizado em requerimento, esteve uma recente notícia do semanário "Expresso", intitulada "Pina Moura paga indemnizações de 170 mil contos na Transgás", na qual se relata que o "despedimento" de Elias da Costa de presidente da Transgás obriga ao pagamento de uma

indemnização de cerca de 70 mil contos, havendo ainda dois outros administradores nas mesmas condições caso venham também a ser "despedidos".

João Amaral assinala que esta atribuição de indemnizações a gestores e altos quadros de institutos e de empresas públicas "não é uma situação inédita", existindo múltiplos relatos de casos idênticos, sublinhando, por isso, que importa proceder a "uma averiguação completa dessas situações", até porque "o jogo das cadeiras, a que obriga a política partidária dos «jobs for de boys» sai muito caro ao erário público".

# Direitos Humanos — uma votação esclarecedora

À semelhança dos últimos dois anos, a votação do relatório sobre «Direitos Humanos na União Europeia» provocou a semana passada no Parlamento Europeu uma acentuada clivagem esquerda/direita no Parlamento Europeu.

A UE, tão lesta a dar lições de moral ao resto do mundo, a aprovar resoluções sobre direitos humanos a torto e a direito, e a condicionar o estabelecimento de acordos ao respeito dos direitos humanos pelo Estado em causa, continua a ter uma séria dificuldade em lidar com os seus vastos telhados de vidro.

Já a relatora, Aline Paillet (francesa, do GUE), colocou a tónica do seu relatório no alargamento do conceito de direitos humanos aos direitos sociais, económicos e culturais. Ao fazê-lo, contribui para uma reelaboração do conceito, dá-lhe um conteúdo extremamente progressista e estilhaça o tradicional "património" da direita sobre os direitos fundamentais (liberdade de expressão, direito à vida, etc.).

Os deputados portugueses não fugiram à regra da clivagem, o que levou o PSD e o PP a adoptarem posições quase abomináveis (disciplina de voto *oblige?*) e sempre "muito bem" acompanhados.

Vejamos alguns exemplos:

— **Solicitação pelo PE de que «os imigrantes extracomunitários beneficiem de igualdade de tratamento em matéria de direitos económicos e sociais e de reconhecimento dos direitos cívicos, culturais e políticos, nomeadamente do direito de voto nas eleições autárquicas para os que residem há mais de cinco anos num Estado-membro, em conformidade com a Convenção do Conselho da Europa».**

Este parágrafo foi aprovado com os votos favoráveis do PCP e PS, e os votos contra do PP e PSD. A título informativo, refira-se que os cavalheiros da Frente Nacional francesa, da homóloga belga, da Aliança Nacional italiana e demais congéneres fascistas também votaram contra (parágrafo 11).

— **Proposta de «organizar em 1998 uma jornada europeia de comemoração do 150º aniversário da abolição da escravatura (emenda 39).**

Emenda rejeitada. Apenas o PCP apoiou. PS, PSD (à excepção de Helena Vaz da Silva) e PP votaram contra, tal como os senhores acima referidos. Terão confundido com o 150º aniversário de outra coisa de que agora se fala?

— **Proposta de que o PE faça «uma alteração ao Regimento que permita sancionar os deputados europeus que façam declarações racistas no exercício das suas funções» (emenda 37).**

Esta emenda foi rejeitada por quatro votos. PCP e PS apoiaram, PSD e PP votaram contra, bem como toda a extrema-direita presente.

— **Alteração que insta os Estados-membros a «rever regulamentações em vigor que autorizem a esterilização forçada e solicita a adopção de uma moratória sobre a esterilização forçada na pendência da conclusão desta revisão (emenda 42).**

Esta emenda foi aprovada, com os votos favoráveis do PCP, PS e do deputado Manuel Porto, do PSD. Os demais PSD's votaram contra, bem como o PP e, claro está, os deputados "Não-Inscritos".

## A pérola

Para se ter uma noção de até onde chega o peculiar conceito de direitos humanos perfilhado pela direita portuguesa e seus congéneres europeus, atente-se na seguinte proposta de emenda:

— **«Para responder às necessidades fundamentais dos cidadãos, as políticas económicas e sociais conduzidas a nível nacional e comunitário deveriam ter em vista o aumento da competitividade das empresas e da flexibilização do mercado de trabalho, que permitem fazer face às necessidades decorrentes da globalização dos mercados e ao agravamento preocupante do desemprego na Europa» (emenda 50).**

Esta alteração foi proposta por deputados do grupo do PP (UPE) e aprovada com os votos do PSD, do PP e dos Não-Inscritos. PCP e PS votaram contra.

## Iraque

# A nova paz de Bagdad

O secretário-geral da ONU conseguiu alcançar um acordo com Bagdad, pondo fim ao diferendo provocado pelas inspecções aos edifícios iraquianos suspeitos de armazenarem armamento. É já um dado adquirido que os EUA aceitaram o acordo, mas não admitem que a linha seja pisada. O cenário de uma segunda Guerra do Golfo é por agora afastado.

Na segunda-feira, Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas, e Tarek Aziz, vice-primeiro-ministro iraquiano, assinaram um acordo em Bagdad, segundo o qual a Unsc (a comissão da ONU para o desarmamento) e a AIEA (Agência Internacional de Energia Atómica) terão «acesso imediato, incondicional e sem restrições» a oito locais presidenciais. Por seu lado, a Unsc compromete-se «a respeitar as preocupações legítimas do Iraque respeitantes à sua segurança nacional, soberania e dignidade».

O governo de Saddam Hussein obriga-se a «melhorar a cooperação, eficácia e transparência do trabalho, para permitir à Unsc apresentar prontamente um relatório ao Conselho» de Segurança da ONU, e confirma que aceita todas as «resoluções pertinentes» daquele órgão.

Outro ponto do acordo prevê a constituição de um grupo especial que integrará diplomatas nomeados por Kofi Annan e peritos oriundos da Unsc e da AIEA, que será dirigido por um comissário nomeado pelo secretário-geral.

O documento-respeita a ideia expressa por Annan no que diz respeito à necessidade de não humilhar Bagdad. Isso é manifesto no ponto dois, que afirma que «as Nações Unidas reiteram o compromisso de todos os Estados membros em respeitar a soberania e a integridade territorial do Iraque».

O acordo aborda ainda uma questão que desempenha um papel muito importante no conjunto desta crise, embora tenha sido por vezes ignorada: as sanções económicas. O seu levantamento é considerado «de uma importância primordial para o povo e governo do Iraque» e Annan «compromete-se em apresentar esta questão aos membros do Conselho de Segurança».

## Armas continuam apontadas a Saddam

Sem alternativa, os Estados Unidos aceitaram o acordo. No entanto, a administração de Bill Clinton decidiu manter as suas tropas no Golfo Pérsico. Isto porque, como disse o presidente norte-americano em conferência de imprensa, «se o Iraque não cumprir a sua palavra, haverá consequências muito sérias».

Para Clinton, o documento assinado «tem de ser clarificado de modo a satisfazer-nos e há promenores que precisam de ser

podem pôr em causa o papel de Annan como alto mediador internacional, por outro, verificaram que poucos eram os apoios que receberiam caso optassem por uma solução militar.

Internamente, e apesar da propoganda da posição intervencionista, a população mostrou que preferia um desfecho pacífico por via negocial.

Na sexta-feira, o embaixador dos EUA nas Nações Unidas, Bill Richardson, foi vaiado por uma centena de estudantes na Universidade do Minnesota, que gritavam «não ao sangue contra petróleo». «Tentamos propor uma visão diferente. Penso que os ataques militares não trarão nada, a não ser mais sofrimento e perdas civis. A maior parte das pessoas na universidade estão tendencialmente de acordo conosco», afirmou um dos manifestantes, citado pela Lusa.

afirmam-se contra uma intervenção americana no Iraque caso as negociações fossem mal sucedidas.

Em Itália, cinco mil pessoas manifestaram-se em Milão, no sábado, contra a posição da administração dos EUA, respondendo a um apelo de associações pacifistas, da Refundação Comunista e d'«Os Verdes».

Os iraquianos refugiados no estrangeiro também partilham esta posição. Em Estocolmo, cerca de cem iraquianos participaram numa acção de protesto contra a intervenção dos EUA, pedindo ao mesmo tempo a destituição de Saddam Hussein. «Nós reclamamos a partida do tirano, mas ao mesmo tempo não queremos que o povo iraquiano sofra os bombardeamentos norte-americanos», declarou um manifestante.

As reacções oficiais ao acordo

## Apelo da Esquerda Unitária

O Grupo Unitário da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu — do qual faz parte o PCP — apelou para a união das forças políticas, religiosas, cívicas e culturais da Europa contra a escalada militar e para a recusa dos Estados membros da comunidade em lhe dar o seu apoio.

«Um eventual bombardeamento do Iraque pelos EUA seria a todos os títulos uma injustiça», lê-se no apelo tornado público na semana passada.

«É evidente que o regime de Saddam Hus-

sein é uma ditadura, que viola os direitos do homem e não acata as resoluções internacionais. Contudo, isso não pode justificar uma acção militar unilateral como a que é proposta pelos EUA», defende o grupo.

«Existem muitas outras ditaduras contra as quais não é proposta nenhuma acção. Nessa ordem de ideias, se o desrespeito das decisões das Nações Unidas fosse um critério para desencadear uma guerra, seriam numerosos os Estados contra os quais podia ser feita a mesma acusação», acrescenta o documento.

explicados». As forças militares americanas só serão retiradas depois do acordo ser verificado na prática e nem uma palavra pode ser desrespeitada.

Os EUA só se manterão afastados «se o governo do Iraque cumprir completamente o acordo, e este é o grande "se"», como explicou o seu presidente. «Esta não é uma questão de confiança. O que é preciso é clareza, é clarificar os promenores e clarificar o que isto significa, e depois testar o acordo e verificar que o que está escrito se transforme em factos», acrescentou.

De facto, os Estados Unidos não tinham outra hipótese senão acatar e respeitar o acordado em Bagdad. Se, por um lado, não

No sábado, realizou-se uma manifestação em frente à Casa Branca. «Não queremos a vossa guerra racista» era a palavra de ordem mais ouvida. Nesse dia, a catedral de Washington pôs à disposição uma capela especial destinada a pessoas de todas as confissões religiosas interessadas em rezar pela paz.

## A paz é a solução preferida pelo mundo

No plano internacional, a solução diplomática continua a ser apontada como a melhor saída.

Segundo um inquérito do IFOP, 66 por cento dos franceses

alcançado mantêm-se nesta linha. As autoridades chinesas mostraram-se satisfeitas com o conteúdo do documento assinado, acrescentando que esperam «que ele possa dissipar as ameaças de guerra».

Em nome da Rússia, o presidente Ieltsin disse que «a crise está praticamente resolvida», enquanto o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros considerou que «os resultados positivos de Annan são um sucesso para toda a comunidade internacional».

A Arábia Saudita congratulou-se com o acordo e «deseja que ele esteja conforme às resoluções do Conselho de Segurança».

## Conferência em Milão

# Pela redução do horário de trabalho

Promovido pelo Partido da Refundação Comunista (PRC), de Itália, realizou-se a 13 e 14 de Fevereiro, em Milão, uma conferência sobre a redução do horário de trabalho e a perspectiva europeia. A iniciativa reuniu centenas de especialistas económicos, sociólogos, quadros sindicais e partidários de diversas tendências da esquerda da Europa, etc. De Portugal, participaram na conferência Joaquim Miranda e Américo Costa, membros do Comité Central do PCP, e Jorge Cadima, colaborador da secção internacional.

No dia 15, no Teatro Novo de Milão, realizou-se um comício em que intervieram nomeadamente dirigentes do Partido Comunista Francês, do Partido do Socialismo Democrático da Alemanha, da Esquerda Unida de Espanha, do Partido da Esquerda da Suécia e do PCP. A intervenção final coube a Fausto Bertinotti, secretário-geral do PRC.

Américo Costa, na sua intervenção, referiu-se à situação laboral e social e à luta em Portugal pelas 40 horas, criticou a duplicidade do Governo PS e as orientações neoli-

berais de Maastricht, que imperaram na Cimeira de Amsterdão e na Cimeira do Luxemburgo e se pretende eternizar pelo chamado «Pacto de Estabilidade».

Salientando a importância da luta de massas em cada país, bem como a cooperação e acções comuns internacionais, Américo Costa sublinhou que «embora numa fase de consolidação das 40 horas, julgamos que a evolução, designadamente para as 35 horas semanais, deve ser consagrada por via legislativa, mas exige prévia e indispensavelmente ser sustentada em proces-

sos reivindicativos e de negociação a nível de empresa e sector, envolvendo e mobilizando os principais destinatários — os trabalhadores. E pensamos que esta ofensiva a nível de cada país deve ser extensiva a toda a União Europeia».

«A redução da jornada de trabalho não pode funcionar como moeda de troca para a redução do salário que, no caso português, pelos baixos níveis salariais praticados, seria não só insustentável como inaceitável à luz do princípio da justiça social», defendeu Américo Costa.

## Alemanha Carlos Carvalhas protesta contra perseguições a cidadãos da ex-RDA

Oito anos após a reunificação da Alemanha, as discriminações, marginalizações e perseguições penais a ex-cidadãos da RDA, de que o «Avante!» deu conta na edição anterior, adquirem uma dimensão cada vez mais inquietante.

Contra essa prática, contrária ao direito internacional e ao próprio tratado de unificação, levantam-se cada vez mais vozes em todo o mundo. É o caso de Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, deputado à Assembleia da República e membro do Conselho de Estado, que a semana passada divulgou uma carta em que manifesta a indignação dos comunistas portugueses pelos atentados aos Direitos do Homem que estão a ser cometidos contra cidadãos da ex-RDA.

A carta, cujo texto divulgamos na íntegra, foi enviada ao Presidente da República da Alemanha,

Roman Herzog, ao Chanceler Helmut Kohl e à Presidente do Bundestag, Rita Süßmuth.

### A indignação do PCP

«Desde 1990 que temos assistido, com indignação e protesto, à reiterada discriminação, marginalização e perseguição política, incluindo penal, de milhares de antigos cidadãos da República Democrática Alemã, que foi Estado soberano e independente e como tal reconhecido internacionalmente, inclusive pela República Federal da Alemanha.

Tomámos mais recentemente conhecimento da «Declaração» de Dezembro de 1997, subscrita por treze antigos estadistas da RDA e dirigentes do Partido Liberal Democrático, Partido Democrático dos Camponeses, Partido Nacional Democrático, União Cristã Democrática e Partido Socialista Unificado da Alemanha, confirmando inteiramente que continuam a prosseguir essas acções persecutórias e revanchistas, de cunho anticomunista, anti-socialista e antidemocrático.

Vimos por isso junto de Vossa Excelência, em nome do Partido Comunista Português - um partido que durante 48 anos sofreu uma criminosa repressão por parte do regime fascista português, cúmplice do nazi-fascismo hitleriano - manifestar a nossa indignação por tais práticas violadoras dos Direitos Humanos e das normas interna-

cionalmente aceites do Direito, solicitando medidas urgentes para que lhes seja posto termo e que a todos os cidadãos da Alemanha sejam por igual respeitados os seus direitos, liberdades e garantias.»

### Vale a pena lembrar

Na «Declaração» a que se reporta a carta do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas refere-se que a acusação principal dos tribunais da RFA aos cidadãos da RDA é a de que «o regime de fronteiras da RDA era criminoso». Face a esse facto, os subscritores do documento lembram alguns factos que vale a pena reter:

• A divisão da Alemanha deve-se em grande parte às decisões das principais potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial.

• Em solo alemão, a divisão não conduziu apenas à colocação das forças inimigas mais poderosas que alguma vez se tinham enfrentado no mundo, mas também à integração quase incondicional da RFA na NATO e depois necessariamente da RDA no Pacto de Varsóvia. Desse modo, a fronteira da RDA com os seus vizinhos ocidentais tornou-se a linha de separação das potências dos dois blocos e dos dois sistemas sociais.

• Os governos da RFA e dos seus aliados nunca levantaram objecções oficiais decorrentes do direito internacional contra o regime de fronteiras posto em prática na sequência das directivas da URSS. Em nenhum momento a RDA foi condenada ou acusada pelas instâncias da ONU ou de outras organizações internacionais devido ao seu regime de fronteiras.

## Sinn Fein fora das negociações

O partido republicano Sinn Fein foi excluído temporariamente das negociações de paz sobre a Irlanda do Norte, depois de, na semana passada, as autoridades policiais acusarem o IRA de estar envolvido na morte de dois protestantes no Ulster. O processo foi entretanto retirado. Para Gerry Adams, dirigente do Sinn Fein, «o cessar-fogo do IRA continua intacto».

## Igreja critica pobreza na Ásia

Para os bispos da Igreja católica, as desigualdades sociais e uma pobreza «degradante e desumana» são os principais problemas que afectam a população do continente asiático, de acordo com um documento divulgado na semana passada. A estas questões acrescenta-se uma lista de outros males: industrialização rápida, ausência de reforma agrária, diminuição da produtividade nas zonas rurais e atracção das grandes cidades. «Em toda a Ásia existem milhões de trabalhadores escravizados, trabalhadores ligados por um contrato de trabalho que pode prolongar-se por toda a vida por dívidas contraiadas no passado», lê-se no texto.

## Mais de 900 presos na Indonésia

921 pessoas foram detidas e 14 raptadas durante as diversas manifestações de protesto contra a crise económica que a Indonésia actualmente atravessa, denunciaram organizações de defesa dos direitos humanos, no passado sábado. «O governo reforça as actividades repressivas e qualquer reacção da comunidade é considerada uma ameaça para a segurança do Estado», afirmam em comunicado.

## Le Pen em tribunal

Acusado de agredir várias pessoas numa manifestação realizada em Nantes-La Jolie contra a Frente Nacional em Maio, Le Pen, líder daquele partido de extrema-direita francês, está actualmente a ser julgado em Versalhes. Na sessão de sexta-feira, o procurador do tribunal pediu como pena a suspensão dos direitos cívicos de Le Pen durante dois anos, três meses de prisão e uma multa de 20 mil francos. Este pedido foi recebido com gritos e risos pelos elementos da FN que assistiam ao julgamento, reacções que, para o procurador, são «mais uma mostra de que certa gente não aceita a aplicação da lei».

## Os direitos humanos em Cuba e nos EUA

A divulgação pelo Departamento de Estado dos EUA do seu relatório anual sobre os direitos humanos provocou, como habitualmente, uma onda de protestos na América Latina.

No seu preâmbulo, o documento adverte com solenidade: «a defesa dos direitos humanos continua a ser um elemento básico da política externa».

São sobretudo o messianismo norte-americano e o farisaísmo a ele associado que suscitam a indignação em milhões de latino-americanos.

Da fronteira do México à Terra do Fogo, são incontáveis as violações dos direitos humanos. Mas os povos do continente não reconhecem aos EUA autoridade moral para se apresentarem como os defensores e os garantes do cumprimento de direitos que na sociedade norte-americana são desrespeitados ostensivamente e com arrogância.

É amoral e ridículo que o Departamento de Estado venha a público apontar situações de racismo noutros países num momento em que a xenofobia alcança proporções alarmantes nos EUA, como o comprova a deportação de centenas de milhares de imigrantes, um recorde que o Serviço de Emigração daquele país festejou em comunicado especial.

É um acto de hipocrisia apresentar como fraternais as relações de vizinhança com o México, quando três em cada quatro imigrantes expulsos são mexicanos tal como os clandestinos mortos ou torturados na fronteira, fechada na Califórnia por um gigantesco muro metálico. Com a agravante de que esta gente residia em territórios que foram arrebatados àquele país no século XIX pela força das armas.

É também um acto de hipocrisia denunciar noutros países a situação de abandono de milhões de crianças e de idosos quando 900 mil latino-americanos residentes nos EUA, a maioria deles naturalizados, acabam de perder o direito a subsídios e cartões de acesso a alimentos básicos.

Não alude o relatório, obviamente, à existência de 36 milhões de pobres, segundo as estatísticas oficiais da União. Não afirma que 10 milhões de menores de 18 anos não têm na prática acesso a qualquer serviço de saúde; não informa que nem um só negro, nem um só latino-americano foram, entre os muitos que se candidataram, admitidos em 1996 na Faculdade de Medicina de São Diego.

O relatório em causa, tal como os anteriores, dedica largo espaço à existência de presos políticos em numerosos países do mundo.

Mas não figura nele a mais leve referência aos 15 presos políticos de Porto Rico que cumprem em presídios federais norte-americanos penas que, somadas, represen-



Os latino-americanos não reconhecem aos EUA autoridade para se apresentarem como defensores de direitos que na sociedade norte-americana são desrespeitados ostensivamente

tam 103 anos. Foram todos condenados por lutarem pela independência da sua pátria.

O relatório é também omisso no tocante ao desafio aos direitos do homem configurado por leis como a Helms Burton e a Kennedy D'Amato, cuja aplicação é inseparável de bloqueios e sanções universalmente repudiados por incompatíveis com o direito internacional e normas da OMC de que os EUA foram membro fundador.

O Departamento de Estado não se ocupa também da monstruosa agressão aos direitos do homem resultante da política iraquiana dos EUA, integrada na estratégia de aniquilamento de um povo que só encontra precedente nas desenvolvidas pelo II Reich alemão.

Os EUA não figuram no rol dos países onde os direitos dos homens são desrespeitados.

### A comparação

Entretanto, Cuba, o único país da América Latina onde o analfabetismo foi erradicado, onde a taxa de mortalida-

de infantil é a mais baixa do Terceiro Mundo e a percentagem de médicos a mais alta da Terra - essa pequenina nação merece atenção especial dos autores do relatório do Departamento de Estado que para ela apontam dedos acusadores. Contra a ilha socialista acumulam inverdades e calúnias.

Não temos notícia de que os EUA, cujas cadeias estão cheias a transbordar (recorde mundial de presos em total absoluto e em percentagem da população) tenham alguma vez atendido apelos vindos de fora para libertarem cidadãos que cumprem penas impostas pelos seus tribunais.

Em Cuba, contudo, isso acaba de acontecer. O secretário de Estado do Vaticano, durante a recente visita do Papa à ilha, entregou ao Ministério das Relações Exteriores uma lista com cerca de 270 nomes, pedindo, por motivos humanitários, clemência para essa gente.

A resposta foi rápida. Transcorridas três semanas, o governo cubano, em nota imediatamente divulgada pela televisão e comentada pela imprensa, informou que 106 das pessoas citadas - a maioria doente ou idosa - haviam sido libertadas antes da visita papal e que algumas dezenas serão indultadas brevemente.

O pedido do Vaticano tinha merecido a melhor atenção do governo e estava a ser acelerado o exame de 20 casos. Informava-se ainda que seriam também postos em liberdade 224 presos cujos nomes não constavam da lista encaminhada pelo cardeal Angelo Sodano.

A nota do governo cubano esclareceu entretanto que, relativamente a 70 dos cidadãos para os quais, a pedido das famílias, era solicitada clemência, o apelo não fora atendido. Motivo: a natureza dos crimes cometidos e a ameaça social representada por essas dezenas de presos.

A nota enumerava os delitos: assassinio de guardas da fronteira em Tarará, infiltração armada no país, crimes em Cibirien cometidos por contra-revolucionários vindos dos EUA, colocação de bombas em hotéis de Havana por um ex-militar salvadorenho, e outros actos de terrorismo e de cumplicidade com o bloqueio.

Como se verifica por este episódio, a limpeza da política cubana relativamente aos direitos humanos, como aliás em todas as esferas da vida, contrasta com a opacidade e o farisaísmo da praticada pelos EUA.

A resposta dada pelo governo de Fidel Castro ao apelo de João Paulo II foi bem recebida. Mas, a Revolução - como sublinhou o diário «Granma» - «é generosa, mas também sabe ser firme». Não pode haver impunidade para aquele que pretendeu destruir Cuba e a sua revolução.

■ Miguel Urbano Rodrigues

# «EXPO'98 é mais-valia para a cidade e o País»

afirma Carlos Carvalhas, numa visita aos trabalhos da Exposição



A convite e acompanhado pelo Comissário Geral, Torres Campos, o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, visitou na passada quinta-feira o recinto da EXPO'98, em Lisboa, que irá abrir as portas aos visitantes do mundo inteiro em 22 de Maio próximo. A visita iniciou-se com uma breve apresentação desta última grande exposição mundial do século XX, com suporte audiovisual e feita pelo Comissário nas instalações da Parque EXPO, prosseguiu com uma deslocação ao terreno, onde o dirigente do PCP apreciou o andamento dos trabalhos e algumas das obras já em fase de conclusão, e terminou num almoço oferecido aos visitantes. Carlos Carvalhas foi acompanhado por António Andrez, da Comissão Política do CC do PCP, Virgílio Azevedo, do Secretariado, e João Amaral, membro do CC e deputado.

Acompanhado por numerosos jornalistas, o Secretário-Geral do PCP constatou a importância deste projecto para a cidade de Lisboa e para o País, concordou com o Comissário no entendimento de que a EXPO'98 é um empreendimento nacional, assinalou o empenhamento do PCP, nomeadamente através das câmaras de Loures e de Lisboa, e advertiu para a necessidade de se ter em conta «o dia seguinte», ou seja, o futuro daquele grande espaço após o encerramento da Exposição, a 30 de Setembro.

Na breve apresentação que fez nas instalações da Parque EXPO, apoiada num filme de promoção que resume os objectivos, o alcance e a importância da EXPO'98, Torres Campos assinalou que «um projecto desta envergadura deve ser assumido como uma realização nacional, não fazendo sentido ser um projecto de um partido ou de um governo», historiando os caminhos desta última grande exposição mundial do século XX, a começar pela ideia de a ligar aos oceanos, homenageando assim, na figura de Vasco da Gama e no ano do quinto centenário da sua chegada à Índia, tanto a gesta marítima portuguesa como a sua universalidade. Foi graças à EXPO'98 que a ONU proclamou 1998 como o Ano Internacional dos Oceanos e o impacto do tema da Exposição acabou por ultrapassar as expectativas de adesão, havendo hoje cerca de 145 países inscritos para nela participar.

Outro aspecto realçado por Torres Campos foi o impacto da EXPO'98 na Zona Oriental de Lisboa. «Esta zona era uma espécie de porta das traseiras da cidade, um depósito de lixo. Com a Exposição, criou-se aqui uma nova centralidade. Uma frente de cinco quilómetros de rio vai tornar-se numa zona urbana de grande qualidade, com um belo parque, e a Zona Oriental pode ser um novo centro, onde a cidade vai ter um valor acrescentado», afirmou o Comissário da EXPO'98, que assinalou, igualmente, diversas estruturas construídas para a Exposição e que vão permanecer para além dela. É o caso da Estação Oriente (grande zona de transportes intermodal), do Pavilhão Multiusos (ou da Utopia), com uma capacidade para 17 mil pessoas, do Oceanário (o maior aquário da Europa), das Zonas Internacionais Norte e Sul ou do Pavilhão de Portugal.

Torres Campos fez notar, ainda, que a venda de terrenos a promotores urbanísticos privados constitui a maior fonte de receitas da EXPO'98. «Nós preparamos os terrenos e os promotores imobiliários apresentam-nos os seus projectos, que têm de ser todos aprovados também por nós», informou.

## Pavilhões

Nos cerca de 60 hectares que o recinto da Exposição ocupa em torno da Doca dos Olivais, erguem-se os vários pavilhões, cujo conteúdo e arquitectura se inspiram no tema «Os Oceanos, um património para o futuro». Cerca de 70 por cento das construções permanecerão após a Expo.

O Pavilhão de Portugal constitui uma das referências fundamentais. Com localiza-

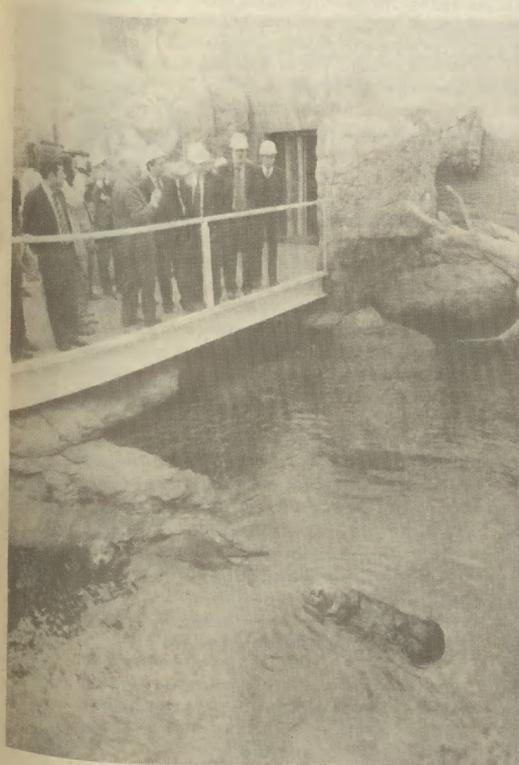
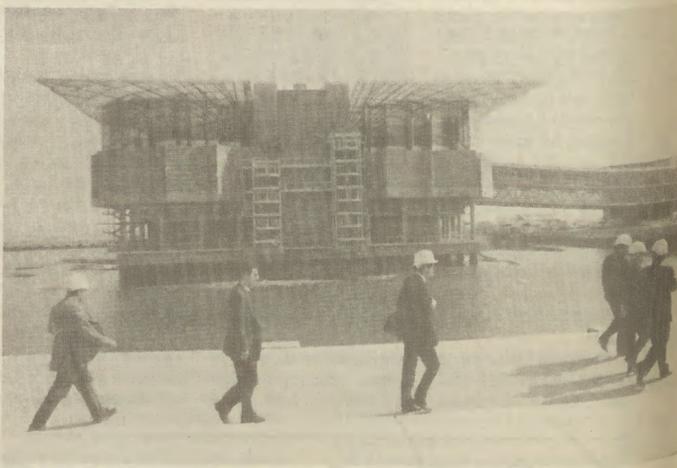
ção privilegiada e um projecto da autoria do arquitecto Siza Vieira, este será o espaço que introduz a temática dos Oceanos, numa perspectiva histórico-cultural integradora da diversidade e da confluência de culturas, sublinhando o papel de Portugal no movimento de apropriação dos oceanos.

No Pavilhão dos Oceanos (Oceanário) estarão representadas, com a sua fauna e flora, as quatro regiões oceânicas; no total, estarão aqui mais de 15 mil exemplares de 200 espécies. Concebido pelo arquitecto norte-americano Peter Chermayeff (autor também do Oceanário de Osaka), poderá receber 60 mil visitantes por dia. Manter-se-á em funcionamento para além da Expo.

As descobertas do Homem no conhecimento dos mares e as perspectivas de futura ocupação e sobrevivência dos oceanos ocupam o Pavilhão do Conhecimento dos Mares e o Pavilhão do Futuro, cujas áreas expositivas se completam entre si.

Uma grande encenação *multimedia*, inspirada numa proposta original do grupo francês Rozon, para o mito da criação, será apresentada no Pavilhão da Utopia. O espectáculo é repetido diversas vezes ao dia, num anfiteatro com dez mil lugares sentados. Após a Expo, este edifício funcionará como Pavilhão Multiusos de Lisboa.

As representações dos países participantes, com os pontos de vista nacionais sobre os oceanos, instalam-se nas áreas internacionais (Sul e Norte). Nesta Exposição, o espaço é oferecido, solicitando a EXPO'98 que os países apostem no seu conteúdo. No futuro, a



No Pavilhão dos Oceanos já se encontram alguns dos 15 mil animais que os visitantes da Expo ali poderão apreciar. Recolhidos um pouco por todos os mares, vão ocupar um tanque central de menor dimensão

Numa zona de intervenção com 340 hectares, as obras da EXPO'98 envolvem cerca de 8500 trabalhadores



Particular preocupação suscitou a Carlos Carvalhas o aproveitamento futuro dos investimentos realizados para a Expo

## «Pela nossa parte, tudo faremos para que a Exposição seja um êxito»

«Este projecto, quer se tenha reservas ou não, é um projecto nacional», afirmou Carlos Carvalhas aos jornalistas, no final da visita. O secretário-geral do PCP declarou que, «pela nossa parte, tudo faremos para que a EXPO'98 seja um êxito». Carvalhas verificou que «há pavilhões muito bonitos» e que «a recuperação urbana em curso e as zonas verdes à beira-rio vão transformar radicalmente esta zona de Lisboa», constituindo a Exposição Mundial «uma mais-valia para a cidade e para o País». «Temos dado a nossa contribuição positiva, nomeadamente através das câmaras municipais de Loures e Lisboa», recordou o dirigente comunista.

Depois de chamar a atenção para a necessidade de «ter também em conta o dia seguinte» ao encerramento da EXPO'98, quer no que diz respeito à «dinamização social, cultural e urbana de toda esta área da cidade» quer também quanto ao futuro dos «milhares de pessoas que aqui trabalham».

área internacional Norte transformar-se-á no novo Centro de Exposições de Lisboa da Associação Industrial Portuguesa (que desactivará a actual FIL).

No Parque da Realidade Virtual é proposta, em estreia mundial, uma viagem à «Oceânia». Grupos de 40 visitantes poderão descer ao fundo do mar e, depois de uma viagem que promete ser recheada de emoções, vão encontrar as ruínas de uma cidade perdida... Após o

encerramento da Expo, este pavilhão será integrado num parque temático dedicado aos oceanos.

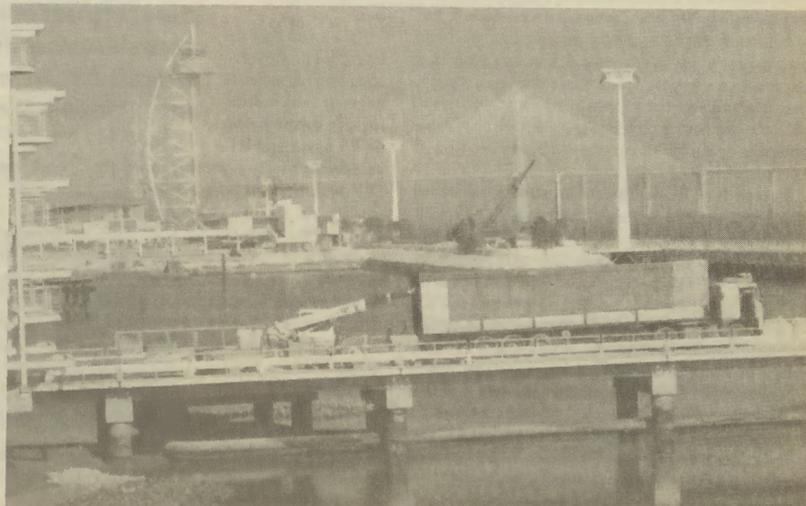
Espaço lúdico e de lazer, os Jardins da Água albergam o Auditório Júlio Verne, o teatro que se destina a receber os espectáculos programados pelos países participantes.

Existem ainda áreas reservadas à participação de empresas e de organizações nacionais e internacionais.

A par da Exposição, está em curso o projecto da Expo Urbe, reconversão urbana que se estende por 340 hectares ao longo de 5 quilómetros, à beira-Tejo. Até 22 de Maio, estará concluída a construção de 1850 fogos, dois hotéis e instalações de empresas. Depois de 30 de Setembro, deverão ficar a viver nesta zona mais de 5 mil pessoas. O projecto desenvolve-se até 2009, apontando para um total de 10 mil fogos, 25 mil habitantes e 18 mil empregos.



O Pavilhão da Utopia, futuramente o Multiusos de Lisboa, foi a primeira construção a ser dada por concluída, na semana passada



## Imigrantes em Portugal

■ Henrique Sousa  
Membro do Secretariado do CC

# Todos diferentes, todos iguais?

**A**S LEIS que Governo e PS, com a cumplicidade do PSD, pretendem fazer aprovar sobre o trabalho de estrangeiros e sobre a entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do País não respeitam a nossa condição de povo forjado num cadinho multicultural e multiétnico.

São contraditórias com o discurso oficial do "diálogo" com as comunidades imigrantes e étnicas existentes. Mandam às urtigas a especificidade da nossa relação com os países de língua portuguesa, de que são originários 2/3 dos 175 000 estrangeiros residentes em Portugal. Desmentem a coerência que devia ser exigida quanto ao respeito cá dentro pelos direitos dos imigrantes em correspondência com o que justamente exigimos lá fora quanto ao tratamento dos emigrantes portugueses. São um sinal mais de que a preocupação governamental de ser um "bom aluno europeu" não se refere apenas às privatizações, à moeda única ou à limitação dos direitos dos trabalhadores, mas se exprime também por uma política de estrito e servil cumprimento dos Acordos de Schengen, de participação na construção egoísta de uma "Europa fortaleza" fechada a povos de quem só interessa extrair mais-valias para engorda do capital, mesmo que à custa da sua condenação ao subdesenvolvimento e à pobreza.

O facto dessas leis se encontrarem ainda em gestação (!) mais justifica que redobre e se amplie o movimento de denúncia e de protesto contra o significado da sua aprovação.

Porque quem cala consente, o PCP tem sido desde o início destes processos legislativos a mais activa voz no esclarecimento e na denúncia do significado destas leis, que assentam numa visão repressiva e persecutória do estrangeiro e do imigrante e não no conceito de uma sociedade aberta e plural, capaz de incorporar no seu seio, como factor de enriquecimento e de progresso, o diálogo entre diferentes culturas, comunidades e etnias. Fizemo-lo, inclusive, em plena campanha eleitoral das autarquias locais, quando outros, por cálculo político, queriam silenciar a gravidade do que se forjava.

Que querem o Governo e o PS com a aprovação destas duas leis, inseparáveis nos seus objectivos, a que se soma a anunciada intenção de uma lei orgânica

para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) que visaria acentuar o seu carácter de polícia da imigração? Preparar os instrumentos legais e os mecanismos repressivos que lhes permitam, não apenas o controlo normal dos fluxos de imigração, mas fechar quase completamente as portas à entrada de cidadãos estrangeiros de fora da União Europeia e preparar a saída ou expulsão, logo que não sejam considerados necessários, de muitos milhares de imigrantes entrados para trabalhar nas grandes obras em curso e em vias de conclusão. Uma lógica política de subordinação aos Acordos de Schengen e uma lógica económica que vê no imigrante mera força de trabalho temporária a ser usada pelas empresas nas tarefas mais penosas, perigosas e menos qualificadas e não o cidadão de corpo inteiro, com direitos, aspirações e família que é de facto.

A proposta de lei do Governo PS sobre o trabalho de estrangeiros, votada na generalidade na Assembleia da República com o apoio do PSD e do CDS/PP e com a clara oposição do PCP e do PEV (!), embora defendendo - tal como os projectos derrotados do PCP e do PEV - o fim da quota máxima de 10% de trabalhadores estrangeiros em cada empresa (a qual, além de discriminatória, apenas empurra ainda mais para o recurso ao trabalho clandestino), mantém e desenvolve os mecanismos de discriminação e fiscalização do trabalho de estrangeiros previstos no Decreto-Lei 97/77 ainda em vigor. Confirmando a conhecida máxima de que "de boas intenções está o inferno cheio", logo desmente nas suas propostas o que afirma no seu preâmbulo - "uma melhor adequação ao princípio constitucional de direitos e deveres dos estrangeiros relativamente a cidadãos portugueses". Apesar dos recuos do PS na discussão na especialidade desta lei (!),

fruto da denúncia feita pelo PCP, pelo movimento sindical e por organizações ligadas à imigração, é facto que mantém dificuldades de acesso ao trabalho legal dos imigrantes;

impõe uma série de medidas burocráticas adicionais à sua contratação; estabelece diferentes níveis de tratamento dos cidadãos estrangeiros por origem, sem entretanto assegurar aos originários da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) uma natural "discriminação positiva"; exige o registo prévio de todos os contratos de trabalho de estrangeiros no IDICT; impõe a forma escrita ao contrato de trabalho, obrigação que não existe para um trabalhador de nacionalidade portuguesa.

Na verdade, a verdadeira intenção desta proposta de lei está em pretender "uma mais rigorosa fiscalização quer da prestação de trabalho quer, indirectamente, da autorização de entrada, permanência ou residência de cidadãos estrangeiros". Ou seja, instrumentalizar as relações de trabalho e as empresas para a fiscalização do movimento de estrangeiros, fazer intervir o SEF (um serviço de polícia da imigração) nas empresas, confundindo perversamente a regulação das relações de trabalho com o combate à imigração ilegal e tornando os trabalhadores não nacionais em alvos permanentes de suspeita e vigilância policial.

A autorização legislativa votada favoravelmente por PS e PSD (com a evidente oposição do PCP e do PEV) na Assembleia da República para o Governo alterar a actual regulamentação sobre a entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros, pelo que é público quanto ao respectivo anteprojecto de

de 3 dias, sob pena de graves sanções, o que acentuará também a discriminação no acesso à habitação. Pretende tornar em crime de auxílio à imigração ilegal o simples facto de uma pessoa acolher em sua casa um estrangeiro que não tenha a sua situação regularizada, sujeitando-se o hospedeiro a pena de prisão até 3 anos e ainda à pena acessória de expulsão, se não for português. Ou seja, o Governo PS pretende introduzir na legislação portuguesa medidas que, em França, foram tentadas pelo defuncto Governo de direita (Leis Pasqua/Debré), obrigado então a recuar face à intensidade do movimento de protesto na sociedade francesa, incluindo de associações de emigrantes portugueses!

Porque quer fazer a cidadãos de países de língua portuguesa e outros o mesmo que as autoridades dos Estados Unidos fazem a cidadãos portugueses que lá cresceram, lá têm a família, lá residem há dezenas de anos e que são expulsos para Portugal após cumprirem penas de prisão sem cá terem quaisquer raízes ou laços familiares. Ou seja, manter o regime desumano de pena acessória de expulsão mesmo a estrangeiros residentes em Portugal há dezenas de anos, com a família cá, se tiverem cumprido pena de prisão e ainda que não tenham quaisquer laços com o país de origem.

Porque pretende que as expulsões de cidadãos estrangeiros do território nacional sejam executadas, mesmo que delas tenha sido interposto recurso. Ou seja, um cabo-verdiano ou guineense que aqui vivam com a sua família há muitos anos, podem ser expulsos do País antes que um tribunal se pronuncie definitivamente sobre essa expulsão.

Porque trata os imigrantes como se fossem delinquentes e sujeita todos os passos da sua vida, no trabalho, no estudo, na habitação, na identificação civil, à vigilância do SEF, concebida como uma superpolícia de estrangeiros com poderes quase absolutos e reforçados, a quem não são sequer definidos prazos para o cumprimento das suas obrigações em matéria de emissão de vistos, pareceres, documentos, assim aumentando a discricionariedade administrativa a que são sujeitos os estrangeiros. Aliás, sendo o anteprojecto de decreto-lei divulgado tecnicamente defeituoso e burocratizante, é também legítima a suspeita de que a falta de clareza, quer quanto aos conceitos utilizados (como é o caso do conceito de estrangeiro) quer quanto à relação entre emissão de vistos de trabalho, de estudo, de residência e requerimento de autorizações de residência, pretende aumentar pela ambiguidade a margem de arbítrio administrativo a que podem ser sujeitos os imigrantes.

Os projectos e os actos do Governo PS desmentem o apregoado diálogo e respeito pelos direitos dos imigrantes em Portugal. São a outra face da falta de capacidade evidenciada na defesa dos direitos dos emigrantes portugueses espalhados pelo Mundo. Revelam que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa continua no domínio das intenções e a marcar passo na caminhada dos direitos concretos dos cidadãos, na base da reciprocidade, sacrificada aos ditames de Schengen e da União Europeia.

É urgente e indispensável levantar a voz e o protesto contra os projectos discriminatórios e repressivos do Governo relativamente aos imigrantes em Portugal. Em nome dos direitos e valores básicos de uma sociedade democrática e multicultural. Para que, "no limiar do terceiro milénio, também se confirme e desenvolva como característica enriquecedora do nosso país e dos portugueses esta fusão de culturas e de povos que faz parte do processo de formação do Portugal moderno" (!). Não é tarde. Vale a pena.

**É urgente e indispensável levantar a voz e o protesto contra os projectos discriminatórios e repressivos do Governo relativamente aos imigrantes em Portugal.**

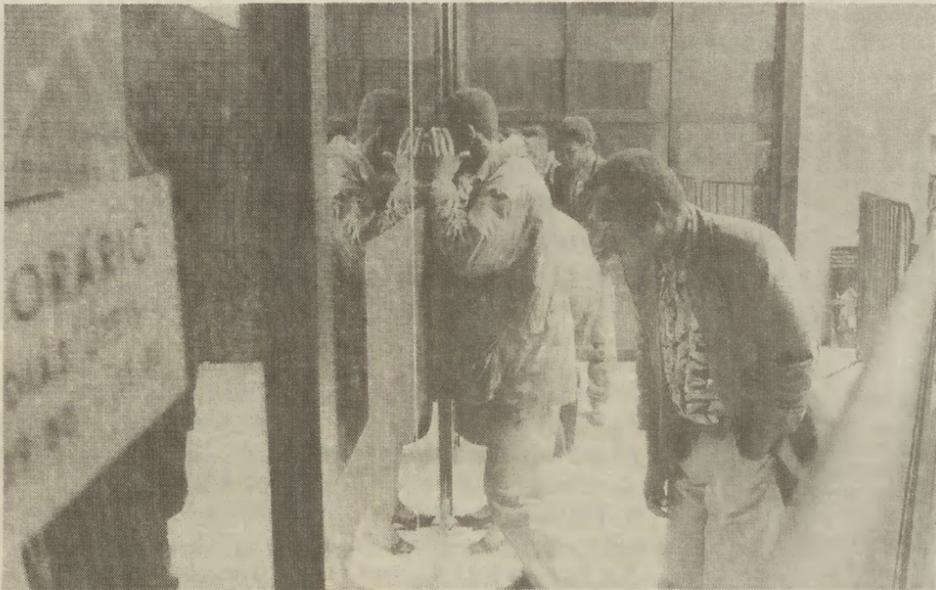
decreto-lei, e que é de extraordinária gravidade, inscreve-se na mesma estratégia de desconfiança, que trata os imigrantes como potenciais delinquentes.

Tal é a gravidade das intenções do Governo nesta matéria, metendo na gaveta todas as declarações e compromissos do PS nesta matéria

quando na oposição e piorando tudo o que então ao lado do PCP combateram na política do PSD, que ao protesto do PCP se juntou, não só o protesto e a oposição de associações de imigrantes, do movimento anti-racista e da CGTP, mas também a voz da Obra Católica das Migrações e de responsáveis da hierarquia da Igreja (!). E só é lamentável que o PS tenha chegado ao ponto de, no debate parlamentar, ter usado como porta-voz uma deputada de origem cabo-verdiana, que assim se sujeitou ao vergonhoso papel de ofender os interesses da própria comunidade a que está ligada.

O projecto do Governo PS visa piorar a legislação de estrangeiros aprovada em 1993 por proposta de Cavaco Siva e Dias Loureiro.

Porque quer impor em Portugal mecanismos de delação obrigatória ao propor que quem ceder alojamento a cidadão estrangeiro tenha de fazer declaração ao SEF, à PSP ou à GNR no prazo



de formação do Portugal moderno" (!). Não é tarde. Vale a pena.

(!) No caso da lei sobre trabalho de estrangeiros, em apreciação parlamentar na especialidade; no caso da lei sobre entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros, votada que foi a autorização legislativa, agora à espera da aprovação e publicação do respectivo Decreto-Lei, cujo anteprojecto é conhecido

(!) Que apresentaram projectos de lei sobre esta matéria orientados pelo objectivo de assegurar a igualdade de direitos nas relações de trabalho a todos os trabalhadores, sem distinção, reprovados pelos partidos de direita com a cúmplice abstenção do PS.

(!) O PS abandonou a exigência de uma taxa de 2 000\$00 pelo registo de cada contrato de trabalho e do envio anual ao SEF da relação dos trabalhadores estrangeiros ao serviço de cada empresa, que explicitava escandalosamente a intervenção desta polícia nas relações de trabalho.

(!) "Admiro-me com o surgir de uma legislação com conteúdos controloeiros e denunciante precisamente no momento em que as 'entidades braçais' vão deixar de ser necessárias" (D. Januário Torgal Ferreira, Secretário da Conferência Episcopal em Expresso-20/12/97).

(!) Da intervenção do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, no Encontro "A CDU e as Comunidades Imigrantes na Área Metropolitana de Lisboa" - 27/2/97.

# O PCP e a Iniciativa Legislativa Popular

**P**or iniciativa desencadeada pelo PCP, a Assembleia da República debateu no passado dia 11 de Fevereiro vários projectos de lei destinados a consagrar o direito de iniciativa legislativa de grupos de cidadãos eleitores. Tratar-se-á de um importante direito de participação popular, desde que os mecanismos que se venham a estabelecer para o seu exercício não acabem por inviabilizar na prática a sua utilização.



■ António Filipe

A luta do PCP pela consagração do direito de iniciativa legislativa popular já vem de longe. Foi o PCP o único partido a avançar com a proposta na Revisão Constitucional de 1989, não tendo obtido então o acolhimento que veio a conseguir na Revisão de 1997. Consagrado o direito na Lei Fundamental, foi mais uma vez o PCP o primeiro partido a avançar com um projecto de lei que o torne efectivo.

A iniciativa legislativa popular traduz-se afinal na possibilidade de grupos de cidadãos apresentarem projectos de lei à Assembleia da República. É por isso um passo de grande significado na efectivação de um importante mecanismo de participação dos cidadãos na vida política, que consubstancia uma importante aproximação entre os cidadãos, a Assembleia da República e os Deputados que a compõem.

O direito de apresentar iniciativas legislativas, que até à data tem pertencido exclusivamente aos Deputados, aos Grupos Parlamentares, ao Governo e em certos casos às Assembleias Legislativas Regionais, passa também a pertencer

directamente a grupos de cidadãos eleitores.

Porém, para que este direito se torne efectivo, não basta a sua consagração no texto constitucional. É preciso em primeiro lugar que ele seja regulado em lei e é preciso também que essa regulação legal não seja de modo a frustrá-lo na prática.

## 5 Princípios essenciais

É por isso que o projecto de lei do PCP assume o objectivo central de facilitar o exercício deste direito, despindo-o de formalismos desnecessários, na base de alguns princípios que são essenciais para que o direito de iniciativa legislativa popular tenha, verdadeiramente, um sentido útil. Em jeito de síntese, pode dizer-se que o projecto de lei do PCP assenta em 5 princípios:

**Primeiro:** Que o número de assinaturas a exigir para a apresentação de uma iniciativa legislativa não seja tão elevado que impeça na prática, ou dificulte injustificadamente, a apresentação de iniciativas.

**Segundo:** Que as iniciativas não sejam recusadas com fundamentos burocráticos ou formais. Deve funcionar o princípio do aproveitamento útil das iniciativas, evitando a burocratização dos processos ou a inutilização de propostas com fundamento em deficiências técnicas que possam, com a ajuda da própria Assembleia, ser superadas.

**Terceiro:** Que a Assembleia da República se vincule à apreciação das iniciativas em

prazos previamente fixados para todas as fases do processo legislativo. Se não forem fixados prazos para a tramitação regimental das iniciativas legislativas, corre-se o risco real de que alguma iniciativa legislativa popular fique enclausurada em alguma comissão parlamentar ou vá sendo sistematicamente preterida na fixação da ordem do dia.

**Quarto:** Que os autores da iniciativa popular sejam atempadamente informados sobre o andamento do processo, para que o possam acompanhar e participar activamente na sua discussão pública.

**Quinto:** Que as matérias que possam ser objecto de iniciativa legislativa popular não sejam circunscritas a questões menores, mas que, no respeito por limitações constitucionais, seja dada aos cidadãos uma ampla margem de iniciativa em razão da matéria. Sendo evidente que a iniciativa legislativa popular, até pelo esforço organizativo que implica, não será utilizada em torno de minudências, são as grandes questões, que verdadeiramente preocupam grande número de cidadãos, as que previsivelmente serão objecto de iniciativa popular. Se o poder de iniciativa dos cidadãos for limitado a questões secundárias, será o núcleo essencial do direito a ser posto em causa.

Explicitados os princípios que norteiam a posição do PCP neste processo legislativo, tem interesse confrontá-los com o conteúdo dos projectos apresentados pelo PS e pelo PSD.

## Algumas questões em aberto

Quanto ao número mínimo de cidadãos para apresentar uma iniciativa legislativa, o PCP propõe que sejam 5 000. Por razões que facilmente se entendem. Se 5 000 cidadãos eleitores podem constituir um partido político e concorrer a todos os actos eleitorais, não se compreenderia que o mesmo número de cidadãos não pudessem apresentar uma iniciativa legislativa a submeter à apreciação da Assembleia da República.

O PSD propõe 25 000 eleitores. O PS propõe 0,3% do número de inscritos no recenseamento em território nacional, o que de acordo com o recenseamento em vigor representa 26.779 assinaturas. Trata-se, em ambos os casos, de uma exigência manifestamente excessiva e desencorajadora do exercício do direito de iniciativa legislativa. Não se compreende que o número de assinaturas exigido para apresentar um projecto de lei à Assembleia da República tenha de ser cinco vezes superior ao número de assinaturas necessário para fundar um partido político.

Quanto às próprias iniciativas, o projecto de lei do PCP apenas exige que os proponentes definam concretamente o sentido das modificações que pretendem introduzir na ordem legislativa, não

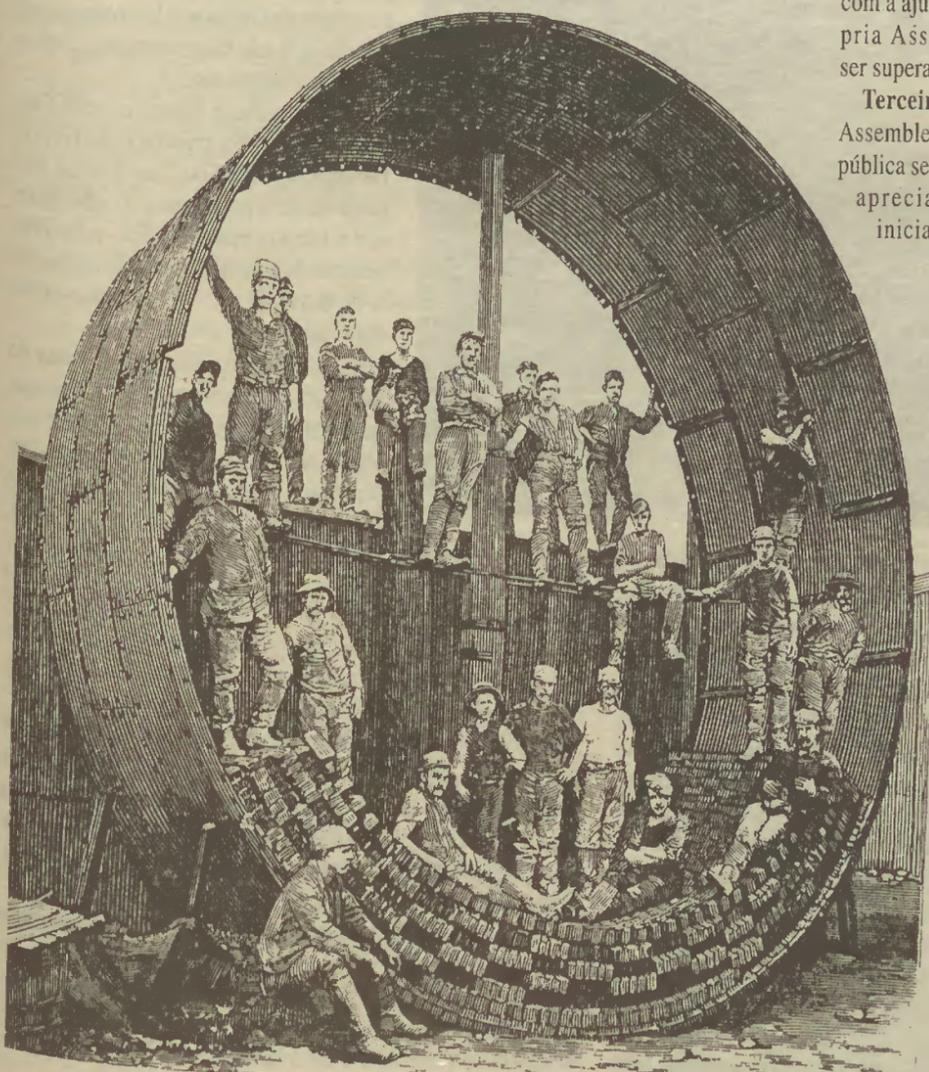
ficando a admissão da iniciativa dependente da perfeição técnica com que seja apresentada. Propõe mesmo que a Assembleia da República colabore com os proponentes, através dos seus serviços, com vista a adequar tecnicamente a iniciativa aos fins visados. Isto porque a iniciativa popular deve ser um direito do povo em geral e não necessariamente um direito dos juristas. Os cidadãos não são obrigados a saber articular uma iniciativa legislativa ou a conhecer os requisitos técnicos complexos da elaboração das leis. Daí que, ao contrário do que propõem o PSD e o PSD, não se afigura essencial que a iniciativa legislativa popular deva ter à partida a forma articulada ou cumprir os requisitos técnicos que são próprios das iniciativas parlamentares ou governamentais.

Outra questão relevante diz respeito às matérias que podem ser objecto de iniciativa legislativa popular. Existem, à partida, limitações óbvias; o respeito pela Constituição e pelos princípios nela consignados. O respeito pela chamada "leitura", não podendo ser admitidas iniciativas que envolvam, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas do Estado previstas no Orçamento. Pode, no entanto, manter-se a iniciativa desde que os proponentes aceitem que a sua vigência só se inicie no ano económico seguinte. E uma terceira limitação, que diz respeito às matérias em que a iniciativa é expressamente reservada pela Constituição a determinadas entidades. É óbvio que não podem os grupos de cidadãos apresentar propostas de Orçamento de Estado, ou de Orgânica do Governo, ou de Estatuto Político-Administrativo das Regiões Autónomas.

A questão, porém, é que, enquanto no projecto de lei do PCP as limitações são apenas estas, podendo as iniciativas legislativas populares incidir sobre todas as matérias que sejam objecto da competência da Assembleia da República, já o projecto do PS exclui do âmbito da iniciativa legislativa popular quase todas as matérias incluídas na reserva absoluta de competência da Assembleia da República.

Esta limitação não faz sentido, porquanto a iniciativa legislativa popular não conflitua em nada com a competência legislativa da Assembleia da República. Ninguém propõe que a Assembleia compartilhe as competências que tem quanto à aprovação das leis. O que a Assembleia compartilha é apenas o direito de iniciativa. Por que razão há-de então ser limitado o direito de iniciativa popular?

São estas as questões que vão estar em debate até à aprovação final da lei. Permanecem algumas incógnitas quanto à configuração final de alguns aspectos essenciais. Certo e seguro é que o Grupo Parlamentar do PCP tudo fará para que seja aprovada uma lei que permita uma maior abertura da Assembleia da República à participação popular e dar passos em frente no relacionamento deste órgão de soberania com o povo português.



■ Fátima  
Garcia

## Parlamento Europeu

# Um ano de trabalho na luta pela igualdade entre mulheres e homens

No início de mais um ano, parece-nos oportuno fazer um balanço sobre a nossa participação na Comissão dos Direitos da Mulher do Parlamento Europeu, durante o ano que acabou. Depois das arrumações feitas em Janeiro de 1997 na composição das comissões parlamentares, a Comissão dos Direitos da Mulher no Parlamento Europeu ficou composta por 35 membros efectivos e igual número de membros suplentes. O Grupo da Esquerda Unitária Europeia está representado por 4 deputados, entre os quais o deputado do PCP Sérgio Ribeiro, como membros efectivos. São também membros desta Comissão os deputados portugueses Helena Torres Marques do PS e Costa Neves do PSD.

De acordo com o Regimento do PE, esta Comissão é competente quanto a questões relativas:

- à definição e ao desenvolvimento dos direitos das mulheres na UE;
- à aplicação e ao aperfeiçoamento das directivas relativas à igualdade de direitos das mulheres e à elaboração de novas directivas;

Embora possa parecer à primeira vista que esta Comissão teria muito trabalho para fazer, a realidade é que este está muitas vezes limitado, por questões regulamentares, quanto ao número de relatórios que podem ser feitos por sua iniciativa, vendo a sua actividade muitas vezes restringida às respostas que tem de dar às iniciativas da Comissão Europeia (códigos de conduta, recomendações, comunicações, directivas).

Quanto ao conteúdo das discussões, e tal como acontece noutras comissões com idênticos objectivos, nem sempre é pacífico.

Se é verdade que há concordância entre todos os membros, independentemente do grupo político onde pertençam, em que os Direitos das Mulheres são parte integrante dos Direitos Humanos, quando se trata de aspectos concretos, nomeadamente na área do trabalho e dos direitos sociais, as coisas complicam-se.

Também por esta razão, foi dada a maior atenção a todas as matérias que diziam directamente respeito às mulheres, quer na

entre homens e mulheres por trabalho de igual valor» apresentado pela Comissão Executiva incluiu o essencial de algumas das propostas por nós apresentadas aquando da sua preparação, isto é, recomendação para reforçar a participação das mulheres na definição das tabelas salariais através da negociação colectiva e para a formação de peritos que possam estudar e propor soluções práticas para resolver situações relativas à igualdade de remunerações. O relatório aprovado em Junho sobre o texto final do «código» contém igualmente a recomendação para que os Estados-membros prevejam processos e sanções que assegurem a sua aplicação concreta.

A discriminação da mulher na publicidade foi um outro tema abordado. Este relatório, que «rejeita a difusão de imagens da mulher que desacreditem a sua dignidade ou a sua igualdade relativamente ao sexo masculino» e «reclama o combate a estereótipos sexistas a nível do conteúdo, da imagem e da linguagem da publicidade», reafirma, por proposta dos nossos deputados, que os meios de comunicação social podem contribuir para a mudança de mentalidades, instando os media a desenvolverem a sua acção tendo em vista a concretização efectiva da igualdade, não se devendo limitar a transmitir imagens

que levem à manutenção ou ao agravamento da situação de discriminação existente.

Um outro dossier da maior importância foi o da proposta de Directiva sobre o trabalho a tempo parcial, sector onde predominam as mulheres. Tendo considerado esta proposta nitidamente insuficiente para a protecção dos trabalhadores, tentámos que o PE considerasse que o facto de esta não estabelecer o período de trabalho mínimo e máximo poderá permitir que se contrarie a concretização da redução de horário de trabalho, que seria inadmissível que «outras razões» ligadas à organização do tempo de trabalho pudessem permitir o despedimento e ainda a rejeição da inscrição de uma série de derrogações que enfraquecem ou mesmo permitem o desrespeito do princípio da não discriminação de trabalhadores a tempo parcial.

Infelizmente, a aliança entre os Grupos do PPE e PSE rejeitou estas propostas tendo apenas sido ceite a nossa proposta de que a passagem dos trabalhadores para «tempo parcial» não deve resultar de uma imposição. Esta proposta de directiva não contou com o nosso voto favorável.

A adopção da directiva do ónus da prova foi igualmente uma das exigências que fomos concretizando ao longo do ano através da sua inscrição em diversos relatórios mas também das várias perguntas e insistências que fomos fazendo tendo

como base o caso BCP. O projecto de tratado de Amsterdão mereceu igualmente a nossa atenção, tendo nós rejeitado a proposta da relatora para uma campanha de «propaganda» dirigida às mulheres e à sua mobilização em favor do projecto de tratado. Propusemos apenas a realização de uma campanha de informação o que, de acordo com espírito reinante, foi rejeitado.

Estes foram os relatórios nos quais interviemos directamente durante 1997. No entanto, não deixámos de acompanhar outras matérias tais como a individualização dos direitos das mulheres na segurança social, o tráfico de mulheres ou o relatório sobre a violência contra as mulheres que exigiu que o ano de 1999 seja designado Ano Europeu de Recusa da Violência Contra as Mulheres.

A luta contra o aumento do desemprego e da precarização e pelos direitos sociais, o seguimento da concretização das conclusões da Cimeira do Luxemburgo sobre o Emprego, nomeadamente na sua vertente pela igualdade de direitos, continuarão a merecer a intervenção atenta dos eurodeputados do PCP.



- à política social, de emprego e de formação para as mulheres e as jovens e às acções que visam combater o desemprego das mulheres;
- à política de informação e aos estudos relativos às mulheres;
- à avaliação das políticas comuns, na medida em que se relacionem com as mulheres e com as consequências para elas decorrentes da conclusão do Mercado Interno;
- aos problemas ligados à actividade profissional das mulheres e ao seu papel na família;
- às mulheres nas Instituições da UE;
- às questões relativas às mulheres no quadro internacional (Nações Unidas, Secretariado Internacional do Trabalho, etc.);
- à situação das mulheres migrantes e das companheiras de trabalhadores migrantes, bem como ao estatuto das mulheres que são, simultaneamente, cidadãs europeias e nacionais de países não-europeus, no âmbito da legislação comunitária ligada ao Mercado Interno.

comissão respectiva quer em outras comissões como, por exemplo, a de assuntos sociais. Sérgio Ribeiro foi sem lugar para dúvida o deputado português que mais propostas apresentou nesta matéria.

Sobre o relatório anual da Comissão Europeia sobre a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na UE, foi por proposta por nós apresentada que o PE insistiu na necessidade de promoção do investimento na formação profissional para as mulheres, instou os Estados-membros a darem cumprimento à Recomendação do Conselho de Ministros de 1992 relativa ao acolhimento de crianças que visa incentivar iniciativas tendentes a permitir às mulheres e aos homens a conciliação das suas responsabilidades profissionais e familiares decorrentes da assistência a filhos e a considerar que a flexibilidade do mercado de trabalho só será aceitável se se reflectir numa organização do tempo de trabalho em benefício dos trabalhadores de ambos os sexos.

Foi pela nossa intervenção que o «código de conduta relativo à aplicação do princípio da igualdade de remuneração

# A falta de liberdade (nos media) para alguns

Fernando Correia, no último número de «O Militante», de Janeiro/Fevereiro deste ano, escreve «Os Media, na Sociedade Capitalista». A propósito do que deveria ser a função dos media, sobre a comunicação entendida como um instrumento de progresso e factor de desenvolvimento, aborda – entre outras não menos importantes – a função de promoção cultural e a importância de «difundir obras artísticas e culturais para preservar a herança do passado, alargar o horizonte cultural despertando a imaginação e estimulando as necessidades estéticas e a criatividade».

Posto isto, a herança do passado, no Alentejo, na componente cultural tem muito para se dar a conhecer, principalmente aos mais jovens. Ligamos, assim, aspectos da luta política pela instauração das liberdades democráticas. Em todos os distritos da nossa província, milhares de democratas e antifascistas sofreram contra a censura imposta aos meios de comunicação social.

A herança do passado, neste último aspecto, deve merecer para todos – inclusive para as autarquias de todos os quadrantes – um cuidado especial. E, quando refiro as autarquias, quero muito expressa e claramente dizer que o Poder Local depois do 25 de Abril não tem nada a ver com as autarquias nomeadas pelos governos do antigamente. Por isso, e não só por isso, as autarquias têm o dever (não é favor!) de ir ao encontro do direito que os municípios têm de serem informados.

Assim, entendo que há uma enorme falta de informação da parte das autarquias no distrito de Beja, sobre o que foi no passado salazarista a luta do povo transtaganano. Nas câmaras municipais há em arquivo documentação bastante significativa a esse respeito. Pouco tem sido aproveitado desse depósito escrito. Além da Câmara Municipal de Castro Verde, que de forma organizada publicou documentação sobre essa matéria, mais ninguém aproveitou e investigou essas fontes de informação.

Repare-se, agora de passagem, sem aprofundarmos, a liberdade nos media, que devemos acrescentar que desejamos o mesmo que no passado, isto é: liberdade para os portugueses defenderem as suas ideias e lutarem livremente pelos seus interesses! Em vários planos: não somente na comunicação social. Veja-se, por exemplo, a nomeação de Veiga Simão para ministro da Defesa. Ofensa ao 25 de Abril, aos Capitães de Abril, aos civis e aos militares democratas e antifascistas.

Sem entrar em pormenores, retenho, como lição para todos, a recusa num determinado boletim municipal de um artigo de opinião, assinado por Sérgio Ribeiro, deputado pelo PCP no Parlamento Europeu. Enquanto tal, um ex-ministro do tempo fascista – quando Ribeiro dos Santos, estudante universitário, foi assassinado pela PIDE –, José Hermano Saraiva, tem honras de entrevista, com chamada e foto na primeira página, nesse mesmo determinado boletim municipal, poucos meses depois.

Parece-me, neste caso citado, que há aqui mais de dois pesos e mais que duas medidas. Recusa-se Sérgio Ribeiro por ser comunista? É caso para dizer muito directamente: «Quem não é para cavadelas não se mete nelas!»

Inexactidões históricas, muitas vezes, da parte de José Hermano Saraiva, protegido pela televisão no seu programa, não são avaliadas. O que leva pessoas da especialidade a dizer, publicamente, que há em tais «lições» muito de «banha da cobra».

Avaliadas são as posições claras e políticas do comunista Sérgio Ribeiro, no sentido mais negativo: a falta de liberdade para todos.

■ João Honrado

■ Jorge Messias

Um auxiliar de leitura...

# O caso exemplar de Leonardo Boff

Em S. Paulo, no Brasil, um grupo católico publica uma revista intitulada «Caros Amigos». Do seu número de Junho de 1997 extrairemos o essencial do texto que se segue. Trata-se de uma importante entrevista, fundamental, concedida pelo teólogo Leonardo Boff a três interlocutores de entre os quais se destaca o conhecido frei Betto. Pena é que não possamos reproduzir, na íntegra, estas declarações. Limitar-nos-emos, portanto, a destacar frases que nos parecem de citação obrigatória.

Como é do conhecimento geral, Leonardo e o seu irmão Clodovis Boff, ambos teólogos e sacerdotes religiosos, integraram o grupo que, a certa altura, generalizou a ideia de que a Teologia da Libertação constituía, no interior da igreja universal, uma vaga de fundo, irresistível e irreversível. Viviam-se, primeiro, os anos de esperança que se seguiram ao Vaticano II; depois, os primeiros cautelosos tempos do pontificado de João Paulo II. Nos bastidores, porém, alheios aos tempos e às anunciadas transformações, os sistemas de vigilância e de segurança eclesiais continuavam imperturbavelmente a funcionar.

«Como foi esse processo de inquisição de que foste vítima?», perguntaram os entrevistadores a Leonardo Boff. «Salta aos olhos a pressão, as sucessivas convocações ao Vaticano, os contínuos questionários, pedidos de esclarecimento, etc. Quando é que tudo começou? Em que ano foi isso?»

A resposta de Leonardo foi necessariamente extensa. Vamos tentar condensá-la.

«É um processo longo, de desqualificação da identidade. Não consiste, apenas, nas questões de doutrina mas da desmontagem, neste caso, da figura do teólogo. Quem estiver na mira da observação do Vaticano não pode ser convidado pela Igreja, pelas comunidades, pelos bispos, para falar nos lugares de retiro espiritual. O padre pode dar aulas mas sob vigilância apertada das matérias que ensina. Estando sob suspeita, censuram-lhe as homilias que profere. Perdeu toda a confiança da hierarquia.

Desde 1972 que cada livro que eu publicava ia à leitura prévia do Santo Ofício. Era a intervenção dos organismos de segurança. Se alguém cai nas malhas de um deles, está perdido, porque, a partir de então, é acompanhado em tudo, de forma burocrática. O meu processo começou em 1972, quando publiquei o livro

«Jesus Cristo Libertador» e foi até 1989. Iniciou-se com o cardeal Hamer, já falecido, e completou-se com o cardeal Ratzinger.

A minha primeira entrevista no Vaticano foi impressionante. Decorreu no grande salão do Santo Ofício que tem cerca de 150 metros de comprimento. Salão imenso, com tapetes enormes. Aguardei, sentado a um canto, numa cadeirinha, durante 40 minutos, que o cardeal Hamer aparecesse. Quando chegou, surgiu completamente paramentado com todas as vestes de cardeal. Logo de início, disse-me secamente: «A tua igreja pediu um diálogo. Mas quem aqui fala contigo é o responsável pela doutrina. Não quero dialogar mas apenas testar se a tua fé é verdadeira ou não. Se ela respeita a ortodoxia ou não. Diz-me, que achas tu do Vaticano II?»

Respondi que o Vaticano II fora um extraordinário concílio pastoral.

«Erro!», – atalhou o cardeal – «não foi pastoral, foi doutrinário. Pensas que esse concílio adaptou a Igreja ao mundo moderno e não a adaptou coisa nenhuma. O concílio tem de ser lido na óptica do Vaticano I, como doutrina, e tu recusas-te a fazê-lo!» O nosso contacto prosseguiu, deste modo, ao longo de três horas e tive de suportar acusações cerradas.»

Leonardo Boff foi chamado ao Vaticano pela segunda vez, poucos anos depois, após ter publicado uma obra intitulada «Igreja, Carisma e Poder».

«Foi verdadeiramente dramático», relata o teólogo brasileiro, «e sentia-me literalmente sequestrado. O convento de frades onde eu estava alojado fica mesmo atrás do Vaticano. Mas eles vieram com um carro e, quando me estava a despedir do Superior, dois oficiais do Santo Ofício agarraram-me e empurraram-me para dentro do automóvel. Eram dois guardas suíços e vinham acompanhados por um terceiro que me apontou dizendo: «É aquele!» Então o carro disparou rua fora, em contramão, com a sirene aberta. Depois de passarmos um portal enorme, com uns pregos imensos de pontas viradas para fora, o carro parou e, então, perguntei ao oficial: «É aqui o local da tortura?» O homem respondeu-me com uma violenta cotovelada...»

(Continua)



■ Zillah Branco

# Educação — palavra mágica

Ninguém duvida de que as pessoas com acesso à educação e às regras de civilidade facilitam a harmonia social. É o óbvio. Mas, pensar que a educação resolve os problemas cruciais da sociedade moderna — marginalidade, desemprego, violência — é querer tapar o sol com a peneira. É a receita preferencial da elite que se considera como um tutor esclarecido de gente inferior.

No Brasil impera este conceito nas hostes governamentais. Bem sabem que para chegar à educação é preciso ter a barriga cheia, a saúde tratada, um lugar habitável, segurança, estabilidade na vida, mas omitem estes detalhes para eleger fórmulas de adaptação mental dos cidadãos ao estado de coisas que criaram.

Um exemplo: foi aprovado um código de trânsito com imposições radicais — uso de cinto de segurança e encosto de cabeça também nos bancos traseiros do carro, proibição para o peão que atravessa a rua fora das passadeiras, multas elevadíssimas para as infrações habituais e prisão com perda de carteira de condução para os motoristas alcoolizados ou os que apostam corrida na via pública. Tudo muito certo se a aplicação das sanções fosse possível. Esqueceram-se de outros detalhes: quem vai receber os 24 dólares de um peão que corre fora da passadeira para não perder o escasso transporte público onde passa um terço do dia para poder trabalhar e receber 120 dólares no



fim do mês? Como punir o ciclista que não tem campainha ou luzes no seu veículo de transporte? Onde prender o filho de rico que dirige alcoolizado ou que exhibe as suas habilidades irresponsáveis nos conhecidos "rachas", quando as prisões estão superlotadas? Como dispor de tanta polícia para controlar o trânsito quando faltam para a normal segurança dos habitantes? Como acreditar que a justiça será imparcial quando se acumulam os crimes de gente importante sem qualquer punição? As leis são feitas para uma sociedade caótica, como uma roupa de bom corte para um manequim desengonçado.

Por um lado, esta bandeira de civilidade é uma grande demagogia, por outro, é a priorização do bem-estar da elite que já não suporta a cidade em que vive (e não consegue atrair turistas e investidores). Os governantes omitem a realidade de uma sociedade carente, de trânsito exasperante e degradação dos bairros, onde milhões de cidadãos vivem em condições sub-humanas e estão fora do mercado de trabalho e dos benefícios institucionais, para copiar os bons costumes de países desenvolvidos. Vestem uma população miserável de seda e lançojeoulas e o resultado será, evidentemente, catastrófico.

## Democracia repressiva

Há um outro aspecto nesta aperfeiçoada lei do trânsito, é a multiplicação de punições como arma de um governo despótico

co que facilita a vida aos investidores estrangeiros e aos banqueiros perdendo-lhes dívidas e reduzindo impostos enquanto dificulta a da população vítima do tradicional domínio das elites que concentram a riqueza e o poder. É o característico conservadorismo elitista, que quer preservar as qualidades do país mantendo a velha estrutura oligárquica e os privilégios de uma classe poderosa. Com acesso aos benefícios da globalização e da chamada "educação" essa civilizada elite espantada a maioria da população com regras de boa conduta para fazer de conta que são "cidadãos de país desenvolvido". Um regime democrático a ferro e fogo para o povo deseducado.

Se houvesse também uma lei para punir com cadeia e elevadas multas os governantes que vendem o património nacional para pagarem as dívidas deixadas pela má gestão administrativa, se conseguissem extirpar as quadrilhas criminosas que vestem fardas militares (como no recente caso verificado em Alagoas e as múltiplas denúncias em quase todo o país), se houvesse um sistema prisional "civilizado" onde as cadeias não estão superlotadas obrigando os detentos a dormirem em pé, se os corruptos fossem afastados das funções públicas sem as enrolações da burocracia que retardam e fazem prescrever as condenações, se as vacinas contra o sarampo e outras enfermidades chegassem para todas as crianças, se houvesse equidade na distribuição dos recursos nacionais... só então seria justo exigir um comportamento educado.

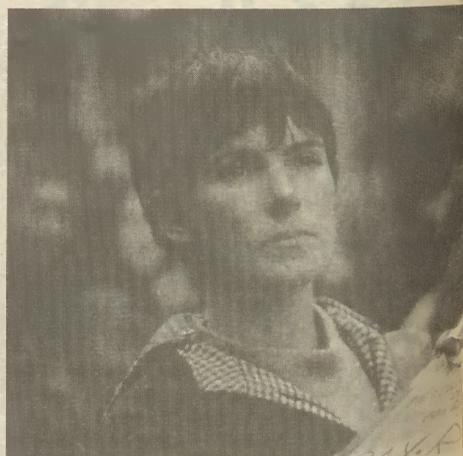
## Quem pode ter formação?

Outro exemplo de hipocrisia é a estafada alegação patronal de que os trabalhadores não estão preparados para as novas tecnologias e que, portanto, precisam fazer cursos antes de serem empregados. Com isto justificam o crescente desemprego.

Não há dúvida de que a formação técnica enriquece o trabalhador e que seria desejável que toda a sociedade dedicasse parte dos seus recursos para manter a classe trabalhadora em condições de se formar. Mas não é com um Estado Mínimo que deixa a cada um a responsabilidade de crescer por conta própria que o milagre se dará.

O problema está na apropriação dos instrumentos de produção e do conhecimento técnico pelas elites. O trabalhador industrial não dispõe, como o artesão antigamente, dos meios para exercer o seu talento e aperfeiçoar o seu trabalho se não estiver empregado numa empresa. A sua dependência em relação ao patronato é total e permanente. Começa no momento em que precisa ganhar a vida, ou seja, quando muito jovem ou mesmo criança. Só que não tem facilidade de acesso às escolas e, neste círculo vicioso, acaba na marginalidade se não for escolhido pela elite.

Os que conseguem emprego e têm a oportunidade da formação profissional ficam à mercê das empresas onde são treinados para produzir com rapidez o programa que lhe ensinaram. Não são sequer donos de um conhecimento global que permita a escolha de um caminho próprio. A criatividade também é propriedade da elite, assim como o controlo da formação. Os trabalhadores tornam-se hoje modernos escravos das elites democráticas que dominam o mundo. Recebem o alimento mínimo suficiente para suportarem o trabalho e os recursos para constituírem o mercado de consumo das mercadorias.



■ Miguel Urbano Rodrigues



# Da à democracia sem adjectivos

Em época alguma se falou tanto de democracia como na actual. Utilizando um permanente e perverso massacre mediático, um sistema de poder que trava o desenvolvimento da democracia como realidade concreta tenta persuadir a humanidade de que ela avança em todo o mundo.

A confusão principia na definição da palavra, isto é, no conteúdo da democracia.

Em artigo recente, publicado em "El País", o nicaraguense Sérgio Ramirez (1), com o objectivo de criticar as esquerdas latino-americanas, faz a apologia da democracia sem adjectivos. Enaltece a democracia no mero plano das instituições e combate a ideologização da democracia como fenómeno negativo. A simples garantia constitucional do exercício de direitos e liberdades aparece-lhe como valor quase absoluto. O resto virá depois.

Acontece que o resto é muitas vezes quase tudo.

A história ensina que a democracia como sistema de governo regulador do funcionamento de uma sociedade é sempre uma construção cujo conceito e práxis são definidos por aqueles que a proclamam e instalam.

Na primeira das democracias, a grega, uma parcela maioritária do corpo social, incluindo os escravos, não tinha direitos de cidadania.

Nas cidades da Liga Hanseática e na Inglaterra da Magna Carta somente a aristocracia e a burguesia eram beneficiárias dos direitos garantidos pelas instituições.

Nos EUA, logo após a independência, a situação não era muito diferente. A democracia jeffersoniana, tão magnificadamente reservava o direito de voto a uma minoria de cidadãos, tal como a britânica.

Na prática da vida, a democracia sem adjectivos é pouco mais do que uma fórmula oca, utilizada por aqueles que se empenham em combater uma democracia participativa, que não exclua.

Pablo Gonzalez Casanova, num lúcido ensaio publicado pela revista cubana "Contracorriente" (2), lembra-nos que "o pensamento conservador e neoconservador do nosso tempo se apropria do pensamento liberal e neoliberal para forjar uma democracia elitista e excluyente que acaba com as concessões sociais a que a burguesia se viu obrigada durante a ascensão das lutas operárias nas metrópoles e das lutas de libertação nacional nas colónias".

Pablo Gonzalez Casanova, que se move há mais de trinta anos na constelação da sociologia mundial como estrela de primeira grandeza, enuncia uma evidência muito incómoda para as forças políticas e económicas que erigiram o mercado em religião.

Nas grandes transformações em curso, o papel desempenhado pela social-democracia nos últimos anos foi



muito importante e negativo ao tornar-se, também ela, paladina da democracia sem adjectivos.

No final do séc. XIX e no início do actual, a social-democracia ganhou força e prestígio batendo-se pelo sufrágio universal e pelas reivindicações dos trabalhadores. Mas a sua tentativa de eliminar o capitalismo através de reformas — pelo movimento, como dizia Bernstein — fracassou.

Hoje, não fala de eliminar o capitalismo; está com ele e defende-o. Presentemente, os partidos social-democratas (e os que na Europa se intitulam socialistas) adaptaram-se ao projecto neoliberal e sustentam com zelo as políticas de ajuste do FMI e do Banco Mundial, defendem o Estado mínimo e, em muitos casos, funciona como cúmplices (por vezes como autores, como sucede em Portugal) da estratégia de destruição pela base do edifício da Segurança Social, ou seja, de velhas conquistas dos trabalhadores nos terrenos da Educação, da Saúde e da Previdência em geral.

Uma outra definição da democracia surge-nos associada ao chamado nacionalismo revolucionário nos países do Terceiro Mundo. A extrema diversidade dos partidos e movimentos que integram esse grupo dificulta uma síntese de objectivos. Mas existe entre eles um denominador comum: a tendência a vincular a democracia representativa à participativa num contexto de pluralismo ideológico e de políticas económicas que incorporem elementos da social-democracia e do marxismo.

A história ds últimas décadas demonstra que, em muitos casos, o nacionalismo revolucionário tem funcionado como rampa de acesso para o caudilhismo e o populismo autoritário, sobretudo na América Latina e em África. Em diferentes países, dirigentes que impuseram desastrosas políticas neoliberais e hoje glorificam o mercado sem controlo subiram ao poder com um discurso populista de matrizes pseudo-revolucionárias. Autênticas mafias co-governam alguns desses países.

Pablo Gonzalez Casanova, atento ao terramoto que desagregou a URSS, a flora igualmente as contradições e o funcionamento do modelo de democracia que, num contexto de grandes esperanças, se instalou em diferentes países após a vitória da Revolução de Outubro e no final da segunda guerra mundial.

Os "comunistas e marxistas-leninistas — sublinha — também construíram e definiram a democracia com sérios limites e exclusões. Oscilaram entre a crítica à "democracia" em geral, a qual identificaram com a definição liberal e burguesa de sistemas de governo úteis aos interesses e à formação do capital, e à exaltação de uma "democracia popular" ou "democracia socialista" em que ocultaram as estruturas de um poder autoritário e inclusive totalitário que realmente operavam".

Na sua crítica à prática e aos desvios do projecto original, o prof. Pablo Gonzalez Casanova alude aos "processos de corrupção e acumulação privada que chegaram a excluir a imensa maioria dos trabalhadores da representação e eleição de políticas genuínas, tornando-os simultaneamente

beneficiários de prestações e concessões atribuídas com lógica paternalista autoritária, revestida de símbolos revolucionários".

Pablo Gonzalez Casanova não é comunista. Por isso mesmo, a opinião favorável que emite sobre o significado do socialismo participativo cubano na busca de alternativas adquire uma importância particular.

"Somente em Cuba — afirma — se manteve a vinculação de quadros e bases, mais por uma moral política que vem de Martí e por uma redefinição da luta em torno da emancipação nacional com bases populares do que propriamente por objectivos democráticos clara e abertamente delineados."

"A participação democrática do povo — prossegue — nas decisões aumentou com a educação e organização das bases e como parte de uma política de segurança nacional e de justiça social aprovada pela imensa maioria do povo cubano. O marxismo-leninismo foi redefinido a partir de posições morais — como assinala Armando Hart — e a direcção do processo inseriu-se num marco teórico e cultural mais amplo, o do pensamento libertário martiano. A partir dele aparecem as propostas de inserção na "globalidade" com preservação das vitórias sociais e emancipadoras, e os projectos de uma abertura democrática que, embora limitada pelo bloqueio norte-americano com a sua lógica intervencionista e belicista, expressa a prática concreta da luta do povo trabalhador em defesa das políticas sociais e da independência nacional, claramente ameaçadas."

\* \* \*

A crise global da civilização é hoje inculável. Os próprios apóstolos do mercado sem controlo principiam a temer as consequências da sua engrenagem, como o prova o grande e justificado medo provocado pelo afundamento das bolsas e das moedas na Ásia Oriental.

Apesar disso, prossegue o bombardeio mediático sobre as supostas maravilhas de um mercado deificado.

A própria continuidade da vida na Terra encontra-se ameaçada pelo funcionamento selvagem de um mercado concebido para beneficiar uma minoria insignificante da humanidade em prejuízo da esmagadora maioria.

O discurso dogmático sobre a falsa democracia é, aliás, comandado pelas forças dirigentes de um país cujo comportamento como Estado imperial configura no final do milénio o mais absoluto desprezo pelos valores e pela prática da democracia.

É natural que numa época de incertezas, numa fase de refluxo da história em que as forças progressistas acusam os

efeitos da desagregação da URSS e a implantação ali de um capitalismo mafioso, a ausência a curto prazo de uma alternativa de esquerda com credibilidade que seja mobilizadora para a luta — é natural e lógico que o imperialismo, os teólogos do mercado sacralizado e os porta-vozes do pensamento único tentem semear a confusão e o desânimo.

O discurso apologetico da democracia sem adjectivos insere-se em tais campanhas. Essa gente teme a democracia participativa, aquela que não exclui o povo, a democracia que visa a integração da humanidade.

Por quase mítico que seja, o sonho da democracia universal não exclente responde a uma aspiração da própria condição humana. Perseguir a utopia está na vocação do Homem.

Pablo Gonzalez Casanova tem consciência das enormes dificuldades que se levantam no caminho da concretização do sonho. Precisamente por isso, me parece muito positivo que um intelectual não comunista de prestígio mundial, como ele, venha a público com um ensaio brilhante e profundo apontar Cuba como um Estado-nação cuja experiência, na teoria e na práxis, nos aproxima de algum modo de uma alternativa socialista que abra caminho, rumo à distante democracia universal.

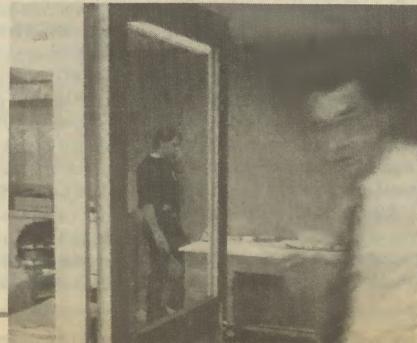
Podem parecer romântico, numa fase tão crítica como aquela que a humanidade atravessa, discorrer sobre a procura de cenários políticos e sociais alternativos. Mas sem teoria, já dizia Lênine, não há revolução possível.

Estamos vivendo uma época de transições bruscas, brutais e profundas, comparável à que inspirou Marx e Engels, uma teoria que serviu de ferramenta a poderosas acções revolucionárias.

Os alicerces tecnológicos e científicos das sociedades contemporâneas, as relações de trabalho e produção, o quotidiano insuportável das grandes cidades, o ruir de princípios e valores milenares, a totalidade da vida na sua maravilhosa e dramática diversidade, estão a mudar num ritmo e numa direcção que não controlamos. É um desafio perante o qual nós, comunistas, não podemos permanecer passivos.

(1) Sérgio Ramirez foi vice-presidente da Nicarágua durante a Revolução Sandinista. Posteriormente, rompeu com a Frente Sandinista de Libertação Nacional de cuja Direcção Nacional era membro, iniciando um processo de regresso às suas origens liberais.

(2) Pablo Gonzalez Casanova, "La democracia no excluyente", in revista "Contracorriente", nº 7, La Habana, 1997. Pablo Gonzalez é actualmente director do Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidade Autónoma do México e membro da Comissão Nacional de Mediação para o Conflicto de Chiapas. Seu irmão, Enrique Casanova, também professor universitário, foi embaixador do México em Lisboa.



## EM FOCO

## 15 Formação, trajectória e fim do Império Britânico

# Torres Vedras

■ Manoel de Lencastre

Ao descer sofredamente para Torres Vedras, o santuário dos santuários onde a sorte do Império se decidiria, Wellington precisou, finalmente, o seu pensamento quanto à guerra entre a Inglaterra e a França napoleónica que estava a travar-se em Portugal. Assim, em carta dirigida ao embaixador britânico, Charles Stuart, com data de 7 de Outubro de 1810, escrevia: «Julgo que nem V. Exa. nem o governo português sabem onde se encontram as Linhas de Torres Vedras. A terceira linha de fortificações à volta de Lisboa não é aquela onde concentrarei o exército. As tropas convergirão para a zona de Alverca, de Torres Vedras ao rio Tejo.»

Nessa carta, enviada de Rio Maior enquanto o general Hill já saía de Santarém e dirigia-se para a Azambuja e Cartaxo, Sir Arthur Wellesley acrescentava: «Peço-lhe que me faça o favor de informar a Regência de que Sua Majestade e o príncipe-regente de Portugal me encarregaram do comando dos seus exércitos e, em exclusivo, da condução das operações militares, e de que não admitirei interferências nos meus poderes, seja de quem for. Quem sabe onde as minhas tropas devem ser colocadas sou eu, assim como sou eu quem sabe como e onde enfrentar o inimigo. O que recomendo aos ministros da Regência é que se encarreguem de velar pela tranquilidade em Lisboa e pela alimentação do exército e do povo enquanto as tropas se acharem em confronto com o inimigo. Peço tranquilidade nas ruas e abastecimentos para as tropas portuguesas. Tenho poucas dúvidas do nosso êxito. Já combati em número suficiente de batalhas para saber que o resultado é sempre incerto apesar dos melhores preparativos.»

### Forças populares juntam-se ao exército

Nesse mesmo dia, anuncia-se a transferência do quartel-general para Alhandra. Os franceses estão em Caldas da Rainha e ameaçam Rio Maior e Alcoentre. A 8, Wellington vai para a Arruda e já se realizam choques com guardas avançadas do exército de Masséna em Alcoentre. Começa a chover. O major-general Fane (da divisão de Hill) recebe ordens para colocar a cavalaria (inglesa e portuguesa) no Tojal e em Loures. Wellington está convencido de que os franceses atacarão pela esquerda, como o haviam feito no Buçaco. Muita artilharia vai para Alhandra, a zona de operações do general Hill que ocupa as aldeias do Calhandriz, dos Mellos e do Loureiro. A 9, a cavalaria francesa movimentou-se na direcção da Abrigada. Unidades de infantaria estão na Quinta da Torre. Produzem-se combates.

Dias depois, recebem-se informações que indicam estarem os franceses já em certas áreas entre o Carregado e Alenquer. O quartel-general de Wellington vai para São Quintino. E o general Hill cujas ordens consistem em defender Alhandra a todo o custo, manda dispor peças de artilharia à volta da igreja. As ruas estão barricadas. O mau tempo persiste. O inimigo, assim, vê-se impossibilitado de proceder à montagem de canhões nos cabeços do lado esquerdo da estrada. Toda a artilharia portuguesa da zona de Lisboa recebe instruções para seguir na direcção de Alhandra e o general Hill vê-se reforçado com mais 60 canhões. Camponeses trazem notícias de que o exército francês pavimentou a estrada entre Arruda e Alhandra para poder fazer passar a sua artilharia. Todas as outras estradas estão num mar de lama devido às chuvas constantes.

O brigadeiro-general Craufurd (divisão ligeira) tem ordens firmes para garantir a defesa da ravina conhecida como «do Matos». Se, porém, lhe surgirem efectivos superiores aos seus, será obrigado a abandonar a Arruda. Wellington e todo o Estado-Maior têm confiança em que Rowland Hill conseguirá defender Alhandra contra o que se espera venha a ser um impetuoso ataque francês. A divisão do general Spencer começa a deslocar-se para a zona entre a ravina «do Matos» e Bucelas, a fim de ocupar os cabeços de São Romão.

Entretanto, as forças armadas populares, em apoio directo ao exército anglo-luso, compreendiam: batalhões de milícias de Ton-

dela, Viseu, Castelo Branco, Covilhã, Idanha-a-Nova, Feira, Leiria, Tomar, Santarém, Setúbal, Alcácer do Sal, Torres Vedras e, igualmente, as numerosas milícias do Termo de Lisboa Ocidental, da Linha Ocidental e da Linha Oriental. Estavam presentes, também, 8000 soldados espanhóis comandados pelo marquês de la Romana. O total das forças aliadas aproxima-se dos 100 000 homens — um número elevado que proporcionava muitas opções e que Masséna e Ney teriam de ter em conta.

### A Grã-Bretanha vai dominar o mundo

Foi a 15 de Outubro que o exército invasor compreendeu o valor estratégico das fortificações que descobria à sua frente e que, manifestamente, não tinha possibilidades de ultrapassar. As perdas sofridas no Buçaco e, mais do que isso, a corajosa e determinada resistência oferecida pelas tropas comandadas por Wellington, tinham produzido consequências. O exército que se aproximava das linhas de Torres Vedras já não era a mesma formação que havia entrado em Portugal. O destacamento deixado em Coimbra fora aprisionado pelo coronel Trant que, no comando de contingentes portugueses, tinha retornado a cidade. Nos hospitais de campanha, os franceses tinham deixado 4000 homens. Todos os dias os aliados faziam prisioneiros. As guerrilhas consumiam vidas francesas e os desaparecidos eram às centenas. Muitos desses, quando atacados por populares, eram, depois, deixados aos cães.

Não se fez esperar um novo apelo de Wellington ao povo português. Dirigindo-se desta vez ao Alentejo, exigiu que se abandonassem as terras, que se destruíssem os moinhos, que se fugisse com o gado, com o trigo, com todos os valores de transporte possível para ganhar a protecção dos fortes de São Filipe, em Setúbal, e de Palmela. O general inglês, evidentemente, temia que um novo exército francês invadisse Portugal pelo Alentejo para apoiar Masséna. Mas essa invasão nunca se verificou. E Wellington, então, compreendeu que tinha nas mãos uma grande vitória do seu exército, que ao seu alcance estava a possibilidade de derrotar um dos mais famosos marechais de Napoleão, que o Império britânico conseguiria manter Portugal na sua órbita e avançar para novos triunfos. E enquanto a mensagem da França napoleónica se perdia, a Inglaterra agitava a bandeira do capitalismo e atrevia-se a comandar o mundo em nome da liberdade. O poder napoleónico esvaziou-se. A França seria derrotada em Portugal e em Espanha, Napoleão conheceria o seu primeiro desastre e Borodino em Moscovo. Waterloo seria possível.

### Ponte sobre o Tejo?

A 23 de Outubro, Wellington está no reduto do Sobral. Dois dias depois, surge em Alenquer. E Masséna dá ordens ao seu Chefe de Estado-Maior, general Frinon, para que explore as condições da cidade e da região de Santarém no sentido de que o exército recue para aí com vista a poder reorganizar-se e passar o Inverno. O duque de Rivoli, um experimentadíssimo general, já sabe que não conseguirá vencer as linhas de Torres Vedras. Mas carece de meios de subsistência que, imagina, a região de Santarém pode oferecer-lhe. Carece, também, de estabelecer um hospital de



campanha. Instrui o general Lazowski para que procure moinhos e os ponha em funcionamento. Quaisquer hipóteses de passagem do Tejo para torear Torres Vedras e surgir frente a Lisboa em Almada ou na Trafaria pareciam desde logo irrealizáveis por isso que em todas as aldeias ribeirinhas os barqueiros tinham começado a destruir as suas embarcações. Os esforços do general Éblé tornam-se infrutíferos. Os franceses, entretanto, começam a imaginar a construção de uma ponte sobre o Tejo.

Quando as grandes chuvas de Outono cessaram, Masséna, que permanecia em Alenquer, resolveu deslocar-se a Santarém para observar, pessoalmente, as condições que possibilitariam ou não a construção da ponte. E nesse dia (29) que escreve a célebre carta a Berthier (príncipe de Wagram e de Neuchatel), Chefe do Estado-Maior de Napoleão, em que evidenciou o terrível drama do grande «Armée du Portugal». Paris, portanto, ficou a conhecer o que foi um mês de longas marchas, de confrontações, combates, escaramuças e batalhas — tudo para, já em plano distrito de Lisboa, se achar paralisado, impotente, efectivamente derrotado face às inultrapassáveis fortificações que ficaram na História com o nome de Linhas de Torres Vedras.

Os efectivos portugueses aumentavam constantemente. A sua presença nas linhas de Torres Vedras negou a Masséna a mínima tentação de lançar-se no labirinto das fortificações e dar batalha. O exército português colocado no vasto teatro de guerra frente a Lisboa incorporava: 25 323 soldados de infantaria e caçadores; 1427 de cavalaria, 1417 de artilharia além de 3203 artilheiros de linha e de ordenanças e de 9221 soldados das milícias — o total somava 40 591 homens o que representava quase o dobro do exército inglês. Toda a cavalaria estava em Santo António do Tojal. As restantes formações em armas concentravam-se no distrito de Montachique (18 985 homens), em Bucelas (12 068), na Póvoa de Santo Adrião (8121). O exército inglês compunha-se de 29 000 homens nas três armas e contava, ainda, com um regimento independente em Lisboa e outro em Torres Vedras.

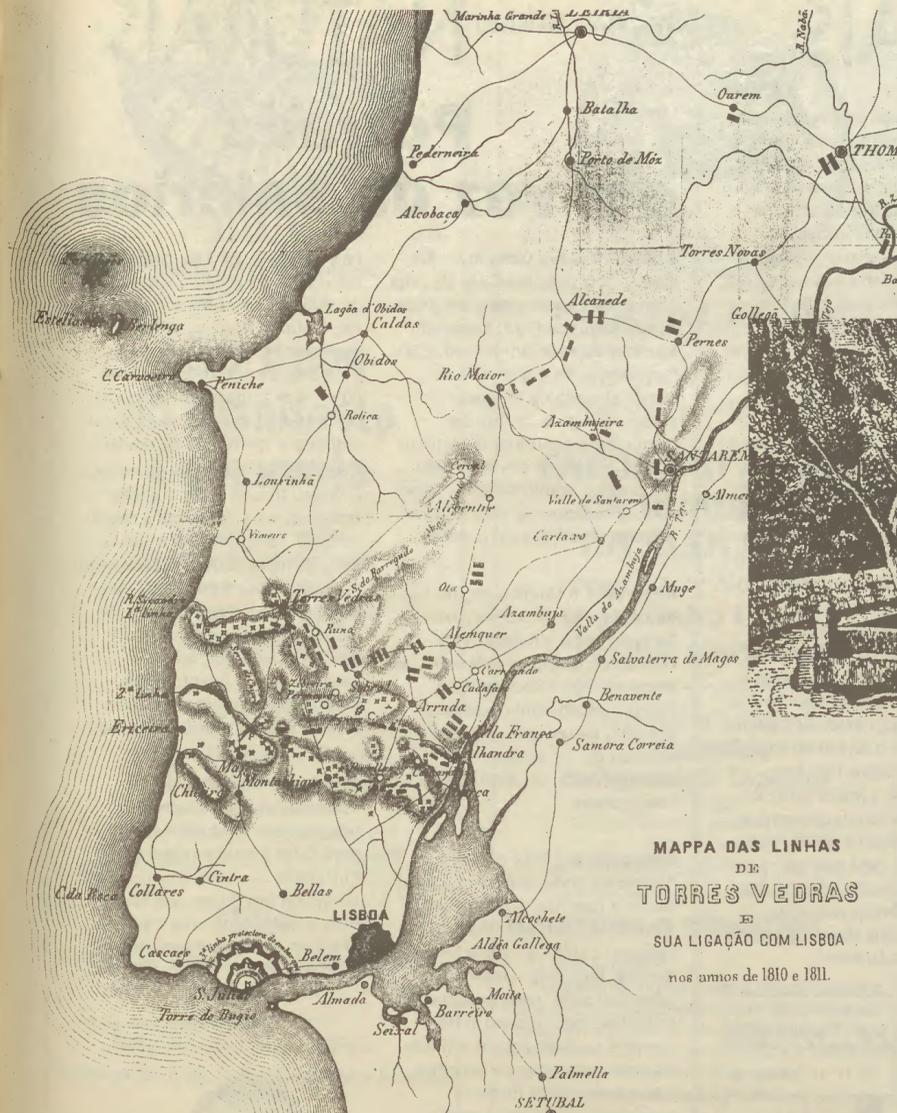
### «Torre e Espada» para Beresford

Naturalmente, nas condições que se conhecem, todo o exército português está sob o comando de William Carr Beresford. Mas este, evidentemente, depende de Wellington que, a 3 de Novembro, lhe envia de Pero Negro a seguinte carta: «Dá-me maior satisfação informá-lo de que recebi ordens do rei para investi-lo como Cavaleiro da Ordem do Banho (Order of the Bath) da qual lhe envio a correspondente insignia. Quando nos encontrarmos organizaremos a forma de realizar-se a respectiva inves-

«Envio o general Foy a Paris para vos dar conta da posição do exército. Encontro-me, há 12 dias, frente às fortificações do exército anglo-português que se colocou atrás de três linhas de obstáculos defensivos que levaram 18 meses a erguer. Não me seria possível atacar essas construções as quais se acham guarnecidas de formidáveis posições de artilharia e onde se escondem um inimigo com efectivos duas vezes mais numerosos do que os nossos — isso, seria dar-lhe todas as vantagens e comprometer o exército de Sua Majestade o Imperador. Não hesitaria em dar-lhe batalha em campo descoberto.

«Coloquei em Santarém as principais instalações do exército. Organizámos um grande hospital. Nas posições que ocupo, o exército encontra, ainda,

## EM FOCO



MAPPA DAS LINHAS DE TORRES VEDRAS E SUA LIGAÇÃO COM LISBOA nos anos de 1810 e 1811.

mente, dizendo: «O governo português não conhece as dificuldades da minha situação nem as ordens que posso do goveno britânico ou as intenções e os desejos de Sua Majestade o rei de Inglaterra. O governo português só dá trabalho e faz perder tempo com as suas absurdas cartas. Sou eu e não ele o responsável pelo êxito das nossas operações militares.»



A situação altera-se incessantemente. A cavalaria francesa mantém-se activa em Santarém e Punhete. Mas as guarnições portuguesas de Óbidos e Peniche. Mas as guarnições portuguesas de Óbidos e Peniche comandadas pelo capitão Fenwick, da brigada do general Blunt, atacam a rectaguarda inimiga, à sua direita. A estrada Coimbra-Leiria está na posse das tropas portuguesas do comando do coronel Wilson. O general Silveira desce a ocupar a estrada de Trancoso e Almeida. As suas forças chegam a Celorico e à Guarda.

### Negócios com o Império

A 4 e 5 de Novembro começaram a expedir-se convites para as cerimónias da investidura de Beresford que teria lugar em Maíra, numa quarta-feira, às cinco da tarde, após o que se realizaria um baile e um banquete. Tudo organizado, como é evidente, pela Embaixada britânica em Lisboa. Wellington emitiu convites para quem lhe diziam que era grande ou tinha nome na sociedade lisboeta. Estariam presentes todos os altos-comandos. Muitos oficiais que não se achassem de serviço foram convidados, também. Mas na condição de se apresentarem nos seus postos no dia seguinte. A 5, Wellington escrevia a Charles Stuart no sentido de rectificar erros de omissão nos seus convites: «Quando ontem lhe escrevi sobre a festa, cometi omissões das quais não mereço desculpa. Esqueci-me de toda a família Rio Maior a agradecer-lhe, por isso, que mandasse convites a todos eles incluindo, até, o velho Machado. A marquesa do Lourical e mesmo a duquesa de Lafões e sua irmã devem, igualmente, ser consideradas.»

A 10 de Novembro, volta a chuva para encharcar todo o Portugal. Masséna tem consigo o terrível relatório do general Frinon. Segundo este, o Sobral, precariamente defendido por tropas da divisão Clausel, teria de ser evacuado imediatamente. As tropas deste general tinham-se dispersado pelos campos em busca de milho ou de animais perdidos — o último destacamento chegado à divisão estivera ausente durante nove horas. O «leão de Génova» reage: que não fique nada em Alenquer; que o hospital, tal como se fizera na Azambuja, seja evacuado. O exército vai para Santarém onde estabelecerá a sua esquerda. O centro das forças francesas ocupará a região de Torres Novas e a direita, em Tomar, apoiar-se-á na zona do Zêzere.

Nestas condições, o exército anglo-português vai começar a progredir na margem direita do Tejo e, gradualmente, abandonará o temível esconderijo salvador constituído pelas linhas de Torres Vedras para iniciar uma das mais extraordinárias, difíceis e dramáticas perseguições jamais realizadas. E assim, a capital de Portugal começa a recuperar alguma coisa da sua estatura de metrópole. Havia-se habituado à presença de uniformes estrangeiros no seu seio. Os teatros estavam em funcionamento. Os bordéis, à cunha. Faziam-se bons negócios. Um dos mais espertos cidadãos de Lisboa, António Maria Carneiro, só possuía amigos. E utilizava a influência de todos eles para conseguir o seu grande objectivo: ser feito o fornecedor exclusivo de tudo o que o exército inglês comprasse em Portugal. O Império britânico, sem dúvida, era um grande negócio!

Assinado: Marechal Masséna, príncipe de Essling

tadura, mas acho que será melhor fazermos como quando invisti o general Sir John Coape Sherbrooke, na presença de muitos oficiais do exército e outras pessoas que convidei para uma festa. Se preferir, faremos uma parada de tropas. Mando-lhe, também, a medalha respectiva.» Beresford foi, igualmente, condecorado pelo governo português com a «Torre e Espanha» e feito entrar no páriato nacional com o título de conde de Trancoso.

Nas diferentes condições criadas pelo aumento dos efectivos ao seu dispor, Wellington começou a ter possibilidades de desviar tropas em direcções estratégicas. O objectivo era a eliminação de tudo o que os franceses tentassem construir em Santarém e em Vila Nova da Barquinha, dificultar as comunicações do seu exército, preparar a vigilância em toda a margem esquerda do Tejo. Não podia de modo algum excluir-se a hipótese da entrada em Portu-

gal de novas forças napoleónicas. Assim, a 1 de Novembro de 1810, o coronel Murray, no comando de uma brigada de cavalaria portuguesa e de um batalhão de caçadores do corpo de exército do general Hill, recuou para Lisboa de onde embarcou para Samora Correia e foi ocupar posições também em Salvaterra e na Chamusca. Essas tropas começaram, depois, a marcar presença em toda a margem direita do grande rio no sentido de poderem perseguir o inimigo quando chegasse o momento decisivo de fuga.

Mas os portugueses tinham pressa em ver concretizada a libertação do seu país. Moralizados e fortalecidos pelos inúmeros exemplos de abnegação vividos em todo o país, pelos sacrifícios consentidos pelo povo português e pelo crescimento do seu exército, certos círculos políticos nacionais procuravam tomar iniciativas de natureza militar. A isso, Wellington reagiu energica-

## Carta de Masséna a Berthier (29.10.1810)

viveres suficientes. Todos os moinhos da região trabalham para nós e não pode dizer-se que, até agora, tenhamos experimentado dificuldades. O bom tempo sucedeu a 10 dias de chuvas abundantes e ininterruptas e os oficiais portugueses que tenho comigo asseguram-me ser possível que este tempo continue durante o mês de Novembro. Desde a sua saída de Almeida, o exército acumulou um «deficite» de 7000 a 8000 homens entre mortos, feridos, prisioneiros e desaparecidos cuja sorte ignora. Em todas as regiões que atravessámos não vimos um só habitante e, ainda que seja difícil acreditar, nem mesmo numa grande cidade como Coimbra. Desde que me encontro na região de Lisboa, não me foi possível para lá mandar uma única pessoa. As classes mais pobres do povo

refugiaram-se nas florestas. Todos os outros e também os ricos foram atrás do exército inglês até Lisboa. Este país não passa de um absoluto deserto onde os oficiais portugueses que vieram comigo não têm podido ser úteis ao exército.

«Mantenho-me nas minhas posições, na esperança de que certos portugueses, clandestinamente em Lisboa, possam organizar um movimento contra os ingleses que os reduziram à mais incrível miséria — ou de que 'lord' Wellington deixe os entrincheiramentos para vir dar ou receber batalha. Se os meus esforços para o estabelecimento de uma ponte sobre o Tejo forem bem sucedidos, poderei movimentar-me entre os dois rios e viver com os recursos do Alentejo, a mais rica província de Portugal, onde o trigo abunda. Na

posição em que me encontro, posso, também, esperar a chegada dos reforços que Sua Majestade não deixará de enviar-me. Parto hoje de Alenquer para visitar todo o curso do Tejo até Santarém e até à confluência com o Zêzere. Se a construção de uma ponte de barcas ou de pranchas de madeira se tornar impraticável de modo a que me seja impossível atravessar o rio, tomarei a decisão de efectuar um movimento de retirada antes da época das grandes chuvas, mas não o farei sem estar convencido de que não tenho outro caminho a adoptar. Seguirei pela estrada de Ponte de Mucela e da Guarda para evitar o caminho que já percorri e para tentar encontrar recursos.»

**Brócolos**

Já desde há muito se sabe que o PS e o PSD, no fundamental da política de direita que um pratica e o outro quer, não se distinguem. Dão, no entanto, de si mesmos, o espectáculo do confronto e do conflito, às vezes tão acesos que o público hesita em chamá-los gémeos. De facto, há um conflito de clientelas entre ambos, de influências, de poder. Quem ganha com isso é quem consegue mais lugar aqui e mais influência acolá. Quem perde é quase toda a gente. No caso da escolha dos nomes a integrar o Tribunal Constitucional - um caso que se arrasta e que contribui para o desprestígio da instituição, o PS e o PSD chegaram finalmente a acordo. Como sempre. E como sempre o acordó é mau. Trata-se de eleger os novos juízes em lista, em vez de a Assembleia se pronunciar sobre cada um dos nomes. Como se sentirão os juízes assim escolhidos como se fossem um molho de brócolos?

**PONTOS CARDEAIS**

**Espectros**

O jornalista Fernando Madrinha declara no «Expresso» que o PCP se encontra em «coma profundo». Ficamos a pensar que o homem só acredita do que o «Expresso» diz. É mesmo capaz de ler apenas esse semanário para não dar conta da intensa actividade dos comunistas nem se ter apercebido da última reunião do CC. Recordamos o tempo em que, repórter, ele acompanhou iniciativas do PCP, espantando-se com a vitalidade e a influência deste. Sugerimos que desça de novo à realidade. Se não, um dia destes, ainda se assusta por nos ver de novo e vai clamar que anda por aí um espectro...

**Quem toma conta?**

As querelas que se somam e se multiplicam, desde há muito, no PP, fazem cada vez mais lembrar as birras de crianças de «boas famílias», e muita gente há-de lembrar-se do Mickey e da Minnie quando olha as

disputas entre zezinhas e paulinhos. Só que, nas tais «boas famílias», há sempre alguém que toma conta das criancinhas birrentas. No caso do PP, parece não haver quem se candidate a aturá-las. Ainda acabam por partir a louça toda. Sem lanche é que não ficam.

**À espreita**

Cavaco fala pouco. Aparece com mais frequência, mas fala pouco, engasgado que ficou num antigo tabu. Diz, no entanto, muito mais do que Marcelo gostaria que o ex-primeiro-ministro dissesse. E aparece espreitando por cima do ombro do seu sucessor na liderança do PSD, como a ver-lhe os trabalhos de casa. Agora, Cavaco disse que o PSD se deve tornar uma alternativa. Uma frase breve, a poupar muito nas palavras mas certamente a esbanjar no sentido. Uma frase que é todo um julgamento definitivo sobre a liderança marcelista. Pensaria Marcelo que era só ele a dar notas?

**PONTOS NATURAIS**

Mário Castrim

**Porrada em vez de salários**

**Rodrigo Guedes Carvalho** - Em Viseu, 100 trabalhadoras de uma fábrica de calças estão em greve desde segunda-feira. Estão em luta por salários em atraso. Elas queixam-se da má gestão da administração da empresa e estão às portas da fábrica, decididas a continuar o protesto até receberem o dinheiro. Dão um prazo à administração. Caso contrário, dizem-se dispostas a tomarem medidas mais duras.

**Réporter** - A Coimbrões, fábrica de confecção de calças, existe há nove anos e nunca tinha conhecido qualquer problema. As cerca de 100 trabalhadoras sempre receberam os salários até que, há um ano, com a entrada de um novo administrador, as dificuldades começaram.

**Sindicalista** - Esta é uma "empresa onde, num ano, já é a terceira luta que fazemos pelos salários em atraso. Não é possível continuar numa situação destas. Inclusive, ontem, a administração, para assustar os trabalhadores colocou vinte homens da GNR para a retirada de uma encomenda e ameaça haver mais trinta homens preparados para dar porrada nesta gente.

**Repórter** - As trabalhadoras têm um mês de salários em atraso, mas temem que a situação se eternize e há muitas que já passam por dificuldades.

**Trabalhadora** - Há colegas minhas que têm um salário único em casa, porque não têm maridos ou porque não os têm a acompanhá-las. Já andam a pedir dinheiro para o leite das crianças pequeninas que têm, não podem deixá-las morrer à fome.

**Repórter** - As trabalhadoras acusam o novo administrador de má gestão até porque, segundo garantem, trabalho não falta na empresa.

**Trabalhadora** - A gente trabalha, temos muito trabalho, há sempre calças e

calças a sair, há 760 calças por dia a sair, há muito trabalho, pronto, se a gente visse que não saía trabalho, talvez até aguentasse um mês ou dois, nem exigia salário. Mas assim, com tanto trabalho a sair, com tanto trabalho a sair, e o nosso dinheiro a gente não vê nada? Não pode ser. A gente queremos o nosso trabalho. Se a gente trabalha, se a gente dá o nosso esforço, também quer o nosso salário, mais nada. Trabalho aqui há nove anos, nunca saiu tanta produção como agora, durante muito tempo a produção saía baixa e nunca nos faltou o salário. Agora, quanto mais produção sai, menos salário temos, menos dinheiro nos dão.

**Repórter** - Por parte da administração da empresa ninguém se mostrou disponível para falar à nossa reportagem. Entretanto, as trabalhadoras vão continuar em greve. Até sexta-feira e, se o problema não se resolver, ameaçam com outras formas de luta.

(Do «Primeiro Jornal» da SIC)

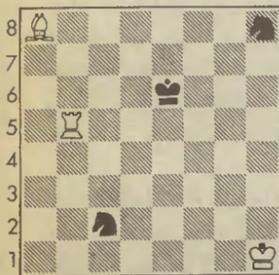


**XADREZ**

DCXLVI - 26 DE FEVEREIRO DE 1998  
PROPOSIÇÃO Nº 1998X09

Por: HENRI RINCK  
"BASLER NACHRICHTEN", 1941

Pr.: [3]: Cs. ç2. h8 - R66  
Br.: [4]: Ba8 - Tb5 - Rh1



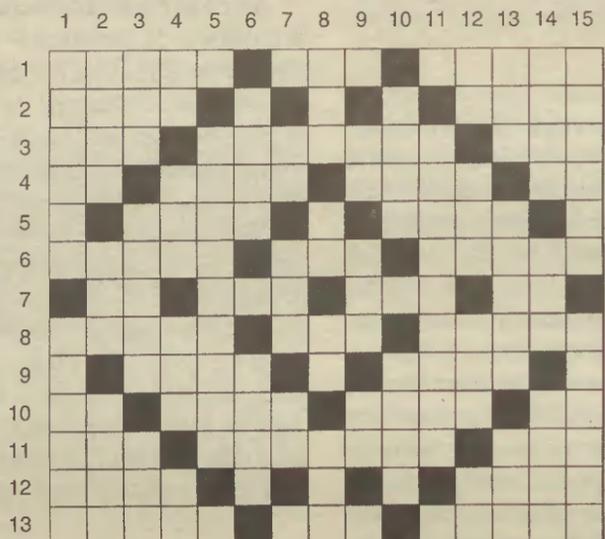
Branças jogam e ganham  
\*\*\*

SOLUÇÃO DO Nº 1998X09 [H. R.]

1. Th5!, Cf7; 2. Bd5, Rf6; 3. Th2, C63; 4. Tf2+, Cf5; 5. B:f7 e ganha.

A. de M. M.

**PALAVRAS CRUZADAS**



**HORIZONTAIS:** 1 - Quarto mês do ano; o m.q. eiró (engua); sumptuoso. 2 - Objecto flutuante que serve de sinal às embarcações; cingir com nó. 3 - Folha de certas palmeiras indianas que servia para nela se escrever; pano de cores para cobrir mesas, bancos, etc.; fileira. 4 - Sódio (s.q.); ave peralta da fam. dos ibídeos, de plumagem branca, todavia negra na cabeça, pescoço, cauda e patas, considerada divina pelos egípcios, no tempo dos faraós; lavrai; pref. indicativo de movimento, direcção, junção, etc. 5 - Antiga unidade de medida agrária correspondente a uns cinquenta ares; destapei. 6 - Tratei; título nobiliárquico inglês; gente da camada inferior da sociedade (pl.). 7 - Nota musical; certo jogo de cartas em que, por passagem, ganha aquele que juntar todas as cartas de um naipe; pássaro; preposição. 8 - Salubre; perigosas; substâncias que ocupa de maneira contínua todo o espaço em que está colocada, por maior ou menor que seja esse espaço (pl.). 9 - Habilidade; projectil de arma de fogo. 10 - Rapaz (pop.); poeta e cantor ambulante entre os gregos antigos; uso corrente; prefixo de origem grega que exprime a ideia de separação, privação. 11 - Tempo que a Terra gasta para dar uma volta em torno do Sol; rebocada; cem metros quadrados. 12 - Barco de recreio; parte do lombo dos bovinos, entre a pá e o cachaço. 13 - Interj. designativa de satisfação; grito (bras.); carvão ou lenha incandescente.

**VERTICAIS:** 1 - Adiantamento de dinheiro (pl.); soldado natural da Índia; ao serviço dos ingleses. 2 - Esfera; mulher que cria uma criança de outrem; anual. 3 - Braço de rio; estéril; base aérea portuguesa. 4 - Comparecia; eleve; fúria incontida; Érbio (s.q.). 5 - Fruto (drupa) comestível do abricoteiro, espécie de damasco (pl.). 6 - Combine; magistrado romano encarregado da inspecção e manutenção dos edifícios públicos. 7 - Arsénio (s.q.); emissão de voz; suf. de agente. 8 - Aguardente obtida da destilação de melão depois de fermentado; o seu valor é de 3,1416; Ouro (s.q.); massa gelatinosa obtida a partir das chamadas soluções coloidais. 9 - Bário (s.q.); pano de arrás; cânhamo de Manila. 10 - Membrana nua que envolve a base do bico das aves; festa e banquete por ocasião de casamento. 11 - Grupo de labregos. 12 - Rio costeiro de França; encoleriza; iça; atmosfera. 13 - Joieira; livre de perigo; mau cheiro (bras.). 14 - Tabuinha que se comprime por meio de ligaduras de encontro a alguma parte do corpo lesada ou fracturada para a manter imóvel; nome de letra; brisas. 15 - Pequena igreja em lugar ermo (pl.); formação de uma flor, resultante da união dos estames monadelfos.

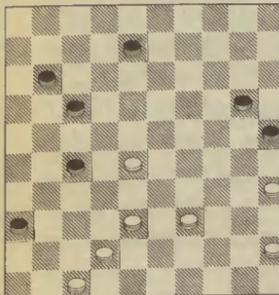
**SOLUÇÕES:** 11 - Labregada. 12 - Ave. 13 - Uia. 14 - Tala. 15 - Uia. 16 - Uia. 17 - Uia. 18 - Uia. 19 - Uia. 20 - Uia. 21 - Uia. 22 - Uia. 23 - Uia. 24 - Uia. 25 - Uia. 26 - Uia. 27 - Uia. 28 - Uia. 29 - Uia. 30 - Uia. 31 - Uia. 32 - Uia. 33 - Uia. 34 - Uia. 35 - Uia. 36 - Uia. 37 - Uia. 38 - Uia. 39 - Uia. 40 - Uia. 41 - Uia. 42 - Uia. 43 - Uia. 44 - Uia. 45 - Uia. 46 - Uia. 47 - Uia. 48 - Uia. 49 - Uia. 50 - Uia. 51 - Uia. 52 - Uia. 53 - Uia. 54 - Uia. 55 - Uia. 56 - Uia. 57 - Uia. 58 - Uia. 59 - Uia. 60 - Uia. 61 - Uia. 62 - Uia. 63 - Uia. 64 - Uia. 65 - Uia. 66 - Uia. 67 - Uia. 68 - Uia. 69 - Uia. 70 - Uia. 71 - Uia. 72 - Uia. 73 - Uia. 74 - Uia. 75 - Uia. 76 - Uia. 77 - Uia. 78 - Uia. 79 - Uia. 80 - Uia. 81 - Uia. 82 - Uia. 83 - Uia. 84 - Uia. 85 - Uia. 86 - Uia. 87 - Uia. 88 - Uia. 89 - Uia. 90 - Uia. 91 - Uia. 92 - Uia. 93 - Uia. 94 - Uia. 95 - Uia. 96 - Uia. 97 - Uia. 98 - Uia. 99 - Uia. 100 - Uia.

**DAMAS**

DCXLVI - 26 DE FEVEREIRO DE 1998  
PROPOSIÇÃO Nº 1998D09

Por: PAUL DEGUÉE  
À l'ombre de mon clocher, Bélgica 1980

Pr.: [7]: 7-8-9-18-19-27-30  
Br.: [7]: 17-37-38-39-40-47-49



Branças jogam e ganham  
\*\*\*

SOLUÇÃO DO Nº 1998D09 [P. D.]

1. 47-41! (36x47=D); 2. 38-32! (47x50); 3. 32x3, (50x22); 4. 35-30... + 2. ... (47x22); 3. 32x3, (22x50); 4. 35-30... +



**HOJE**

quinta-feira, às 18h30,  
no CT Vitória

## 150 Anos do Manifesto Comunista

Acto público evocativo  
no Centro de Trabalho Vitória  
com a participação de  
**CARLOS CARVALHAS**  
Secretário-geral do PCP

### FARO

O PCP e o Desporto no Século XXI  
- Debate público promovido pela  
Comissão Concelhia de Faro  
com a participação de Carlos Rabaçal  
Sexta-feira, 27, às 21h30, no CT do PCP

### TIRES

Seminário sobre «Sexualidade na juventude»  
promovido pelo Núcleo de Jovens do PCP  
com a participação de  
Maria Clementina Diniz, psicóloga  
Domingo, dia 1, das 14 às 18h, no Espaço Jovem do  
CT do PCP  
(Largo do Chafariz - Alto de Tires)

## DEBATE

Comemoração  
dos 150 anos do  
**Manifesto do  
Partido Comunista**

\* 27 de Fevereiro \*  
21 h.

Sede Nacional da JCP  
Av. Ant<sup>o</sup> Serpa 26, 2<sup>o</sup> Esq.

Com a participação de  
**Francisco Melo**, membro  
do Comité Central do PCP



Juventude Comunista Portuguesa

## AGENDA



### PORTALEGRE

Sábado, 28 de Fevereiro, 10h30  
Auditório do Centro de Formação  
Profissional de Portalegre

### ENCONTRO ANUAL DE QUADROS DO ALENTEJO com José Soeiro, Agostinho Lopes e Carlos Carvalhas

### PÓVOA DE VARZIM

#### Assembleia da Organização Concelhia

Sábado, 28, às 15h,  
no CT do PCP - com a participação de Henrique de Sousa

No final da Assembleia:

Convívio comemorativo do 77<sup>o</sup> Aniversário do PCP

### Reuniões e plenários

#### • Cidade de LISBOA

Plenário do OD da Zona Oriental, alargado a todos os camaradas das Comissões de Freguesia e Secretariados de Célula, sobre a organização, intervenção e afirmação política do Partido na Zona Oriental: terça-feira, 3, às 21h, no CT Vitória, com a participação de Luís Fernandes.

Plenário de militantes da Zona Centro sobre a situação política e social e as conclusões da reunião do CC: sábado, 28, às 15h, no CT Vitória.

#### • Concelho de OEIRAS

Plenário de militantes de Porto Salvo, seguido de convívio, para debate das conclusões da última reunião do CC e das tarefas e iniciativas da organização da freguesia, com a participação de Euclides Pereira: sábado, 28, às 15h30, no Centro de Trabalho de Porto Salvo.

#### • Concelho de SINTRA

Agualva-Cacém - Plenário de militantes da Freguesia: sexta-feira, às 21h30, no CT local, com a participação de Aurélio Santos.

Algueirão-Mem Martins - Plenário de militantes da Freguesia: sábado, às 15h30, no CT local.

### ALMADA

#### Almoço

CT Concelhio do Pombal  
Domingo, 1 de Março, 20H

### S. SIMÃO

#### Almoço

≠No GMUP  
Vendas de Azeitão  
com **ÁLVARO CUNHAL**  
Sábado, 7 de Março, 13H

### MARINHA GRANDE

#### Jantar

Sede da Ordem  
com **JOÃO AMARAL**  
Sábado, 7 de Março, 20H

### SEIXAL

#### Almoço

na Quinta Valenciana  
com **CARLOS CARVALHAS**  
Domingo, 8 de Março, 13H

### SESIMBRA

#### Almoço

na Quinta do Conde  
com **OCTÁVIO TEIXEIRA**  
Domingo, 8 de Março, 13H

### CALDAS DA RAINHA

#### Almoço

Centro de Trabalho do PCP  
Domingo, 8 de Março, 13H

### VENDAS NOVAS

#### Convívio e espectáculo

com exibição de grupos de música e dança folclóricas  
Baile - Serviço de bar - Sábado, 7 de Março, 21H

**CDU**

**PCP-PEV**



### FARO ENCONTRO REGIONAL

A Coordenadora Regional da CDU realiza no próximo dia 28, sábado, um Encontro Regional da CDU/Algarve, com o objectivo de definir formas de intervenção que reforcem a afirmação da CDU como projecto autárquico, ao serviço da melhoria das condições de vida das populações. No Centro de Trabalho de Faro, a partir das 15h

### SETÚBAL - UM DEBATE, UMA VISITA

Amanhã, sexta-feira, às 21h30, realiza-se no Salão Paroquial de São Paulo (Quinta das Amoreiras) um debate sobre Segurança dos Cidadãos, com a participação do camarada José Neto e de Hélio Bexiga, da Intervenção Democrática.

No domingo, a CDU promove uma visita ao Centro Histórico de Sta. Maria, com a participação da Dra. Joaquina Soares, Directora do Museu de Etnografia e Arqueologia de Setúbal. A partida está marcada para as 10h, do Edifício Arrábida.

Comício

**77<sup>o</sup> aniversário**  
Sáb. 7 Março - Pav. Desportos - 16 h.

**PCP** a Esquerda  
que faz  
a diferença



## TELEVISÃO

## Quinta, 26

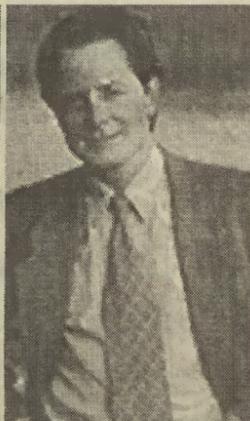
## RTP 1

08.00 Infantil  
 10.15 A Banqueira do Povo  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Perdidos de Amor  
 14.15 O Careca  
 14.45 Concurso 1, 2, 3  
 17.20 O Rapaz da Pedra Lascada (de Les Mayfield, EUA/1991, com Sean Astin, Brendan Fraser, Megan Ward, Richard Masur. Comédia)  
 19.00 País País  
 19.40 País Regiões  
 20.00 Telejornal  
 20.45 Cais do Oriente  
 21.00 As Lições do Tonecas  
 21.35 A Grande Aposta  
 22.30 Maria Elisa  
 00.20 24 Horas  
 01.10 Musical: «Madonna»  
 01.45 Femina (de Piotr Szulkin, Pol./Alem./1991, com Hanna Dunowska, Alina Janawska, Marcin Tronski, Krzysztof Bauman, Hanna Szaranka. Erótico)

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
 15.55 Falatório  
 17.00 Uma Casa na Toscânia  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.55 Caderno Diário  
 19.10 O Jardim da Celeste  
 20.05 Hugo  
 20.30 Tex Avery  
 20.40 Remate  
 21.00 Acontece  
 21.30 Cidade Louca  
 22.00 Jornal 2  
 22.40 A Herança da Sogra

Escolhidas a dedo quase todas as séries de humor de pequenos episódios da RTP2



(de James Signorelli, EUA/1983, com Roger Dangerfield, Geraldine Fitzgerald, Joe Pesci, Jennifer Jason Leigh. Ver Destaque)  
 00.15 Falatório  
 01.10 Magacine

## SIC

08.10 Buéréré  
 12.00 Baila Comigo  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 O Juiz Decide  
 14.40 Fátima Lopes  
 17.00 Bueréré  
 18.00 Vidas Cruzadas  
 19.00 Por Amor  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.55 Anjo Mau  
 22.00 Agora ou Nunca  
 23.00 Esta Semana  
 00.20 Último Jornal  
 00.45 No Fim do Mundo  
 02.00 Vibrações

## TVI

10.10 Animação  
 12.25 Vamos ao Circo  
 13.30 TVI Jornal  
 14.40 Portugal Português  
 15.25 Caprichos  
 15.50 O Jogo da Vida  
 16.40 S.O.S. Urgências  
 17.30 Quase Modelo, Quase Detective  
 18.25 MacGyver  
 19.15 Primeira Mão  
 20.00 As Pupilas do Sr. Reitor  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Ficheiros Secretos  
 23.00 Linha de Fundo  
 00.40 Uma Família às Direitas  
 01.20 Ponto Final

Nota:  
 A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## Sexta, 27

## RTP 1

08.00 Infantil  
 10.10 A Banqueira do Povo  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Perdidos de Amor  
 14.20 As Aventuras de Tarzan  
 15.15 O Careca  
 15.45 Todos ao Palco  
 17.15 Convidado à Força (de Randall Miller, EUA/1994, com Sinbad, Phil Hartman, Jeffrey Jones, Kim Greist, Stan Shaw. Comédia)  
 19.00 País País  
 19.40 País Regiões  
 20.00 Telejornal  
 21.00 A Grande Aposta  
 21.55 Riso, Mentiras e Vídeo  
 23.15 Atrás das Paredes do Palácio  
 00.25 24 Horas  
 01.15 O Exército das Trevas (de Sam Raimi, EUA/1992, com Bruce Campbell, Embeth Davidtz, Marcus Gilbert. Comédia Fantástica)  
 02.55 Jogos Olímpicos de Inverno

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
 15.50 Falatório  
 17.00 Uma Casa na Toscânia  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Euronews  
 19.10 O Jardim da Celeste  
 20.05 Hugo  
 20.30 Tex Avery  
 20.40 Remate  
 21.00 Acontece  
 21.30 Guerras no Jornal  
 22.00 Jornal 2

Escolhidas a dedo quase todas as séries de humor de pequenos episódios da RTP2



22.40 Um Sedutor em Apuros (de Roger Donaldson, EUA/1990, com Robin Williams, Tim Robbins, Pamela Reed, Fran Drescher. Ver Destaque)  
 00.20 Falatório  
 01.15 O Cerco dos Vampiros

## SIC

08.10 Buéréré  
 12.00 Baila Comigo  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 O Juiz Decide  
 14.40 Fátima Lopes  
 17.00 Bueréré  
 18.00 Vidas Cruzadas  
 19.00 Por Amor  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.55 Anjo Mau  
 22.00 Agora ou Nunca  
 23.00 Esta Semana  
 00.20 Último Jornal  
 00.45 No Fim do Mundo  
 02.00 Vibrações

## TVI

10.10 Animação  
 12.25 Vamos ao Circo  
 13.30 TVI Jornal  
 14.40 Portugal Português  
 15.25 Caprichos  
 15.50 O Jogo da Vida  
 16.40 S.O.S. Urgências  
 17.30 Quase Modelo, Quase Detective  
 18.25 MacGyver  
 19.15 Primeira Mão  
 20.00 As Pupilas do Sr. Reitor  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Pretender  
 23.00 C - 16  
 23.55 Marcas do Assassino (de Harvey Frost, EUA/1995, com Kelly Lebrock, Wolf Larson, James Brolin, Courtney Taylor. «Thriller»)  
 02.00 Uma Família às Direitas  
 02.40 Fora de Jogo

## Sábado, 28

## RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil  
 12.25 Companhia dos Animais  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.40 Top +  
 14.55 A História de Nikita  
 16.00 Conan, O Guerreiro  
 17.00 Academia de Polícia  
 17.55 Futebol: Guimarães-Desp.Chaves  
 20.00 Telejornal  
 20.45 Cais do Oriente  
 21.25 Jet 7  
 22.00 Há Horas Felizes  
 23.10 Atrás das Paredes do Palácio  
 00.10 Serviço de Urgência  
 01.05 24 Horas  
 01.50 Italiano (de Maurizio Ponzi, It./1996, com Giulio Scarpati, Ivano Marescotti, Giuliana De Sio, Maria Grazia Cucinotta. Drama)  
 03.35 Futebol Inglês

## RTP 2

09.00 Universidade Aberta  
 12.15 Música do Séc. XX  
 13.05 Sem Limites  
 13.30 Dinheiro Vivo  
 14.00 Parlamento  
 15.00 Desporto 2  
 18.30 Onda Curta (Vincent Van Gogh, O Quarto de Arles - Curta-Metragem de Maarten Koopman, Hol./1990; Passeio ao Campo - Curta-Metragem de Jean Renoir, Fr./1936; Magical Mastro - Curta-Metragem de Tex Avery. Ver Destaque)  
 19.30 2001  
 20.15 Jogo do Alfabeto  
 21.00 Semana ao Sábado  
 21.55 O Lugar da História  
 22.50 Morte em Veneza (de Luchino Visconti, It./1971, com Dirk Bogarde, Björn Andresen, Silvana Mangano, Marisa Berenson. Ver Destaque)  
 01.10 Sinais do Tempo  
 02.00 Scopophilia

## SIC

08.00 Buéréré  
 11.55 O Nosso Mundo  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 Imagens Reais  
 14.20 Príncipe de Bel-Air  
 14.40 Xena, a Princesa Guerreira  
 15.40 Walker  
 16.45 Onde É que Pára a Polícia?



Madonna de regresso com velhas e novas canções, hoje na RTP1

(de David Zucker, EUA/1988, com Leslie Nielsen, George Kennedy, Priscilla Presley. Ver Destaque)  
 19.00 Sra. Doutores  
 19.30 Bom Baão  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.55 Mundo VIP  
 21.25 Salsa e Merengue  
 22.25 Big Show Sic  
 01.30 Último Jornal  
 01.55 McQ, Um Detective Acima da Lei (de John Sturges, EUA/1974, com John Wayne, Eddie Albert, Diana Muldaur. Acção)

## TVI

10.00 Animação  
 13.05 Gémeas  
 13.30 Contra-Ataque  
 15.00 Feed Back  
 15.50 Os Julgamentos de Rosie O'Neil  
 16.40 A Paixão Ardente (de Larry Pearce, EUA/1994, com Shannen Doherty, John Clark Gable, Rue McClanahan. Drama)  
 18.30 FX: Efeitos Mortais  
 19.30 Futebol (Liga Espanhola)  
 21.25 Directo XXI  
 22.30 Causa Justa  
 23.25 A Rapariga do Reformatório (de Jonathan Kaplan, EUA/1995, com Almee Graham, Matt LeBlanc, Carolyn Seymour. Drama)

00.20 Enigma (de Jeannotzwarc, Fr./Gr.Br./1982, com Martin Sheen, Sam Neill, Brigitte Fossey, Derek Jacobi, Michel Lonsdale. Espionagem)

## Domingo, 1

## RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.40 Made in Portugal  
 15.00 Kung Fu  
 16.50 Amor Fraternal  
 16.15 Para Além da Aventura do Poseidon (de Irwin Allen, EUA/1979, com Michael Caine, Sally Field, Karl Malden, Peter Boyle. Catástrofe)  
 18.25 Casa Cheia  
 18.55 Riscos  
 20.00 Telejornal  
 20.45 Cais do Oriente  
 20.55 Futebol: Salgueiros-Sporting  
 00.45 24 Horas  
 01.25 Limites do Terror  
 02.20 Nos Limites do Terror

## RTP 2

09.00 Caminhos  
 09.30 Novos Horizontes  
 10.00 70 x 7  
 10.30 Missa  
 11.20 The Space Shuttle  
 12.10 Máquinas  
 12.35 Jornal Jovem  
 13.05 O Povo das Ilhas  
 13.30 Jornal d'África  
 14.00 Desporto 2  
 19.10 Morte de Homem (de Luís Filipe Costa, Port./1986, com João Mota, Carlos Paulo, João Lagarto, Amédia Videira, José Pedro Gomes. Ver Destaque)  
 20.00 Bombordo



Tito: a segunda parte do documentário que lhe é dedicado, domingo à noite na RTP2

20.45 Artes e Letras - «Estúdio Um - Memórias do Teatro» (IV)  
 21.45 Horizontes da Memória  
 22.15 Bailado: «Just Dancing Around?»  
 23.15 Vidas do Século - «Tito» (II)

## SIC

08.30 Buéréré  
 11.55 BBC - Vida Selvagem  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 Imagens Reais  
 14.30 Príncipe de Bel Air  
 15.10 Os Imortais  
 16.00 O Agente Secreto 007

(de Terence Young, Gr.Br./1962, com Sean Connery, Ursula Andress, Joseph Wiseman. Acção / Espionagem)  
 18.00 Desporto  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Chuva de Estrelas  
 22.10 Salsa e Merengue  
 23.10 O Expresso dos Malditos (de Peter Hyams, EUA/1990, com Gene Hackman, Anne Archer, James B. Sicking, J. T. Walsh. Acção)  
 01.30 Último Jornal  
 01.55 Gémeas

## TVI

10.00 Animação  
 10.30 Novos Ventos  
 11.00 Angelus  
 11.10 Missa  
 13.00 Portugal Português  
 14.00 Cousteau - As Novas Descobertas  
 14.50 O Céu Como Horizonte  
 15.50 Adultos à Força  
 16.40 O Nosso Amante (de Yurek Bogayevicz, EUA/1992, com William Baldwin, Kelly Lynch, Sheryllyn Fenn, John Pantoliano. Comédia Dramática)  
 18.30 Nightman  
 19.30 Futebol (Liga Espanhola)  
 21.30 Directo XXI  
 22.30 Futebol (Campeonato Italiano)  
 00.20 Enigma (de Jeannotzwarc, Fr./Gr.Br./1982, com Martin Sheen, Sam Neill, Brigitte Fossey, Derek Jacobi, Michel Lonsdale. Espionagem)

## Segunda, 2

## RTP 1

08.00 Infantil  
 10.15 A Banqueira do Povo  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.40 Perdidos de Amor  
 14.20 Consultório  
 15.35 Nico d'Obra  
 16.05 Coração Selvagem  
 17.35 Grande Noite  
 19.00 País País  
 19.40 País Regiões  
 20.00 Telejornal  
 20.45 Cais do Oriente  
 21.00 Não Há Duas sem Três  
 21.35 A Grande Aposta  
 22.30 Concurso 1, 2, 3  
 00.45 24 Horas  
 01.30 Mundial de Futebol / França 98  
 02.05 Horizontes da Memória

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
 16.00 Falatório  
 17.00 Uma Casa na Toscânia  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Universidade Aberta  
 19.10 O Jardim da Celeste  
 19.40 Hugo  
 20.05 Tex Avery  
 20.15 Confissões de Adolescentes

## Terça, 3

## RTP 1

08.00 Infantil  
 10.15 A Banqueira do Povo  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.40 Perdidos de Amor  
 14.20 Consultório  
 15.20 As Lições do Tonecas  
 16.00 Coração Selvagem  
 17.20 Made in Portugal  
 19.00 País País  
 19.40 País Regiões  
 20.00 Telejornal  
 20.45 Cais do Oriente  
 21.00 Solteiros  
 21.40 A Grande Aposta  
 22.40 Riso, Mentiras e Vídeo  
 24.00 Millennium  
 01.00 Liga dos Campeões  
 01.40 24 Horas

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
 16.00 Falatório  
 17.00 Uma Casa na Toscânia

## Quarta, 4

## RTP 1

08.00 Infantil  
 10.15 A Banqueira do Povo  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.40 Perdidos de Amor  
 14.20 Consultório  
 15.35 Nós, os Ricos  
 16.15 Coração Selvagem  
 17.05 Casa de Artistas  
 19.00 País País  
 19.40 País Regiões  
 19.30 Liga dos Campeões: Leverkusen-Real Madrid  
 21.45 Telejornal  
 22.30 Cais do Oriente  
 22.45 A Grande Aposta  
 23.45 Enviado Especial  
 20.20 Liga dos Campeões  
 01.20 24 Horas

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
 16.00 Falatório  
 17.00 Uma Casa na Toscânia



«Nos Limites do Terror», uma série hoje clássica, ao domingo de vez em quando...

18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Caderno Diário  
 19.10 O Jardim da Celeste  
 19.40 Hugo  
 20.05 Tex Avery  
 20.15 Confissões de Adolescentes  
 20.40 Remate  
 21.00 Acontece  
 21.35 3ª Calhau a Contar do Sol  
 22.00 Jornal 2  
 22.40 O Negócio do Século (de William Friedkin, EUA/1983, com Chevy Chase, Sigourney Weaver, Gregory Hines. Comédia)  
 00.20 Falatório  
 01.15 Duckman, o Trapalhão

## SIC

08.10 Buéréré  
 10.30 Conversas Secretas  
 11.30 Receitas do Dia  
 12.00 Baila Comigo  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 O Juiz Decide  
 14.40 Fátima Lopes  
 17.00 Bueréré  
 18.00 Vidas Cruzadas  
 19.00 Por Amor  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.55 Anjo Mau  
 22.00 Médico de Família  
 23.00 O Extremador Implacável 2 - O Dia do Julgamento (de James Cameron, EUA/1991, com Arnold Schwarzenegger, Linda Hamilton, Edward Furlong. Ver Destaque)  
 01.45 Último Jornal  
 02.10 O Anel  
 03.45 Vibrações

## TVI

10.10 Animação  
 12.25 Vamos ao Circo  
 13.30 TVI Jornal  
 14.20 Portugal Português  
 15.25 Caprichos  
 15.50 O Jogo da Vida  
 16.40 S.O.S. Urgências  
 17.30 Quase Modelo, Quase Detective  
 18.25 MacGyver  
 19.15 Primeira Mão  
 20.00 As Pupilas do Sr. Reitor  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Picar o Ponto  
 22.30 O Predador - I (de John McTiernan, EUA/1987, com Arnold Schwarzenegger, Carl Weathers, Elpidia Carrillo, Bill Duke. «Thriller»/Ficção Científica)  
 00.30 Uma Família às Direitas  
 01.05 Fora de Jogo

18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Caderno Diário  
 19.10 O Jardim da Celeste  
 19.40 Hugo  
 20.05 Tex Avery  
 20.15 Confissões de Adolescentes  
 20.40 Remate  
 21.00 Acontece  
 21.35 Os Simpsons  
 22.00 Jornal 2  
 22.40 Alien - O Oitavo Passageiro (de Ridley Scott, Gr.Br./1979, com Sigourney Weaver, Tom Sherritt, Ian Holm, John Hurt, Veronica Cartwright. Ver Destaque)  
 00.40 Falatório  
 01.35 Musical: «The White Room»

## SIC

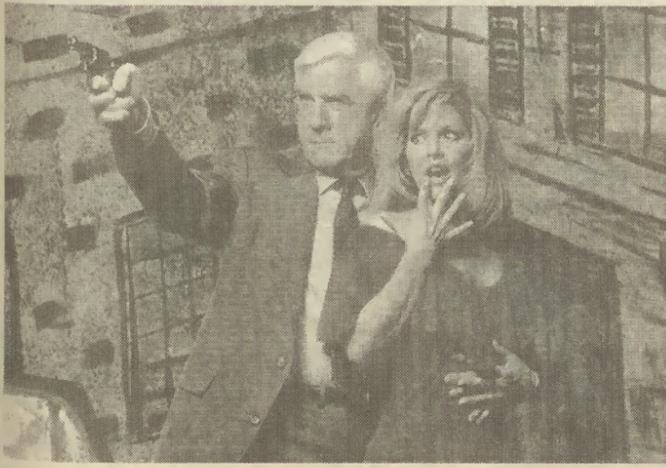
08.10 Buéréré  
 10.30 Primeiros Anos  
 11.30 Receitas do Dia  
 12.00 Baila Comigo  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 O Juiz Decide  
 14.40 Fátima Lopes  
 17.00 Bueréré  
 18.00 Vidas Cruzadas  
 19.00 Por Amor  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.55 Anjo Mau  
 22.00 Programa do Além  
 23.15 Filhos da Nação  
 00.30 Último Jornal  
 00.55 Conversas Secretas

## TVI

10.10 Animação  
 12.25 Vamos ao Circo  
 13.30 TVI Jornal  
 14.20 Portugal Português  
 15.25 Caprichos  
 15.50 O Jogo da Vida  
 16.40 S.O.S. Urgências  
 17.30 Quase Modelo, Quase Detective  
 18.25 MacGyver  
 19.15 Primeira Mão  
 20.00 As Pupilas do Sr. Reitor  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 A Ousadia de Amar (de Armand Mastroianni, EUA/1995, com Jill Eikenberry, Jason Gedrick, Josie Bisset. Drama)  
 00.15 Uma Família às Direitas  
 00.45 Lanterna Mágica  
 01.25 Fora de Jogo

## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...



Leslie Nielsen e Priscilla Presley em «Aonde É Que Pára a Polícia?», de David Zucker



Dirk Bogarde, numa fabulosa interpretação em «Morte em Veneza», de Luchino Visconti

### A Herança da Sogra

(Quinta, 22.40, RTP2)

Para ter direito a receber uma herança, um operário de vida desregrada tem de passar um ano afastado dos seus vícios e prazeres mais nefastos: a comida e a bebida em excesso, o jogo e o tabaco. É mais uma comédia própria para uma (prolongada) época de Carnaval, que as referências apontam como razoavelmente encenada (por James Signorelli) e bem interpretada (entre outros, por Joe Pesci).



A sequência final de «O Exterminador Implacável 2», de James Cameron

### Um Sedutor em Apuros

(Quinta, 22.40, RTP2)

Alternando entre o desastrado e o muito bem conseguido, este filme de Roger Donaldson, é mais um dos habituais espectáculos de representação de Robin Williams, ao qual quase sempre acabamos por desculpar os incontroláveis tiques e o incansável registo-a-cem-porcento que sempre imprime às suas personagens. Mas o caso desta a que Williams mete ombros não é para menos: ele é um vendedor de automóveis imaginativo, que se mete em indescritíveis sarilhos por causa da sua paixão repartida por três mulheres e da necessidade, para garantir o emprego, de vender num fim-de-semana doze automóveis!

### Aonde É Que Pára a Polícia?

(Sábado, 16.45, SIC)

Éis um filme escrito pelos irmãos David e Jerry Zucker (especialistas imbatíveis no género) e realizado pelo primeiro, e que parte do material temático e das personagens que haviam tornado competentemente honesta, embora efémera, uma sitcom para a televisão que dava pelo nome de *Police Squad*. Como figura central, evolui pelo filme a personagem de um desastrado tenente da polícia que, como bem diz Leonard Maltin, é porventura o mais estúpido detective depois do inspector Clouseau da célebre série *A Pantera Cor-de-Rosa*.

### Onda Curta: Vincent Van Gogh, O Quarto de Arles; Passeio ao Campo; Magical Maestro

(Sábado, 18.30, RTP2)

Para além de um desenho animado de Tex Avery, este *Onda Curta* de hoje fica marcado por duas excelentes curtas-metragens. A primeira, incluída numa série intitulada *Quadros Famosos* do realizador Maarten Koopman, é um exercício de imagem animada sobre um famoso quadro de Van Gogh. Quanto a *Passeio no Campo*, que Jean Renoir nunca chegou a acabar - sendo regra geral inseridos nas cópias de exploração comercial dois cartões que substituem cenas importantes que não foram completadas - pela sua simplicidade, ternura, beleza e perfeição absoluta, é um dos melhores filmes da sua obra, uma pura jóia da arte cinematográfica, a não perder em caso algum!



Eles festejam os 35 anos de carreira e, apesar de todos lhe anteciparem o desaparecimento da cena musical, continuam a encher os estádios e as salas de concertos. São os **Rolling Stones** que hoje têm programa especial no canal musical «M.C.M.» com entrevistas, excertos do concerto da sua digressão mundial e vídeos relativos a um novo álbum. Para quem gostar de Mick Jagger, Keith Richards, Charlie Watts e

Ron Woods.  
(Quinta, 26, das 19.45 às 21.45)



### Morte de Homem

(Domingo, 19.10, RTP2)

Síntese da vida de um marginal numa grande cidade, este é «um olhar lúcido sobre o território urbano», um excelente filme realizado por Luís Filipe Costa, que obteve vários prémios, entre os quais o Grande Prémio do Festival de Cinema para Televisão (Itália), o segundo prémio do Festi-

val Internacional de Cinema da Figueira da Foz e o Prémio para Melhor Actor para Carlos Paulo.

### Os Olhos da Testemunha

(Segunda, 22.40, RTP2)

Realizado pelo cineasta britânico Peter Yates - há longo tempo radicado nos EUA - *Os Olhos da Testemunha* é um thriller em que os contrastes sociais, culturais e económicos numa grande cidade, como Nova Iorque, são o pano de fundo de uma história em que as personagens, como o espectador, se interrogam sobre a credibilidade do testemunho de um crime - enquanto os próprios auto-res deste se aproveitam disso para tentarem consumir as suas ameaças e acabar com os rastros que haviam deixado. Um filme com altos e baixos, sofrendo de alguns clichés próprios da época da guerra-fria, e que se revela de irregular feitura.

### O Exterminador Implacável 2: O Dia do Julgamento

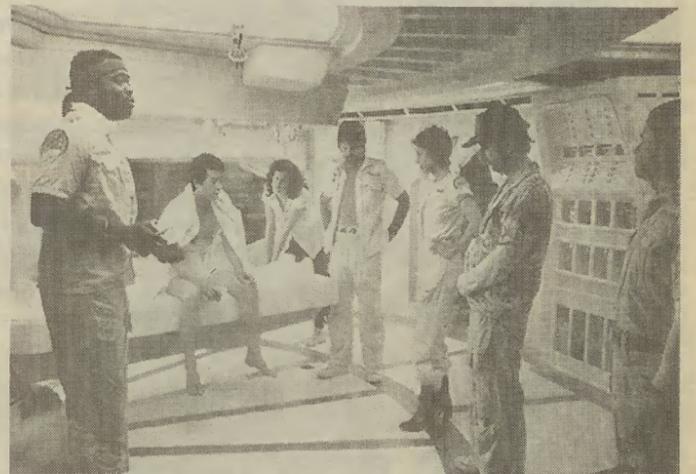
(Terça, 23.00, SIC)

Insólita mescla de homem e robot, *Terminator* é um andróide indestrutível que veio do futuro para lutar contra as forças do mal e, assim, salvar a humanidade da destruição nuclear: era este o traço essencial do primeiro filme da série *Exterminador Implacável* (1984) que constituiu um grande êxito de bilheteira e, através da inventiva e espectacularidade dos efeitos especiais, marcou então pontos na história do cinema de ficção científica, transformando-se num filme de culto. Sete anos depois, o seu realizador James Cameron insiste na continuação da saga do nosso robot através de um objecto cinematográfico de grande impacte visual, ao qual é difícil ficar indiferente, mas que quase sempre exorbita das potencialidades tecnológicas de um cinema primordialmente comercial.

### Alien - O Oitavo Passageiro

(Quarta, 22.40, RTP2)

Terceiro filme do ciclo dedicado à actriz Sigourney Weaver, este *Alien* constitui o início de uma série que neste momento já atingiu o quarto episódio. Vogando entre a ficção científica e o terror, o filme, verdadeiramente assustador, marcou uma época na história destes dois géneros. No círculo fechado da *Nostramo*, uma nave-cargueiro espacial de regresso à Terra, um ser monstruoso que a invade a partir de um outro veículo espacial abandonado, elimina, um a um, os membros da tripulação - cinco homens e duas mulheres - dos quais apenas um, a Tenente Ripley, consegue escapar na companhia de um gato. Os cenários e os efeitos espaciais têm altíssima nota, mas sem dúvida que - egoístas e certamente ingratos para os que não tiveram tal sorte - todos nos congratulamos por ter sido a fabulosa Sigourney Weaver a escapar a tanto horror e mortandade...



Um fotograma de «Alien - O Oitavo Passageiro», de Ridley Scott

## CABO & SATÉLITE

### Os Rolling Stones na M.C.M

### Atletismo em Pista Coberta

Depois da excelente cobertura pela televisão japonesa dos «Jogos Olímpicos de Inverno», em Nagano, é agora a televisão espanhola que puxa dos galões para a transmissão de outro espectacular evento desportivo: o 25º Campeonato Europeu de Atletismo em Pista

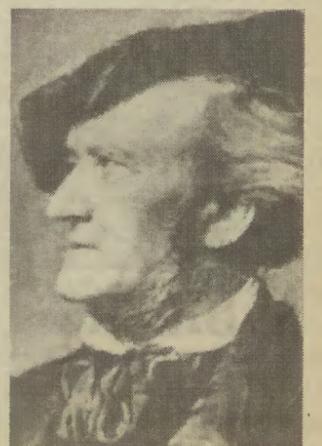


Coberta em Valência. Embora se noticie que as nossas Fernanda Ribeiro e Carla Sacramento não alinham, há outros

atletas portugueses capazes de fazer boa figura. Tudo começa hoje, na RTP e no Eurosport. (Sexta, 27, às 08.30, 15.00 e 18.00)

### O Holandês Voador, agora no Cabo

Se você foi um dos muitos prejudicados pelas constantes avarias técnicas no CCB que tanto afligiram as duas récitas inaugurais do «Navio Fantasma» de Richard Wagner, tem agora a possibilidade (que, apesar de tudo, se não compara com a fruição ao vivo) de assistir no canal musical «Muzzik» à sua transmissão na íntegra, embora por outra companhia. Nos principais papeis estarão Matti Salminen e Hildegard Behrens. (Sábado, 28, das 21.35 às 00.20)



### Morte em Veneza

(Sábado, 22.45, RTP2)

Um maestro em processo de envelhecimento, para o qual a música representava tudo, chega a um hotel luxuoso de Veneza. Tudo lhe seria indiferente se não fosse tocado pela beleza de um adolescente. Ele observa-o de longe, segue-o, indiferente ao clima rigoroso do Verão de Veneza, até que desfalece numa praia deserta. A propósito de um tema adaptado de Thomas Mann e da música gloriosa de Gustav Mahler - e arrancando uma interpretação de antologia a Dirk Bogarde - Luchino Visconti consegue subjugar-nos com uma admirável obra-prima, raramente transmitida pelas televisões.

# Calúnias velhas e um facto novo

Foi em «Enviado Especial». Apareceu José Manuel Barata-Feyo e, com o ar mais sério deste mundo, disse sem mais preâmbulos: «A Guerra Colonial portuguesa fez-se porque era do interesse da União Soviética que ela fosse feita. Guineenses, angolanos, moçambicanos, portugueses e os próprios cubanos foram apenas peões de uma estratégia que os ultrapassava. Com base em documentos secretos do Kremlin e em depoimentos de actualidade de altos responsáveis políticos soviéticos, portugueses, angolanos e cubanos, é hoje possível produzir esta afirmação.» Seguiu-se o telefilme que preencheria a rubrica. Nada nela justificava a intervenção inicial de Barata-Feyo: pelo contrário, nele estava claro que a guerra colonial foi a inevitável consequência da obstinação salazarista perante um movimento generalizado de independentismos coloniais.

Quanto muito, os primeiros sinais nítidos de apoio soviético ao MPLA (e, quanto a

viciação da realidade histórica praticada por Barata-Feyo terá tido boas probabilidades de eficácia. Por isso, de resto, aqui se regista não apenas para memória, como cumpre a uma coluna de acompanhamento da TV, mas também para rejeição, como a deontologia e o civismo obrigam.

## A credibilidade enxovalhada

Convém, porém, atender a alguns aspectos complementares que talvez não o sejam tanto quanto parecem. Por um lado,

ao facto de a rubrica «Enviado Especial», que agora se aplicou a transmitir esta peça de manipulação e viciação, estar longe de se ter afirmado como espaço de propaganda política:

pelo contrário, nela se incluíram algumas das melhores reportagens nos últimos tempos transmitidas pela RTP. Por outro lado, não será inútil lembrar que Barata-Feyo tem tristes antecedentes quanto a trabalhos acerca de Angola incluídos num currículo profissional onde não faltam efectivos méritos. Quer isto dizer que quer a rubrica quer o jornalista adquiriram uma credibilidade anterior agora jogada numa prática de reescrita da História aparentemente já tocada de obsolescência mas, curiosamente, convergente com argumentações ainda hoje usadas pela extrema-direita saudosa do colonial-fascismo.

E, pelo menos, desapontador; e porventura mais ainda pelo carácter grosseiro da falsificação. O que de facto o telefilme veio dizer foi que os levantamentos africanos se inscreveram num movimento histórico que a URSS apoiou, sem dúvida, mas *a posteriori*. Os tais «documentos secretos do Kremlin» nem sequer pelo documentário passaram, se bem que, como se sabe, o que agora há de mais fácil é arranjar uma mão cheia deles pagos em dólares. Os «altos responsáveis» anunciados não passaram de um ou dois sujeitos, por sinal com má pinta, que não adiantaram nada de substancial e que vieram misturados com figuras conhecidas e respeitadas cujas palavras nem mesmo depois de submetidas a montagem vieram confirmar o que Barata-Feyo proclamara. Tratou-se, enfim, de um logro inábil, a contar com o efeito de imposturas antigas e longamente repetidas, com a vulnerabilidade de um público massacrado por bombardeios anteriores. «Enviado Especial» merecia mais respeito.

E a falta de respeito por «Enviado Especial» talvez tenha sido o único facto novo trazido pela intervenção de Barata-Feyo.

## TVISTO

■ Correia da Fonseca



intervenção soviética, só de Angola se falou ali) apenas surgiram no documentário como natural simetria às intervenções norte-americana e alegadamente chinesa via FNLA, a dos massacres terríveis de Março de 61, e UNITA, a da provadíssima colaboração com a PIDE.

Significa isto que o próprio telefilme apresentado por Barata-Feyo vinha desmentir o jornalista e, em vez de fazer prova a favor das suas graves afirmações, indiciava uma impressionante falta de rigor, tanta e de tal modo que aquelas palavras preliminares configuravam uma manobra de manipulação que contasse com a posterior, e infelizmente muito provável, desatenção do público. A questão é que calúnias lançadas contra os movimentos de libertação das ex-colónias portuguesas e a solidariedade de comunistas (e de muitos outros, acentue-se ou, de muitos outros) com tais lutas têm sido mais que muitas ao longo dos 24 anos que já se contam desde 74. Tem-se chegado ao ponto de, sem objecções audíveis, se considerar que a acção da PIDE/DGS nas colónias na prática das tarefas mais sujas de uma guerra já por si suja é uma atenuante «patriótica» para os seus crimes. Neste quadro, a caluniosa

# O PSD no circuito de Tavira

■ Carlos Gonçalves

Será que a relevância de Tavira, no mapa PSD do Algarve, vai mesmo ultrapassar Boliqueime, a localidade mais assinalada do betão cavaquista? Ou será que a escolha desta cidade, conhecida pelo seu circuito ciclístico, para o XX Congresso do PSD se deveu ao reconhecimento implícito por Marcelo Rebelo de Sousa (MRS) que o seu Partido vai andar às voltinhas ao umbigo?

O PSD tem tido uma curiosa apetência pelos Congressos próximos do Entrudo; assim sucedeu há pouco mais de três anos quando, gerindo o Tabu do «Chefe», afevelou a máscara efémera de Nogueira ao cadáver adiado do cavaquismo, ou em 1996, quando, em curso de desorientação e peixeirada, na Feira, fosse porque Cristo desceu à Terra incógnito, ou porque algum dos seus plenipotenciários da «Opus Dei» lhe serviu de intermediário, lá remediou a solução MRS.

O Congresso de Tavira é o terceiro da era MRS, para trás ficou sem história, em Outubro de 1996, um conclave montado no Coliseu tão-só para produzir o novo «líder».

Talvez para que não se tornasse uma anedota, MRS resolveu, em meia hora, o adiamento do Congresso, do Carnaval para meados de Abril. Ganhou assim o tempo necessário para saber com que PP vai contar para o seu projecto de «AD» recauchutada, para renegociar apoios do barão Menezes, em fim de travessia do deserto e redimido dos excessos anti-sulistas e antielitistas, ou outros, e para que não caiam mal na opinião pública, dada a desgraça pessoal que se abateu sobre Guterres, as diatribes com que, na circunstância, vai mimosear o Primeiro-Ministro, para parecer que protagoniza políticas alternativas.

Esta facilidade de adiar o Congresso, sem quorum nem contestação, se comprova o que já se sabia - que não há aqui nem profundidade nem complexidade política ou orgânica e que semelhantes eventos, com semelhante proveniência, são pouco mais que espectacularidade mediática - surge também como indicador de que, neste XX Congresso, MRS não confronta de facto nenhuma oposição interna que verdadeiramente lhe conteste a liderança.

É claro que há barões desalinados e preparados para o ataque ao poder após as legislativas de 1999, mas nem Barroso, nem Santana são candidatos «neste momento», limitar-se-ão a gerir distanciamentos, tal como os barões das ilhas.

Talvez Cavaco, com as suas «frases assassinas», e os seus incondicionais, uns quantos figurões em que pontifica de novo o *impoluto* e *exemplar* Duarte Lima, preferissem passar do terreno da intriga e da marcação em cima a MRS, para o terreno da luta pela liderança, mas não dispõem, de momento, de alternativas credíveis.

Não se estranha que assim seja, nem a evolução previsível da situação, nem o conluio efectivo entre Guterres e MRS deixam terreno para que se possam afirmar, no curto

prazo, novos líderes em qualquer dos partidos do «Centrão».

Hoje no PSD o que se discute são taticismos. Porque não há qualquer debate acerca do «projecto estratégico», esse foi comprado no pronto a vestir do pensamento único, nos armazéns multinacionais do neoliberalismo.

«A coragem de mudar», moção que MRS subscreve ao Congresso, em vez dumas quantas ideias novas que fez constar, o que traz são ideias velhas, táticas, reivindicações e objectivos que a direita já requeitou várias vezes.

Não é nova a AD, agora dita «alternativa» em vez de «aliança», e tão pouco «democrática» como a dos idos de 1979/1982, nem é nova a sua negociação nas costas dos respectivos partidos. De novo apenas os negociadores, ao que se diz MRS e Paulo Portas, e o percurso já feito, mais sinuoso e menos assumido, para chegar aos mesmos fins.

Nem há nada de novo no programa: mais privatizações, mais autoritarismo, mais regressão da democracia em todos os planos



e umas poucas medidas demagógicas para embalar o eleitorado flutuante.

Do que se trata é de afinar a tática para a fase eleitoral, em que há que fazer esquecer as inúmeras alianças do «bloco central», em questões fundamentais, e capitalizar descontentamentos contra a política que no essencial se apoia e se subscreve.

Do que se trata é de fazer passar a ideia, como fez Cavaco tantas vezes, que se é opositor da sua própria política, prosseguida no caso pelo Governo do PS/Guterres.

Do que se trata é de produzir um «Chefe», de encenar uma «liderança forte», pretensamente capaz de «exigir e obter todos os apoios», de fazer de conta que se joga o «tudo ou nada», de imitar o caminho que Guterres fez contra Cavaco, enquanto o actual Primeiro-Ministro imita já o próprio Cavaco no mesmo lugar.

Taticismos, expedientes e «bluffs», já vistos e revistos, cenas duma ópera bufa para levar a direita ao poder, porque só o poder lhes importa - o poder, as suas prebendas e sinecuras, a mesa do Orçamento e o serviço aos grandes senhores do dinheiro, de costas para o nosso povo.

Eis o Congresso PSD de Tavira - um circuito em torno do seu próprio umbigo.

## ESCAPARATE

## COMEMORAÇÕES



## Dia Internacional da Mulher

Para comemorar o Dia Internacional da Mulher, o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas organiza, em colaboração com o GRAM - Grupo de Acção de Mulheres, um colóquio cujo tema é «A Mulher e o Trabalho - Dos Descobrimentos à Sociedade Actual». O colóquio realizar-se-á no próximo domingo, dia 1 de Março, na Sala Jardim do Hotel Sofitel (Av. da Liberdade, 123, Lisboa, com o seguinte programa: às 15 horas, Abertura, com uma saudação do Presidente da Direcção do sindicato e, a partir das 15.15, as intervenções das Dras. Regina Tavares da Silva, investigadora em questões de mulheres, e Helena Neves, socióloga, estando marcado o encerramento para as 17 horas. Paralelamente a este colóquio, estará patente nos dias 1, 2 e 3, nas Salas Louvre do mesmo Hotel uma Exposição de Trabalhos Artísticos nos domínios dos bordados, encadernação, fotografia, pintura em azulejo, em vidro e em seda, porcelanas e óleos, assim como técnicas de latão e estanho, entre outros trabalhos. Estas obras foram realizadas no âmbito dos diversos cursos promovidos pelo GRAM.

## TEATRO



## «A Tragédia de Coriolano» em Lisboa

Depois de uma série de espectáculos realizados no Porto e em Coimbra, esta peça de William Shakespeare, com encenação de Jorge Silva Melo, é apresentada no Teatro Politeama de Lisboa numa curta série de quatro espectáculos que ontem começaram e terminam a 28 do corrente, com sessões diárias sempre às 21.30. «Escrita entre 1608 e 1609, "Coriolano" é um evidente reflexo das convulsões políticas isabelinas, a que Shakespeare esteve atento e que fez corresponder na sua tragédia, indo além da revisão histórica aparente.» («Hei!», Porto, Fev. 98) «A Tragédia de Coriolano» é uma produção original Culturporto / Ensemble Artistas Unidos com a colaboração da Companhia de Teatro de Braga.

## Malaposta leva «Campiello» à Amadora

A partir de hoje à noite e até 14 de Março, o Teatro Malaposta vai repor a peça «Campiello», de Carlo Goldoni, no Recreios da Amadora. Com tradução de José Colaço Barreiros, encenação de José Peixoto, cenografia e figurinos de Ana Paula Rocha, música de Luís Cília e coreografia de Kot Kotecki, a história desta peça desenrola-se num pátio (Campiello) em Veneza «revelando a subtilidade com que Goldoni trata o comportamento humano, fazendo surgir de forma surpreendente as várias facetas de cada personalidade, do mais íntimo e secreto sentimento à atitude pública, social e política».

## Clássica na FCG e na Moita

Hoje às 21.30 e amanhã às 19 horas, prosseguirá a Temporada de Música e Dança 1997/1998 da Fundação Calouste Gulbenkian com dois concertos cujo repertório é o seguinte: Excertos do ciclo «Das Knaben Wunderhorn», de Gustava Mahler, e Missa «Glaolítica» de Léos Janáček. Serão solistas Gabriela Benakova (soprano), Ning Liang (contralto), Michael Austin (tenor) e Walton Gröroos (baixo). A Orquestra Gulbenkian será dirigida pelo maestro Muhai Tang. Entretanto, sábado às 21.30, na Biblioteca Municipal da Moita terá



Muhai Tang

## CLÁSSICA E JAZZ

lugar um concerto pelo «Ensemble de Clarinetes Modus» que interpretará obras de Haendel, Schubert, Piazzola, Luís Freitas Branco e Terence Thompson.

## Jazz no CCB

Integrados no «Festival dos 100 Dias», começam amanhã os concertos relativos à programação de Jazz. Num programa intitulado «Blues, Boogie-Woogie» (no qual se ouvirão peças de Jelly Roll Morton, Alan

Thomas, Sandy Brown ou Rufus Perryman, entre outros) actuarão a cantora portuguesa Maria Viana, com Alain Thomas (piano), Massimo Cavali (contrabaixo), Gustavo Aquino (guitarra) e Paulo Basso (bateria). É no Pequeno Auditório, às 22 horas. Entretanto, já hoje à noite, mas no espaço Bar-Terraço, no ciclo «Música das 7 às 9», é a vez de actuar o grupo «Os Rapazes do Jazz» com Mário Santos (sax-tenor e soprano), Mário Delgado e Paulo Pinto (guitarras), Nelson Cascais (contrabaixo) e Bruno Pedroso (bateria).

## Um Mar de Filmes



Cartaz da estreia de «Um Verão de Amor»



«O Tubarão», de Steven Spielberg

Com a projecção do filme «Tubarão», de Steven Spielberg, inaugura-se amanhã, pelas 22 horas, na Cinemateca Portuguesa (R. Barata Salgueiro, Lisboa), o ciclo cinematográfico «Um Mar de Filmes», organizado por esta instituição de colaboração com o «Festival dos 100 Dias». Previsto para durar três meses e terminar nas vésperas da abertura das portas da «Expo'98», este ciclo tem como temática directa ou indirecta o Mar, sendo de destacar, entre muitos outros, alguns filmes nele incluídos, como «La Terra Trema» de Luchino Visconti ou «Stromboli» de Roberto Rossellini (em Março), «A Taberna do Irlandês» de John Ford, «It's All True» de Orson Welles ou «O Navio Farol» de Jerzy Skolimowski (em Abril) ou, ainda, «O Desprezo» de Jean-Luc Godard, «Nosferatu» de Friedrich Murnau ou «Je t'Aime, Je t'Aime» de Alain Resnais (em Maio). Para começar este ciclo, e depois da sua inauguração, o destaque vai esta semana para dois filmes de Ingmar Bergman - «Um Verão de Amor» (1951) e «A Máscara» (1966) - respectivamente na terça 3 e na



Bibi Anderson, Liv Ullmann, Sven Nykvist e Ingmar Bergman durante as filmagens de «Persona» (A Máscara)

quinta 5, às 18.30 horas, «Les Travailleurs de la Mer» de André Antoine (1918) e «Nevoeiro» de John Carpenter (1980) no sábado, às 15.30 e 21.30, «Uma Rapariga em Cada Porto» de Howard Hawks (1928) na segunda 2, às 21.30, «À Flor do Mar» de João César Monteiro (1986) na terça 3, às 21.30, e «As Docas de Nova Iorque» de Josef von Sternberg (1928) na quarta 4, às 18.30.

## EXPOSIÇÕES

## Desenhos em Colares

Subordinada ao título «Desenhos Portugueses - Do Naturalismo ao Modernismo» está a ser apresentada desde o passado dia 14 de Fevereiro e decorrerá até 6 de Março, na Galeria de Colares (Rua Fria, 2) uma exposição de desenho português que constitui uma mostra breve do que foi a consciência artística portuguesa na viragem e início do século. Estarão expostos trabalhos de Júlio (1902/1982), Bernardo Marques (1898/1962), Ofélia Marques (1902/1953), Almada (1893/1970), Barradas (1894/1971), Carlos Carneiro (1900/1971), Maria Adelaide Lima Cruz (1878/1963), Malhoa (1855/1933), Carlos Reis (1863/1940), Dom Luiz de Bragança (1887/1905) e Dom Manuel de Bragança (1889/1932).

## Bronzes em Montemor-O-Novo

É inaugurada amanhã, pelas 18.30, e estará patente ao público até 4 de Abril, na Galeria Municipal de Mon-



temor-o-Novo, uma exposição de esculturas em bronze de Clara Menéres.

No âmbito desta exposição, haverá uma conversa com a escultora, no Auditório da Biblioteca Municipal daquela cidade, no próximo dia 12 de Março às 19 horas, durante a qual será apresentado o projecto de instalação de uma fundição artística no Parque Industrial da Adua.

## LIVROS

Pedro Pinheiro  
—  
A ÚLTIMA  
CRÓNICA DA ÍNDIA



Escrito por  
Luiz Francisco Rebelo  
Escritor

## A Última Crónica da Índia

Escrito por um homem de teatro, apresentado por um homem de teatro, este livro editado pela Escritor e que dá pelo nome de Última Crónica da Índia. Não imagine o leitor que se encontrará diante de uma obra de história ou de um romance ao abordar este livro escrito por Pedro Pinheiro. Mas não irá completamente ao engano se assim pensar. Porque, sendo livro de memórias e de memória dificilmente o romance e a história - aquela que muitas vezes escapa à consciência de quem vive as suas condições e sucessos - se ausenta da narração dos factos. Como assinala Luiz Francisco Rebelo, o livro de Pedro Pinheiro contribuirá para a compreensão de «um dos eventos mais salientes da fase terminal do regime derrubado em 25 de Abril de 1974: a chamada "questão de Goa"». O autor, que cumpriu ali o serviço militar de então, deixa assim aos leitores, um testemunho da sua peregrinação.



## As Horas de Monsaraz

Romance e história e não memórias pessoais são os ingredientes deste livro, editado pela Campo das Letras na sua colecção Campo de Estreia. Não que o seu autor, Sérgio Luís de Carvalho, seja um estreado nisto de publicar livros, o que tem feito no âmbito da investigação histórica. A sua incursão no terreno ficcional é que tem lugar com este romance, que vai a Monsaraz e ao ano de 1562 encontrar o lugar e o tempo da narração. Uma história de conflito entre dois tempos - o da burguesia urbana que se levanta e o da Inquisição que pretende prolongar um passado sobrevivente. Um tempo cuja narração nos deixa lições se o compararmos com o nosso, descontando distâncias, diferenças e sentimentos e avaliando o peso que a história tem na vida dos homens.

## ATALHE DE FOICE

### O regresso da PIDE

«Um Estado pobre, numa nação pobre, governada por um homem iluminado para quem a virtude residia no país profundo, respeitador das tradições e dos valores do passado - era este o Portugal de Salazar.» As palavras constam do editorial do «Expresso» da semana passada e só não fazem cair o queixo de espanto porque há muito se desvaneceram eventuais ilusões sobre o verdadeiro espírito do semanário. E, no entanto, seria de esperar que quase um quarto de século após o 25 de Abril alguma réstia de bom senso, de pudor que fosse, impedisse que tais barbaridades fossem dadas à estampa.

Que pides, como os agora muito mediáticos Rosa Casaco ou Óscar Cardoso, queiram branquear a sua acção ao serviço do Estado Novo, entende-se. O que não se percebe é que um jornal como o «Expresso» se preste à mistificação da realidade, à deturpação dos factos, à adulteração da história recente do País.

Quando se afirma que «um Estado pobre, numa nação pobre» era governado por «um homem iluminado», o que se está a subscrever são as ideias-chave do salazarismo, que pregou até à exaustão a pobreza do país para legitimar a exploração do povo português.

Quando se diz que Salazar era um homem «para quem a virtude residia no país profundo, respeitador das tradições e valores do passado», o que se está a subscrever são os princípios do regime fascista que fomentaram a ignorância e o obscurantismo, armas fundamentais para a subjugação do povo português durante quase cinquenta anos, e a repressão de quantos ousaram lutar pela liberdade.

Quando se garante que «Salazar entendia que os portugueses deviam ser humildes, detestar a ostentação», o que se está a justificar é a brutal repressão sofrida por quantos portugueses ousaram reivindicar os seus direitos.

Quando se afirma, como o «Expresso» faz, que «o poder, ele próprio, era humilde», o que se está é a branquear o que foi a realidade do Estado Novo, em que meia dúzia de famílias detinham toda a riqueza nacional. As mesmas famílias que detinham o poder político, as que fugiram para o Brasil ou para a África do Sul no 25 de Abril, as que aí estão de novo com todo o seu capital económico a dominar de facto os destinos políticos do país. Não é por acaso que hoje se assiste ao regresso dos pides, agora travestidos em funcionários públicos de um regime cujo único erro, como nos querem fazer crer, terá sido a tacanhez que o impediu de acompanhar a evolução dos tempos.

Por isso, o «tempo da PIDE» que jornais como o «Expresso» se propõem «dar a conhecer melhor» é na verdade o tempo do branqueamento do fascismo. Como se a ditadura de Salazar, de quem se diz ter governado o País «como uma boa dona de casa governa a família» - atente-se no boa - não fosse um marco negro na história do País, manchado de sangue, prenhe de repressão, transbordante de exploração. Como se nunca tivesse havido fome, miséria, obscurantismo, campos de concentração, tribunais especiais, assassinatos, guerra colonial. Como se a PIDE não nos violasse a casa, não nos vigiasse todos os passos, prendesse e torturasse impunemente.

Só por ignorância ou por conviência se pode branquear a ditadura de Salazar. Nada nos permite concluir que o editorialista do «Expresso» possa ser rotulado de ignorante. Outros adjectivos exprimem melhor este olhar admirativo ao «tempo da PIDE».

■ Anabela Fino

## ÚLTIMAS

# Transportes Stagecoach Nova greve começa na segunda-feira

Depois de terem cumprido uma greve no passado dia 20 de Fevereiro, que registou uma adesão de 80 por cento, os trabalhadores da empresa de transportes Stagecoach convocaram nova paralisação para a próxima segunda-feira, dia 2 de Março.

A fortíssima adesão à luta verificou-se apesar das pressões a que os motoristas têm sido sujeitos pela administração que ameaçou os grevistas com represálias, nomeadamente todos os contratados a prazo de que não veriam os seus contratos renovados.

No passado dia 20, os trabalhadores reunidos em plenário decidiram convocar a nova greve com início a partir das 3 horas da manhã do dia 2 de Março, terminando «quando os trabalhadores o decidirem», afirma um comunicado da Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos (FESTRU).

No plenário foi aprovada uma proposta reivindicativa que exige a introdução na tabela salarial do agente único e sobre este valor o acréscimo de 3,5 por cento. É ainda reclamada a passagem a efectivos dos trabalhadores com contratos a prazo. Recorde-se que um motorista desta transportadora tem hoje uma tabela de 84.700 escudos e que a administração fez uma proposta de actualização de apenas 2,7 por cento.

### Carris parada a 65 por cento

Também os trabalhadores da Carris efectuaram uma greve para passada semana, dia 18, com índices de adesão de 65 por

cento. A paralisação ocorreu entre as 10 e as 14 horas, período em que se realizaram plenários em todas as estações da companhia.

Entre as razões da luta surge à cabeça a lei que exige aprovação

numa tentativa de desmobilizar a greve, foi suspenso o artigo 17º da referida Lei 336/97, medida que a FESTRU considera insuficiente já que se aplica apenas aos motoristas de pesados de passageiros (categoria D) mantendo a obrigatoriedade do testes para os motoristas de transportes de mercadorias perigosas. Por outro lado, afirma a FESTRU, «a suspensão sem a necessária alteração do conteúdo da lei não resolve os problemas apenas os adia».

garantias consignadas no Acordo de Empresa; e soluções imediatas face ao agravamento da insegurança das tripulações que têm sido alvo de diversas agressões.

### Museus e palácios

Por seu lado, os trabalhadores dos museus e palácios decidiram não trabalhar na terça-feira de Carnaval, considerando que não eram obrigados a fazê-lo. Evocam para isso a sua qualidade de



Os trabalhadores da Stagecoach decidiram uma greve com duração indeterminada

em exames psicotécnicos para renovação da carta de condução dos motoristas de veículos pesados de passageiros e de transportes de mercadorias perigosas. Os trabalhadores consideram que esta lei coloca em causa os seus postos de trabalho e exigiram que o Governo alterasse o seu conteúdo.

Entretanto, no passado dia 16,

Os trabalhadores da Carris reivindicam ainda um aumento real dos salários, com base na inflação prevista (mais de dois por cento) mais o aumento de produtividade (cinco por cento) reconhecido pela empresa. Exigem igualmente a redução do horário de trabalho; o pagamento suplementar de acordo com a lei em vigor; o respeito pelos direitos e

trabalhadores da Função Pública aos quais um despacho do primeiro-ministro concedeu tolerância de ponto neste dia.

Com um Encontro marcado para o próximo dia 2 de Março, os funcionários dos museus e palácios deixam claro que «não aceitam ser tratados pior que os outros trabalhadores da Função Pública».



O Grupo Parlamentar do PCP considera ilegal a aplicação de coimas aos estudantes que se recusam a pagar propinas

## Propinas Coimas sem fundamento legal

O deputado comunista Bernardino Soares endereçou um requerimento a vários estabelecimentos de ensino superior que aplicam sanções pelo não pagamento de propinas, solicitando a fundamentação legal destas medidas.

Segundo o deputado a aplicação de coimas por não pagamento de propinas não está prevista na Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior Público, aprovada em 31 de Julho de 1997, que estabelece o quadro legal em matéria de pagamento de propinas, sua tramitação e respectivas sanções por incumprimento.

A lei 113/97, no seu artigo 28º, estabelece que o não pagamento de propina implica a nulidade de todos os actos curriculares praticados no ano lectivo a que o incumprimento se reporta.

Por sua vez, o artigo 29º da mesma lei define as situações que são consideradas contra-ordenações e consequentemente punidas com coimas, não se encontrando entre elas o não pagamento de propinas.

Assim, para o parlamentar comunista, as faculdades que aplicam coimas não têm base legal para o fazer, uma vez que extravasam a nulidade de actos curriculares previstos na lei.

